



**Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
E CONTAS CONSOLIDADAS  
2021**



## ÍNDICE

<b>ENQUADRAMENTO</b> .....	<b>4</b>
<b>IPVC EM NÚMEROS</b> .....	<b>6</b>
<b>PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>8</b>
ÁREA ACADÉMICA.....	8
ÁREA SOCIAL.....	17
RECURSOS HUMANOS.....	22
IDI.....	29
ÁREA FINANCEIRA.....	30
MOBILIDADE INTERNACIONAL.....	31
<b>MONITORIZAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO POR EIXOS</b> .....	<b>32</b>
EIXO 1 - ESTRUTURAS DE GESTÃO (EST).....	33
EIXO 2 - FORMAÇÃO (FOR).....	35
EIXO 3 - ALUNOS (ALU).....	38
EIXO 4 - RECURSOS HUMANOS (REC).....	41
EIXO 5 - I&D (INV).....	44
EIXO 6 - INTERNACIONALIZAÇÃO (INT).....	47
EIXO 7 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INOVAÇÃO (PSI).....	50
EIXO 8 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA (FIN).....	53
EIXO 9 - CAMPUS SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO (SUS).....	55
<b>CONTAS CONSOLIDADAS</b> .....	<b>58</b>
<b>1. Análise Orçamental e Económico-Financeira</b> .....	<b>59</b>
1.1. Situação Orçamental.....	59
1.2. Posição Financeira.....	61
1.3. Rendimentos do exercício.....	62
1.4. Gastos do exercício.....	63
1.5. Resultado Líquido do Período.....	64
1.6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	65
1.7. Perspetivas para o exercício de 2022.....	65
1.8. Considerações Finais.....	66
1.9. Proposta de Aplicação dos Resultados.....	66
<b>2. Demonstrações Financeiras Consolidadas</b> .....	<b>67</b>
2.1. Balanço Consolidado.....	67
2.2. Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada.....	68
2.3. Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido.....	69
2.4. Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.....	70
2.5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	71
<b>3. Demonstrações Orçamentais Consolidadas</b> .....	<b>112</b>
3.1. Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental.....	112
3.2. Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza.....	113





## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Formações com candidaturas abertas e estudantes inscritos 1.º ano, 1.ª vez, no ano letivo 2021/2022 .....	9
Tabela 2 – Pedido de Acreditação Preliminar de Novos Ciclos de Estudo - Processos Submetidos em 2020 e 2021 .....	11
Tabela 3 – Cursos Superiores Técnicos Profissionais (CTeSP): (novas propostas) em 2021/22 .....	11
Tabela 4 – Cursos de curta duração realizados em 2021 .....	12
Tabela 5 – Matriculados/as 1º ano 1ª vez 2021/22 .....	14
Tabela 6 – Dados bolsas de estudo – Anos letivos de 2018/2019 a 2021/2022 .....	17
Tabela 7 – Bolsas de estudo por escola – Anos letivos 2020/2021 e 2021/2022 .....	17
Tabela 8 – Complemento de alojamento - Anos letivos 2020/2021 e 2021/2022 .....	18
Tabela 9 – Bolsas de apoio social - Anos letivos 2020/2021 e 2021/2022 .....	18
Tabela 10 – Características das unidades alimentares .....	19
Tabela 11 – Refeições servidas pela área de alimentação nos anos de 2020 e 2021 .....	19
Tabela 12 – Indicadores da área de alojamento em 2021 .....	20
Tabela 13 – Evolução da utilização do serviço dos anos de 2016 a 2022 .....	21
Tabela 14 - Habilitações académicas dos docentes em 2021/2022 .....	23
Tabela 15 - Recursos Humanos Docentes .....	24
Tabela 16 - Corpo Docente por Escola e Categoria em 2021/22 .....	27
Tabela 17 - Pessoal não docente por categoria – IPVC e SAS .....	28
Tabela 18 – Bolseiros/as de Investigação .....	28
Tabela 19 – Nº de Investigadores/as .....	28
Tabela 20 - Membros Integrados em Unidades de Investigação IPVC e participadas .....	29
Tabela 21 - Nº de publicações IPVC .....	29
Tabela 22 - Indicadores Financeiros .....	30
Tabela 23 – Evolução da participação em programas de mobilidade .....	31

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Oferta formativa 2021/22 .....	8
Figura 2 – Distribuição de estudantes por tipologia de curso e por escola em 2021/22 .....	8
Figura 3 – Distribuição de Recursos Humanos por categoria e escola .....	22
Figura 4 - Evolução de pessoal não docente com formação superior .....	28
Figura 5 – Distribuição das Prestações de Serviço em 2021 .....	31

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de estudantes do IPVC – 2016/17 a 2021/22 .....	13
Gráfico 2 - Evolução do número de estudantes total por Unidade Orgânica .....	13
Gráfico 3 - Evolução do número de estudantes do IPVC total por sexo .....	13
Gráfico 4 – Evolução Matriculados 1º ano 1ª vez (balanço final RAIDES dez.2021) .....	14
Gráfico 5 - Abandono Curso vs. Abandono IPVC .....	14
Gráfico 6 – Evolução do nº total de diplomados/as IPVC (inclui todas as tipologias de ensino) .....	15
Gráfico 7 – Evolução do nº de diplomados/as no IPVC, por tipologia de ensino .....	15
Gráfico 8 – Evolução da empregabilidade (% desemprego) dos diplomados/as das licenciaturas IPVC – comparação com nacional .....	15
Gráfico 9 – Empregabilidade (% EMPREGO) por UO do IPVC – apenas 1º Ciclo .....	16
Gráfico 10 – Frequência de utentes no Centro Desportivo no ano de 2021 .....	21
Gráfico 11 – Evolução do número de acessos ao centro de fitness, entre os anos de 2015 e 2021 .....	21
Gráfico 12 - Evolução do n.º Colaboradores/as IPVC e SAS .....	22
Gráfico 13 - Pessoal Docente por grupo etário e por sexo .....	23
Gráfico 14 - Pessoal Não Docente por grupo etário e por sexo .....	23
Gráfico 15 – Rácio docentes doutorados/as /docentes – TI e ETI .....	24
Gráfico 16 – Rácio docentes especialistas/docentes .....	24
Gráfico 17 – Rácio docentes de carreira/docentes em ETI .....	25
Gráfico 18 – Rácio docentes convidados/docentes .....	25
Gráfico 19 – Rácio docentes coordenadores de carreira/docentes de carreira .....	25
Gráfico 20 – Rácio docentes coordenadores principais de carreira/docentes coordenadores de carreira .....	26
Gráfico 21 – Rácio estudante/docente doutorado/a TI e ETI (1º e 2º ciclo) .....	26
Gráfico 22 – Rácio estudante/docente doutorado/a + especialista ETI (1º e 2º ciclo) .....	26
Gráfico 23 – Nº Bolseiros/as de Investigação .....	28
Gráfico 24 – Nº de publicações WOS+Scopus .....	29
Gráfico 25 – Nº de publicações segundo o Scopus – comparação IPVC com outros Politécnicos .....	30





RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS CONSOLIDADAS 2021

---

# ENQUADRAMENTO

Do Plano Estratégico para 2020-2024, aprovado em fevereiro de 2020, constam a MISSÃO, VISÃO, VALORES e PROPÓSITO da instituição, bem como uma visão para cada um dos nove EIXOS ESTRATÉGICOS aprovados:



Para cada eixo estratégico foram definidos OBJETIVOS, estando toda esta informação disponível no portal do IPVC [https://www.ipvc.pt/wp-content/uploads/2021/02/Plano\\_Estrategico\\_IPVC\\_20\\_24\\_0.pdf](https://www.ipvc.pt/wp-content/uploads/2021/02/Plano_Estrategico_IPVC_20_24_0.pdf).

O **Relatório de Atividades e Contas Consolidadas IPVC 2021**, que agora se apresenta, é um documento enquadrado pelo Plano Estratégico 2020-2024 e pelas circunstâncias específicas em que a Instituição desenvolveu em 2021 a sua ação, destacando-se a continuação do contexto da pandemia COVID-19, uma emergência de saúde pública de âmbito internacional ([COVID19-IPVC](#)).

Assim, o desenvolvimento do Relatório de Atividades IPVC 2021 vem ocorrendo em circunstâncias internas e externas que ditaram, seja a não concretização integral de medidas que se encontravam previstas, seja o lançamento de iniciativas inicialmente não consideradas.

O **Relatório de Atividades e Contas Consolidadas IPVC 2021** comporta uma breve caracterização atual “IPVC em Números” e de seguida apresenta os indicadores, as metas e resultados das respetivas ações de operacionalização relativas a cada um dos nove eixos estratégicos.

Em cumprimento das orientações do Sistema Normativo Contabilístico para a Administração Pública (SNC-AP) implementado a partir do ano de 2018, é integrada no Relatório de Atividades toda a documentação relativa às Contas da instituição, daí a designação “Relatório de Atividades e Contas Consolidadas”, sendo tratada em capítulo autónomo toda a documentação de carácter contabilístico e financeiro que até 2017 era submetida individual e separadamente junto do Tribunal de Contas.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS CONSOLIDADAS 2021

---

# O IPVC EM NÚMEROS



Instituto Politécnico de Viana do Castelo

# IPVC EM NÚMEROS



Um Politécnico Socialmente Responsável, gerador de conhecimento global e potenciador do desenvolvimento do Alto Minho.



### OFERTA FORMATIVA

- 22 CTeSP
- 26 LICENCIATURAS
- 23 MESTRADOS
- 6 PÓS-GRADUAÇÕES
- FORMAÇÃO ESPECIALIZADA
- FORMAÇÃO CONTÍNUA
- ACADEMIA JÚNIOR E SÊNIOR

Cursos que abriram vagas em 2021/22

### 5614 ESTUDANTES



### 1075 DIPLOMADOS/AS

- M 43,9% - F 56,2%
  - 245 CTeSP
  - 678 LICENCIATURA
  - 123 MESTRADO
  - 29 PÓS-GRADUAÇÃO
- 2020/21



93,5% EMPREGABILIDADE DAS LICENCIATURAS em 2020

### CERTIFICAÇÃO/RECONHECIMENTOS

- SIGQ certificado pela A3ES
- ISO 9001 - Gestão da Qualidade
- NP 4469 - Responsabilidade Social
- EFQM *Committed to Excellence* (C2E) 2 Estrelas
- FISU - Healthy Campus
- (International University Sports Federation)



### 604 COLABORADORES/AS

ND:184 D:414 I:6 (207 TI; 283,0 ETI)

2021/22

### 217 DOCENTES DOUTORADOS/AS

(177 TI; 192,52 ETI)



- 52,4% (DOCTORES/AS - DOCENTES)
- 68,0% (DOCTORES/AS ETI - DOCENTES ETI)
- 85,5% (DOCTORES/AS TI - DOCENTES TI)
- 1/24,1 (DOCTOR/A ETI - ESTUDANTE 1º e 2º ciclo)
- 1/26,2 (DOCTOR/A TI/ESTUDANTE 1º e 2º ciclo)



- 80 PROJETOS FINANCIADOS
- 65 NACIONAIS
- 15 INTERNACIONAIS

3.924.660,52€

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS IPVC 246.534,98€



### UI E MEMBROS INTEGRADOS

Nº BOLSEIROS/AS - 38  
Nº INVESTIGADORES/AS - 5

- CISAS - 27
- PROMETHEUS - 23
- ADIT-LAB - 15
- CIDESD - 2
- UNIAG - 5
- CIMO - 5
- UCISA:E - 9
- CITUR - 3
- CIAUD - 2



### MOBILIDADE ERASMUS/IACOBUS

- 44 ESTUDANTES INCOMING
  - 19 ESTUDANTES OUTGOING
  - 13 COLABORADORES/AS INCOMING
  - 6 COLABORADORES/AS OUTGOING
  - 156 PARCEIROS PARA MOBILIDADE
- 2020/21

### UI GREENMETRIC WORLD UNIVERSITY RANKINGS ON SUSTAINABILITY 2021

3º PORTUGAL 241º MUNDIAL

### 6 Eco-Escolas

### BIRA IPVC 73 UTILIZADORES/AS

2020/21

### BUS ACADÉMICO ALTO MINHO

- 17 LOCALIDADES
  - 244 UTILIZADORES/MÉS
  - 302 BILHETES DIÁRIOS/MÉS
- 2020/21

### CENTRO DESPORTIVO

1147 MÉDIA MENSAL DE ACESSOS  
56 MÉDIA DE INSCRIÇÕES

2021

### CONSULTAS NO GABINETE DE SAÚDE

514 PSICOLOGIA  
634 ENFERMAGEM

2021



### 75.232 REFEIÇÕES SERVIDAS

2021

### 8 CANTINAS

### 9 BARES

### 438 ESTUDANTES ALOJADOS/AS

361 EM RESIDÊNCIAS PRÓPRIAS  
211 EM RESIDÊNCIAS PROTOCOLADAS

2020/21

### 1.837 ESTUDANTES APOIADOS/AS COM BOLSA DE ESTUDO

2020/21



### 24 ESTUDANTES APOIADOS/AS COM BOLSA DE APOIO SOCIAL

2020/21

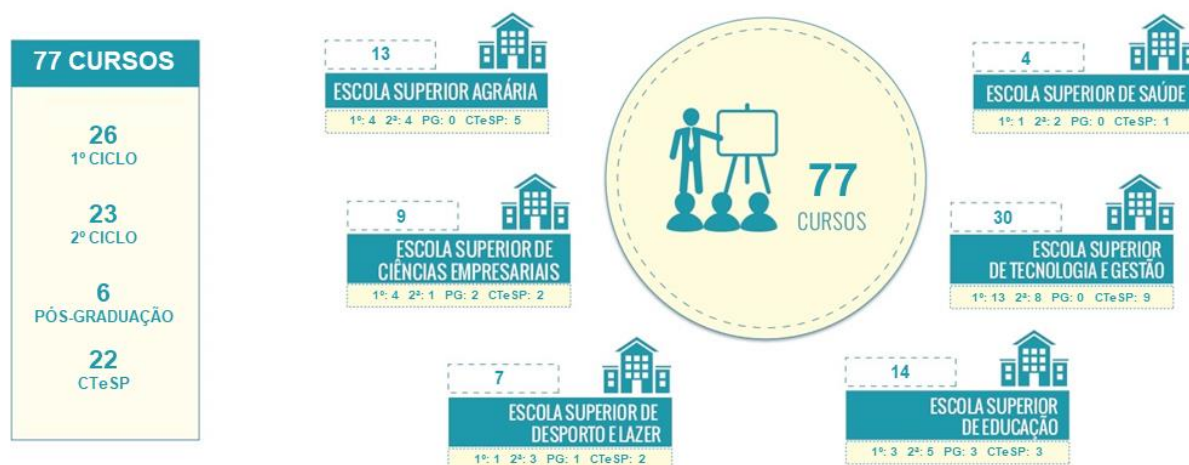


## PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

### ÁREA ACADÉMICA

No que se refere à oferta formativa, no ano letivo 2021/2022 o IPVC abriu vagas em 77 cursos, entre cursos de 1º e 2º ciclos, pós-graduações e cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP).

Figura 1 – Oferta formativa 2021/22



No ano letivo 2021/2022 (dados reportados a dezembro de 2021), estão inscritos no IPVC 5.614 estudantes, tendo sido preenchidas 74,5% das vagas disponíveis no concurso nacional de acesso ao ensino superior. O 1º ciclo, com 68,6% do total de estudantes (correspondendo a 3.851 estudantes), regista o maior número de estudantes, seguido dos CTeSP com 15,9% (895 estudantes).

Figura 2 – Distribuição de estudantes por tipologia de curso e por escola em 2021/22







**Tabela 1 - Formações com candidaturas abertas e estudantes inscritos 1.º ano, 1.ª vez, no ano letivo 2021/2022**

Escola	Tipologia	Designação
ESA	CTeSP	Cuidados Veterinários
		Fruticultura, Viticultura e Enologia
		Gestão de Empresas Agrícolas
ESA	LICENCIATURA	Indústrias Biotecnológicas
		Riscos e Proteção Civil
		Turismo Rural e de Natureza
ESA	MESTRADO	Agronomia
		Biociências
		Engenharia do Ambiente e Geoinformática
ESCE	CTeSP	Agricultura Biológica
		Engenharia Agronómica
		Engenharia do Território e do Ambiente
ESCE	LICENCIATURA	Gestão e Melhoria Contínua nas Empresas
		Transportes e Logística
		Contabilidade e Fiscalidade
ESCE	MESTRADO	Gestão da Distribuição e Logística
		Marketing e Comunicação Empresarial
		Organização e Gestão Empresariais
ESCE	PÓS-GRADUAÇÃO	Logística
		Marketing
		Gestão da Qualidade
ESDL	CTeSP	Marketing Digital e E-Business
		Trabalhos em Altura e Acesso por Cordas
		Treino Desportivo
ESDL	LICENCIATURA	Desporto e Lazer
		Atividades de Fitness
		Desporto Natureza
ESDL	MESTRADO	Treino Desportivo
		Avaliação, planeamento e performance em Trail Running
		Artes e Tecnologia
ESE	CTeSP	Ilustração e Produção Gráfica
		Intervenção Educativa em Creche
		Serviços Educativos e Património Local
ESE	LICENCIATURA	Artes Plásticas e Tecnologias Artísticas
		Educação Básica
		Educação Social Gerontológica
ESE	MESTRADO	Educação Artística
		Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do EB
		Gerontologia Social
ESE	PÓS-GRADUAÇÃO	Tecnologias da Informação e Comunicação em Educação
		Administração Escolar e Inovação Educacional
		Termalismo e Bem-estar
ESS	CTeSP	Enfermagem
		Enfermagem de Reabilitação
		Enfermagem Médico-Cirúrgica
ESTG	CTeSP	Construção e Reabilitação
		Desenvolvimento Web e Multimédia
		Gestão Hoteleira
ESTG	LICENCIATURA	Manutenção Mecânica
		Mecânica Automóvel
		Mecatrónica
ESTG	LICENCIATURA	Qualidade e Segurança Alimentar
		Sistemas Eletrónicos e Computadores
		Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação
ESTG	LICENCIATURA	Design de Ambientes
		Design do Produto
		Engenharia Alimentar
ESTG	LICENCIATURA	Engenharia Civil e do Ambiente
		Engenharia da Computação Gráfica e Multimédia
		Engenharia de Redes e Sistemas de Computadores
ESTG	LICENCIATURA	Engenharia Informática
		Engenharia Mecânica
		Engenharia Mecatrónica





	Gestão
	Gestão (noturno)
	Turismo
	Turismo (regime pós-laboral)
	-----
	Cibersegurança
	Contabilidade e Finanças
	Design Integrado
MESTRADO	Engenharia Alimentar
	Engenharia Civil e do Ambiente
	Engenharia Informática
	Gestão das Organizações: Ramo de Gestão de Empresas
	Turismo, Inovação e Desenvolvimento
	-----
PÓS-GRADUAÇÃO	Design de Interiores
	-----

Entre os anos letivos de 2017/2018 e 2021/2022, verificou-se um aumento de 24,0% no número total de estudantes inscritos no IPVC (de 4.527 em 2017/2018 para 5.614 em 2021/2022).



**Tabela 2 – Pedido de Acreditação Preliminar de Novos Ciclos de Estudo - Processos Submetidos em 2020 e 2021**

Ano	Processo	Ciclo de estudos	Designação	Situação/Decisão CAE	Pronúncia / Pedido de Informação - Data limite de resposta
2021	NCE/21/2100297 IPB (proponente), IPVC, UTAD	mestrado	Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia	APAPNCE preliminar em elaboração	
	NCE/21/2100202	mestrado	Engenharia e Gestão Industrial e da Inovação	CAE Nomeada	
	NCE/21/2100152	mestrado	Fisiologia do Exercício e Promoção da Saúde	Relatório preliminar com proposta de acreditação condicional 04/03/2022	Pronúncia em elaboração
	NCE/21/2100199	mestrado	Turismo e Inovação	Relatório preliminar com proposta de acreditação condicional 16/03/2022	Pronúncia em elaboração
	NCE/21/2100201	licenciatura	Gastronomia e Artes Culinária	APAPNCE preliminar em elaboração	
	NCE/21/2100197	licenciatura	Artes Digitais e Cinema	APAPNCE preliminar em elaboração	
2020	NCE/20/2001055 (ESA)	mestrado	Agricultura Biológica (EaD)	Relatório preliminar 24/03/2020 (não acreditar)	Sem pronúncia
	NCE/20/2001056 (ESTG)	mestrado	Turismo & Inovação (EaD)	Em análise	Sem pronúncia
	NCE/20/2000133 (ESS-IPVC, IPB, UTAD)	mestrado	Enfermagem Comunitária na Área de Enfermagem de Saúde Familiar	Relatório Preliminar da CAE em 20/05/2021	Pedido informação complementar (enviado em 10/05/2021); Pronúncia em 09/06/2021

	NCE Acreditado
	NCE Acreditado com CONDIÇÕES
	NCE Não Acreditado
	Aguarda decisão de A3ES
	DESCONTINUADO

**Tabela 3 – Cursos Superiores Técnicos Profissionais (CTeSP): (novas propostas) em 2021/22**

Designação	Escola	Informação
Turismo de Gastronomia e Vinhos	ESTG	Submetido 02/2022. Em avaliação pela DGES.
Impressão3D e Maquinação Automática	ESTG	Submetido 02/2022. Em avaliação pela DGES.
Arte e fabricação digital	ESE	Submetido 02/2022. Em avaliação pela DGES.
Marketing Digital e E-commerce	ESCE	Submetido 02/2022. Em avaliação pela DGES.
Sistemas Elétricos de Energia	ESTG	R/Cr 66/2021 de 10-12-2021
Indústrias Biotecnológicas	ESA	R/Cr 14/2021 de 30-03-2021
Mecânica Automóvel	ESTG	R/Cr 8/2021 de 19-03-2021

**Tabela 4 – Cursos de curta duração realizados em 2021**

Escola	Designação	Horas	Informação
ESE	Trilhos Matemáticos com o MathCityMap	6h	Nº de admissões: 25 Nº inscrições: 25 Regime: Presencial
ESTG	Verão Com Ciência no Plano de Formação " Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC) a partir de fontes energéticas renováveis: Avaliação de desempenho in situ".	60h	Nº de admissões: 20 Nº inscrições: 20 Regime: online assíncrona
ESDL	Pilates Clínico	16	
	Seminário de Culturismo e <i>Power Lifting</i>	4	
	<i>Movement Flow</i>	16	
	Equipamentos e Metodologias do Treino Funcional	12	
	Metodologias da atividade de Step	16	
	Pilates Clínico	16	
	Rescue 3 Europa - <i>Training Provider</i>   ProLifeRescue - Portugal	30	
	Suporte básico de vida com DAE - <i>European Resuscitation Council</i>	6	
	Traumatologia e Socorrismo em Locais Remotos - <i>Emergency Care &amp; Safety Institute</i>	32	
	Curso Avançado de Segurança em Desporto de Natureza e Aventura	25	
	Curso Básico de Gestão de Risco - Escola Espanhola de Alta Montanha	6	
	Guia de Nível II - <i>International Rafting Federation</i>	64	
	Guia de Canoagem Recreativa em Rios Classe 2 - Federação Portuguesa de Canoagem	25	
	III Jornadas Ctesp Treino Desportivo	25	
	Avaliação Física de Futebolista	12	
	Sistemas de Monitorização de Cargas	15	





Gráfico 1 - Evolução do número de estudantes do IPVC – 2016/17 a 2021/22

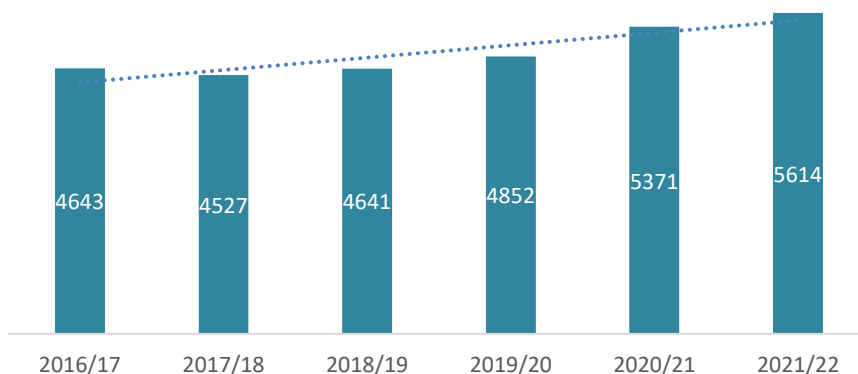


Gráfico 2 - Evolução do número de estudantes total por Unidade Orgânica

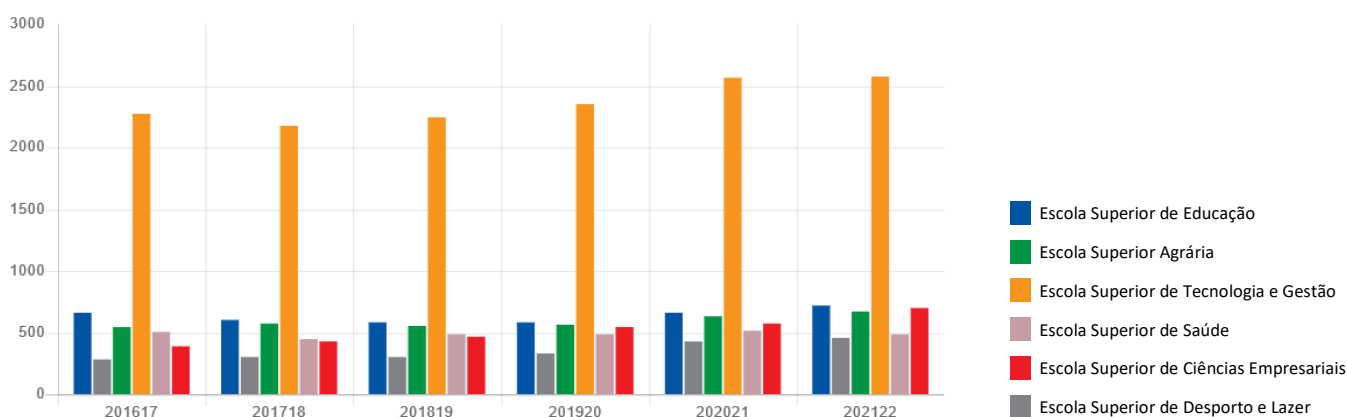


Gráfico 3 - Evolução do número de estudantes do IPVC total por sexo

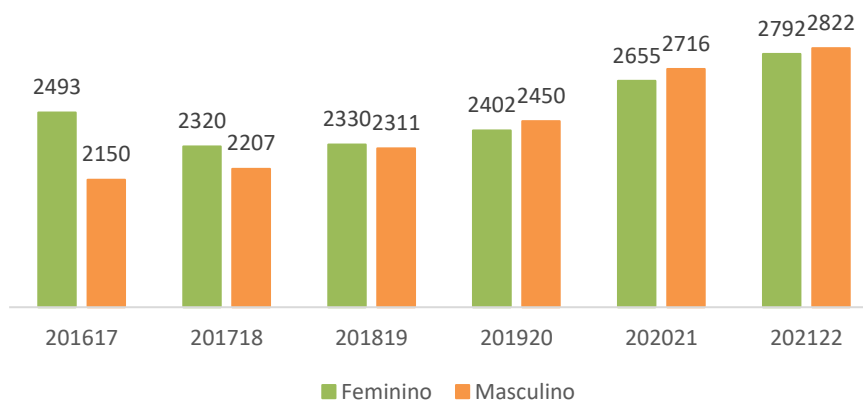




Tabela 5 – Matriculados/as 1º ano 1ª vez 2021/22

Mestrados	Licenciaturas							CTeSP	Pós-Graduações	TOTAL	
	Concurso Nacional de Acesso			Concurso Especial de Acesso, Regimes Especiais e Regime de Transferência e Mudança de Curso			Concurso Especial Estudantes Internacionais				
Matriculados 1ª vez	Vagas Iniciais	Matriculados 1.ª Fase	Matriculados 2.ª Fase	Matriculados 3.ª Fase	Matriculados através de CEA	Matriculados através de Regimes Especiais	Matriculados através de Regime de Mudança de par instituição/curso		Matriculados pela 1ª vez	Matriculados pela 1ª vez	
416	1174	598	196	13	237	14	24	164	450	63	2175
		807			439						
		1246									

NOTA: Os valores de matriculados apresentados resultam de somatório das várias fases não considerando saídas/anulações ocorridas no período em questão. O gráfico 4 apresenta resultados consolidados a dezembro de cada ano (dados oficiais RAIDES).

Gráfico 4 – Evolução Matriculados 1º ano 1ª vez (balanço final RAIDES dez.2021)

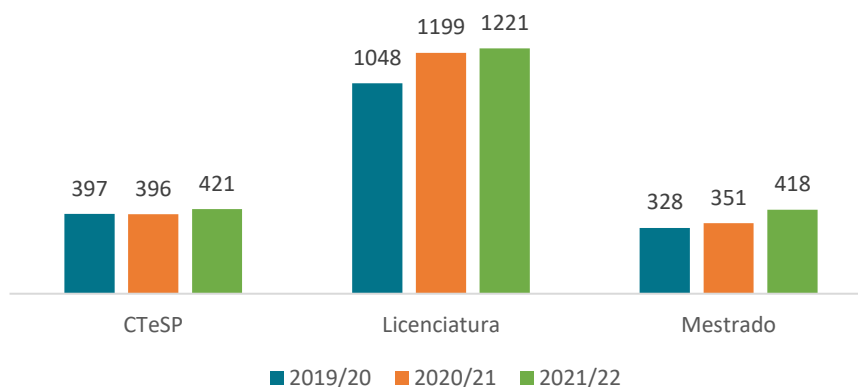
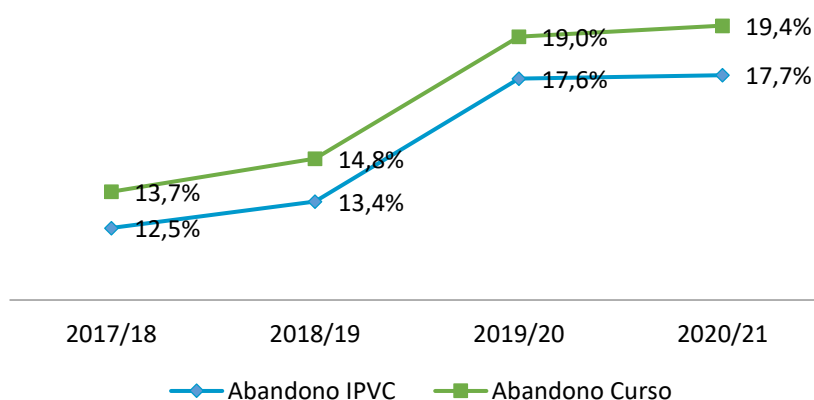
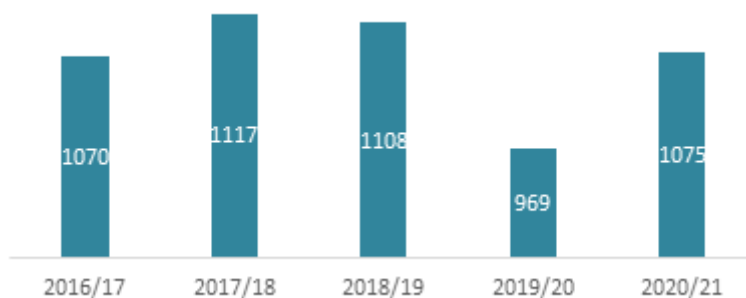
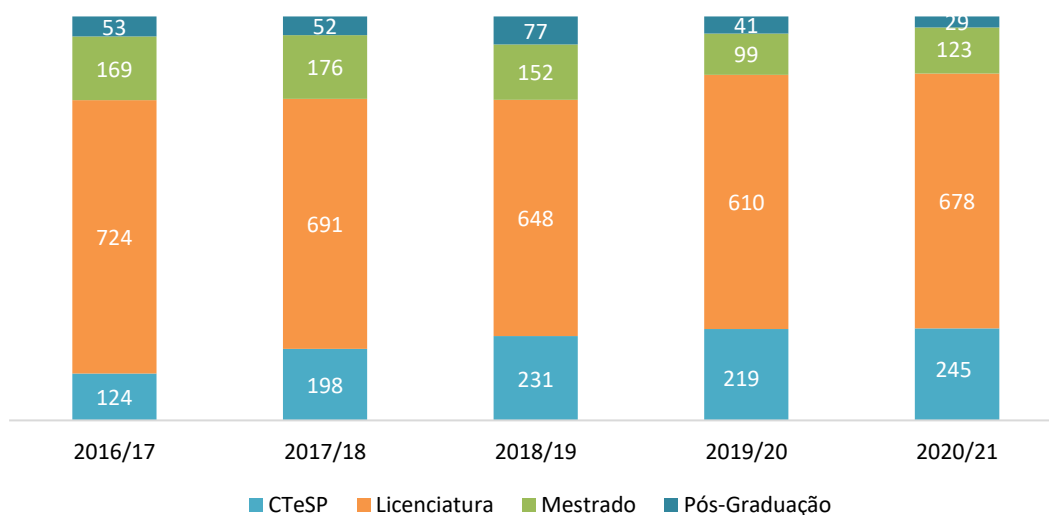


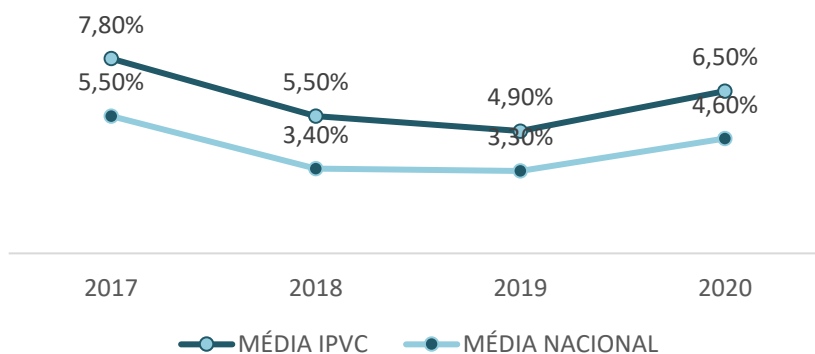
Gráfico 5 - Abandono Curso vs. Abandono IPVC



O forte aumento da taxa de abandono no último ano será, provavelmente, já um reflexo do impacto socioeconómico da pandemia.

**Gráfico 6 – Evolução do nº total de diplomados/as IPVC (inclui todas as tipologias de ensino)****Gráfico 7 – Evolução do nº de diplomados/as no IPVC, por tipologia de ensino**

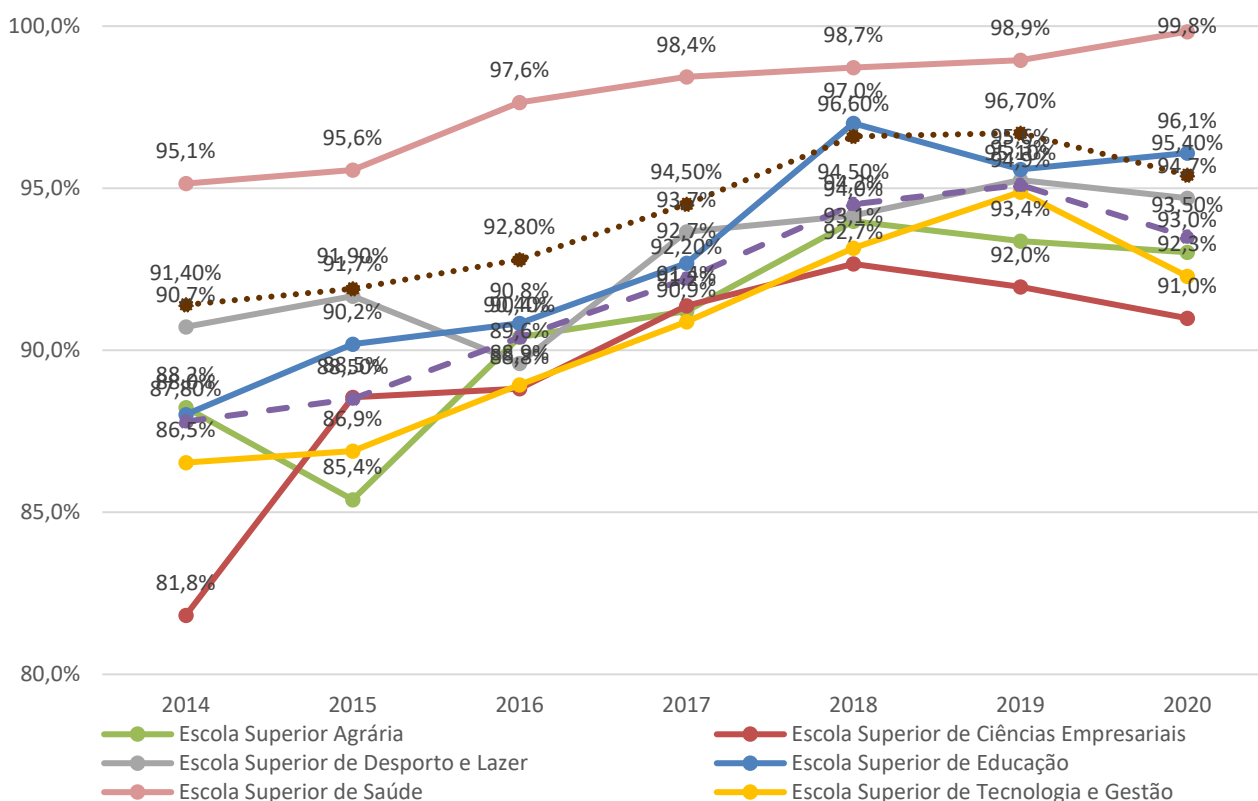
A maioria dos/as diplomados/as continua a ser proveniente de cursos de licenciatura (Gráfico 7). Tem-se verificado um aumento de diplomados/as de CTeSP e uma diminuição nos cursos de Pós-Graduações.

**Gráfico 8 – Evolução da empregabilidade (% desemprego) dos diplomados/as das licenciaturas IPVC – comparação com nacional**

Fonte: DGES



Gráfico 9 – Empregabilidade (% EMPREGO) por UO do IPVC – apenas 1º Ciclo





## ÁREA SOCIAL

No ano letivo 2020/2021 candidataram-se a bolsa de estudo 2.359 estudantes (43,9% dos/as estudantes do IPVC) e obtiveram bolsa de estudos 1.837 estudantes (34,2% dos/as estudantes do IPVC). Verifica-se que no ano letivo 2020/2021 há um crescimento de estudantes matriculados no IPVC o que reflete o crescimento económico da região versus os anos anteriores.

Apesar do ano letivo 2021/2022 ainda não ter terminado, pelo que os dados apresentados podem sofrer alterações, pareceu-nos que era útil para a análise comparativa apresentar esses dados.

No ano letivo 2021/2022 candidataram-se a bolsa de estudo 2.338 estudantes (41,2% dos/as estudantes do IPVC) e obtiveram bolsa de estudos 1.741 estudantes (30,7% dos/as estudantes do IPVC). Verifica-se que no ano letivo 2021/2022 continua a registar-se um crescimento de estudantes matriculados/as no IPVC pelos motivos atrás referidos.

A tabela abaixo apresenta os dados gerais relativos ao apoio de Bolsas de Estudo.

**Tabela 6 – Dados bolsas de estudo – Anos letivos de 2018/2019 a 2021/2022**

	2021/2022 <small>(dados a 31/05/2022)</small>	2020/2021	2019/2020	2018/2019
Número de estudantes candidatos a bolsa	2 338	2 359	2 256	2 238
Estudantes candidatos a bolsa em %	41,2%	43,9%	46,5%	48,3%
Número de bolseiros	1 741	1 837	1 720	1 697
Estudantes bolseiros em %	30,7%	34,2%	35,5%	36,6%
Bolsa média	1 253,11 €	1 318,41€	1 456,30 €	1 747,65 €
Número de estudantes apoiados pela Bolsa de Apoio Social	20	24	29	26
Bolsas despachadas a 31 de dezembro em %	85%	80%	72%	81%

**Tabela 7 – Bolsas de estudo por escola – Anos letivos 2020/2021 e 2021/2022**

Bolsas de estudo – dados gerais – Ano letivo 2020/2021				
Escola	Nº. de estudantes	Nº. de candidatos a bolsa	Nº. de bolseiros	Bolsa média anual
ESE	657	352	284	1 370,19 €
ESA	627	228	162	1 415,11 €
ESTG	2 567	1 055	789	1 260,31 €
ESS	514	224	196	1 302,81 €
ESCE	578	276	222	1 392,09 €
ESDL	428	224	184	1 330,19 €
<b>Total</b>	<b>5 371</b>	<b>2 359</b>	<b>1 837</b>	

Bolsas de estudo – dados gerais – Ano letivo 2021/2022 <small>(dados a 31/05/2022)</small>				
Escola	Nº. de estudantes	Nº. de candidatos a bolsa	Nº. de bolseiros	Bolsa média anual
ESE	721	365	291	1 286,55 €
ESA	686	232	161	1 293,44 €
ESTG	2590	988	704	1 237,51 €
ESS	512	237	195	1 242,15 €
ESCE	700	291	216	1 284,05 €
ESDL	462	225	174	1 196,88 €
<b>Total</b>	<b>5671</b>	<b>2338</b>	<b>1741</b>	



No que diz respeito ao número de complementos de alojamento atribuídos, ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, foi no ano letivo de 2020/2021 de 390, com o encargo anual de 369.751,03 € e no ano letivo 2021/2022 de 421, com o encargo anual de 311.751,17€, o qual regista uma diminuição resultante do aumento das mensalidades em atraso, porque o/a estudante beneficiário/a só recebe o complemento depois de efetuar o pagamento ao IPVC (modalidade de reembolso). A tabela seguinte apresenta a atribuição de complemento de alojamento por cada escola do IPVC.

**Tabela 8 – Complemento de alojamento - Anos letivos 2020/2021 e 2021/2022**

<b>Complemento de alojamento ano letivo 2020/2021</b>			
<b>Escola</b>	<b>Nº. de estudantes beneficiários/as</b>	<b>Valor anual despendido</b>	
ESE	59	49 146,65 €	
ESA	62	41 063,64 €	
ESTG	119	100 922,05 €	
ESS	34	29 116,23 €	
ESCE	91	114 370,53 €	
ESDL	25	35 131,93 €	
<b>Total</b>	<b>390</b>	<b>369 751,03 €</b>	

<b>Complemento de alojamento ano letivo 2021/2022 (dados a 31/05/2022)</b>			
<b>Escola</b>	<b>Nº. de estudantes beneficiários/as</b>	<b>Valor anual despendido</b>	
ESE	72	38 722,20 €	
ESA	64	33 250,07 €	
ESTG	126	80 483,25 €	
ESS	31	21 194,04 €	
ESCE	95	102 025,22 €	
ESDL	33	36 076,39 €	
<b>Total</b>	<b>421</b>	<b>311 751,17 €</b>	

Também disponibilizamos bolsas de apoio social, cujo propósito, para além de apoiar economicamente os/as estudantes mais necessitados/as, é estimular o desenvolvimento do/a estudante como um todo, na certeza que para além de permitir reduzir as situações de abandono escolar, este formato de apoio irá contribuir de forma significativa para promover o sucesso académico e assegurar melhores condições de empregabilidade e sucesso profissional.

**Tabela 9 – Bolsas de apoio social - Anos letivos 2020/2021 e 2021/2022**

<b>Bolsas de Apoio Social 2020/2021</b>				
<b>Escola</b>	<b>Estudantes matriculados</b>	<b>Estudantes inscritos na BAS</b>	<b>Estudantes selecionados</b>	<b>Verba despendida</b>
ESE	657	10	4	762,24 €
ESA	627	8	3	1 232,00 €
ESTG	2 567	45	12	7 808,00 €
ESS	514	2	1	97,60 €
ESCE	578	7	4	2 028,80 €
ESDL	428	10	-	0,00 €
<b>Total</b>	<b>5 371</b>	<b>82</b>	<b>24</b>	<b>11 928,64 €</b>



<b>Bolsas de Apoio Social 2021/2022</b> (dados a 31/05/2022)				
<b>Escola</b>	<b>Estudantes matriculados</b>	<b>Estudantes inscritos na BAS</b>	<b>Estudantes selecionados</b>	<b>Verba despendida</b>
ESE	721	15	2	2348,80 €
ESA	686	13	4	2 154,40 €
ESTG	2 590	48	11	8 649,28 €
ESS	512	4	0	0 €
ESCE	700	4	4	2 028,80 €
ESDL	462	9	3	602,40 €
<b>Total</b>	<b>5 671</b>	<b>93</b>	<b>24</b>	<b>15 783,68 €</b>

Na prestação do serviço de alimentação nos SAS-IPVC, o ano de 2021, tal como o ano de 2020, foi um ano. Assim, os serviços de alimentação encerraram de acordo com as orientações do governo, a 22/01/2021. As unidades alimentares reabriram em 19/04/2021, mantendo algumas das medidas de prevenção da propagação do vírus SARS-CoV-2.

Em 2021 foi implementado o software SASocial na área de alimentação, melhorando a interação das vendas e comunicação.

A área de Alimentação mantém-se continuamente com alterações, dada a constante preocupação com a segurança alimentar exigida em todas as unidades alimentares exploradas pelos SAS. A tabela que se segue apresenta alguns indicadores da área de alimentação.

**Tabela 10 – Características das unidades alimentares**

<b>Caracterização das Unidades Alimentares – Cantinas</b>	
N.º Unidades exploradas diretamente	8
Capacidade (Lugares)	1 059
Número de dias da semana em que estão abertas	5
Número de dias em que estão abertos por ano	199
Tipo de refeições servidas	Almoço e Jantar
Número de opções de compra de refeições	6
<b>Caracterização de Unidades Alimentares – Bares</b>	
Nº Unidades exploradas diretamente	9
Nº de dias da semana em que estão abertas	5
Nº de dias em que estão abertas por ano	209

No ano de 2021 foram servidas 87 219 refeições, distribuídas de acordo com a tabela seguinte:

**Tabela 11 – Refeições servidas pela área de alimentação nos anos de 2020 e 2021.**

	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Packs alojamento</b>	10 486	9702
<b>Serviço normal</b>	44 258	75 232
<b>Serviços internos IPVC</b>	1330	745
<b>Serviços externos</b>	468	1540
<b>Total</b>	<b>56 542</b>	<b>87 219</b>

Na área de alojamento, no ano de 2021, procurou-se disponibilizar mais camas a estudantes para fazer face à procura e à redução do número de camas por indicação das entidades da saúde devido à Pandemia, através de alojamento protocolado. Neste sentido, os SAS celebraram sete protocolos de colaboração com entidades externas de alojamento, nas diversas localidades do distrito de Viana do Castelo, designadamente: em Melgaço (Hotel Boavista I e Pousada da Juventude); Valença (Hotel Val Flores e Residencial S. Gião); Vila Nova de Cerveira (Pousada da Juventude); Ponte de Lima (Pousada da Juventude) e Viana do Castelo (Casa dos Rapazes e Oficinas de S. José, A Vianesa Guest House, Hostel de Santa Luzia e Pousada da Juventude).

A celebração destes protocolos não só possibilitou disponibilizar 166 camas, tendo resultado concomitantemente num aumento de mais 33 camas, relativamente à capacidade inicialmente estabelecida.

Importa salientar que a ocupação nos meses de janeiro a julho teve uma redução de 30% na ocupação, devido à Pandemia da Covid-19.

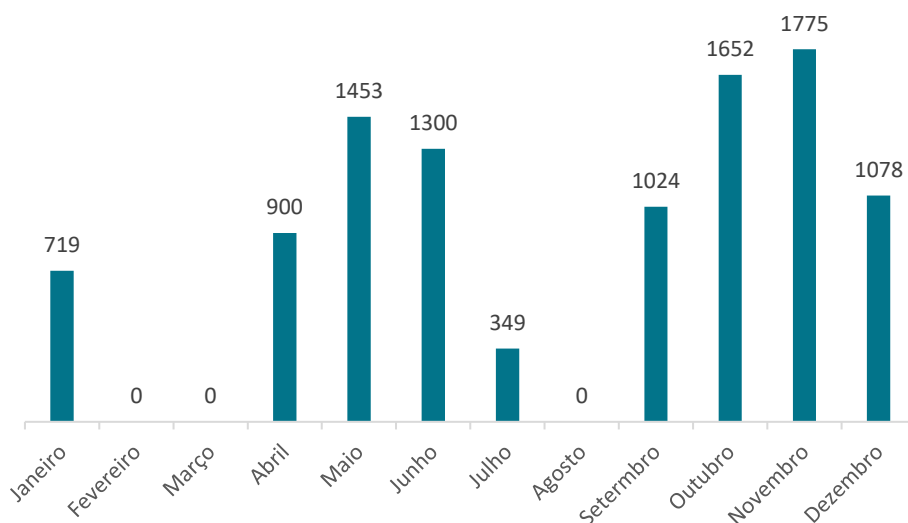
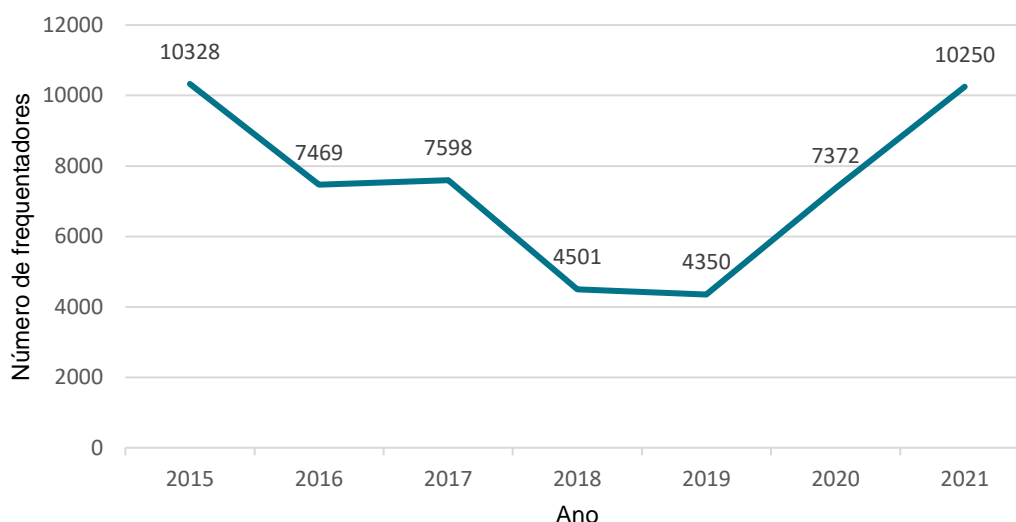
A tabela seguinte apresenta alguns indicadores da área de alojamento.

**Tabela 12 – Indicadores da área de alojamento em 2021**

	CA	ESE	ESA
N.º de camas	200	119	134
N.º de quartos individuais	0	0	34
N.º de quartos duplos	14	1	14
N.º de quartos triplos	48	39	24
N.º de quartos quádruplos	7	0	0
N.º de quartos para deficientes	0	1	1
N.º de camas para estudantes femininas	108	110	80
N.º de camas para estudantes masculinos	92	9	54
Taxa de ocupação média do ano 2021	89%	90%	82%
Tipo de exploração	Própria	Própria	Própria
N.º de meses ocupada por estudantes	11	11	11
N.º de meses ocupada por ano	12	12	12
N.º médio de estudantes alojados	146	90	100
N.º médio de estudantes bolseiros alojados	106	69	57
N.º médio de estudantes não bolseiros alojados	40	21	43
Comparticipação do estudante bolseiro (ano letivo 2020/21)	76,79 €	76,79 €	76,79 €
Comparticipação do estudante não bolseiro (ano letivo 2020/21)	96,00 €	96,00 €	96,00 €

De modo a promover a atividade física, o Centro de Fitness de Viana do Castelo é a estrutura responsável por assegurar atividades físicas com carácter contínuo e regular para a instituição, servindo estudantes, funcionários/as, docentes e, através de protocolos, algumas associações desportivas bem como alguns externos à Comunidade IPVC.

No ano de 2021, esta área debateu-se com algumas dificuldades em aumentar o número de acessos e de inscritos no centro de fitness do Centro Desportivo do IPVC. A continuação da pandemia do covid-19 e os sucessivos encerramentos obrigatórios dos centros de fitness, foi inevitável não conseguir aumentar o número de frequência de utentes em 2021.

**Gráfico 10 – Frequência de utentes no Centro Desportivo no ano de 2021**

**Gráfico 11 – Evolução do número de acessos ao centro de fitness, entre os anos de 2015 e 2021**


Considerando a dispersão geográfica das escolas do IPVC, disponibilizamos um serviço de transporte (Bus Académico), do qual, no ano letivo 2020/2021 usufruíram 261 utilizadores com passe mensal e 54 utilizadores pontuais (com bilhete diário).

Apesar do ano letivo 2021/2022 ainda não ter terminado, pelo que os dados apresentados podem sofrer alterações, pareceu-nos que era útil para a análise comparativa apresentar esses dados.

No ano letivo 2021/2022 já usufruíram 212 utilizadores com passe mensal e 319 utilizadores pontuais (com bilhete diário), pelo que se verifica um aumento acentuado nos utilizadores com bilhete diário, resultado do levantamento da maioria das restrições impostas pela pandemia.

**Tabela 13 – Evolução da utilização do serviço dos anos de 2016 a 2022**

Utilizadores	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (dados 31/05/2022)
Utilizadores de Passe Mensal	100	107	197	184	244	261	212
Utilizadores de Bilhetes Diários	663	429	548	1.387	302	54	319

## RECURSOS HUMANOS

Figura 3 – Distribuição de Recursos Humanos por categoria e escola

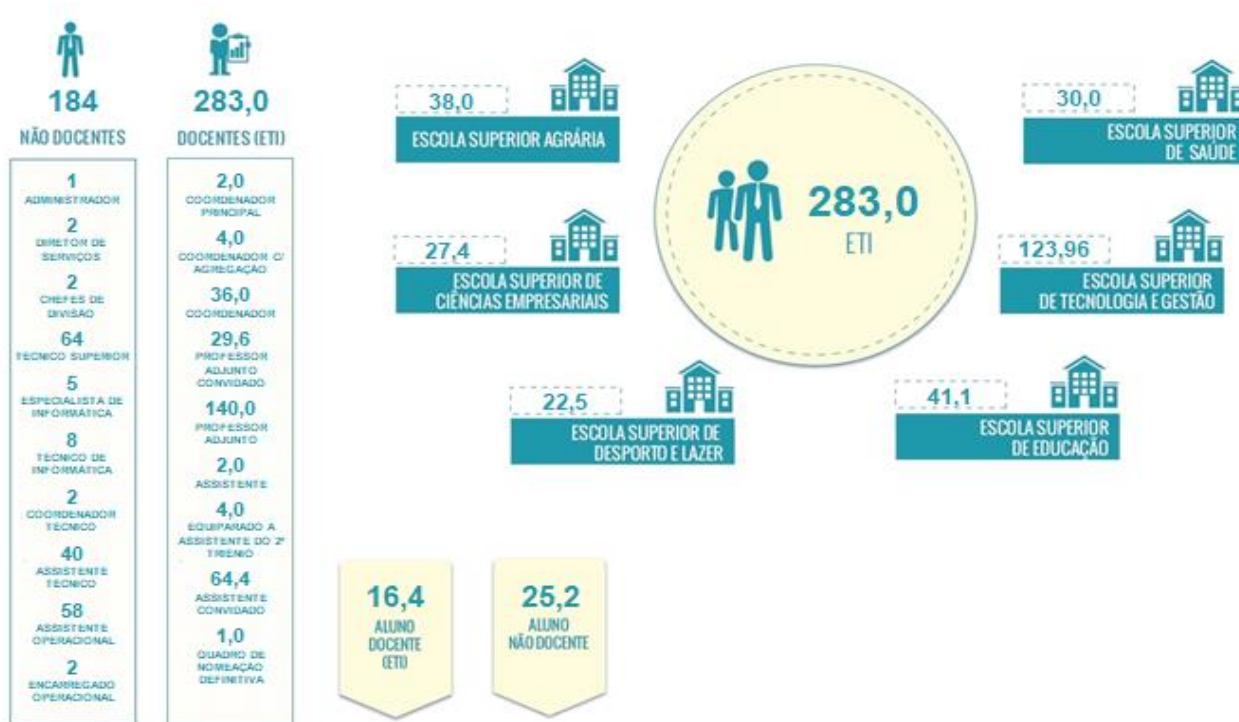
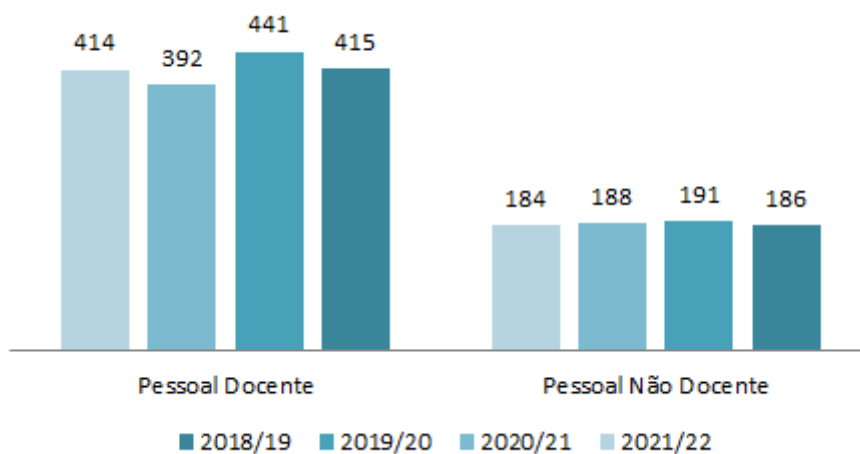
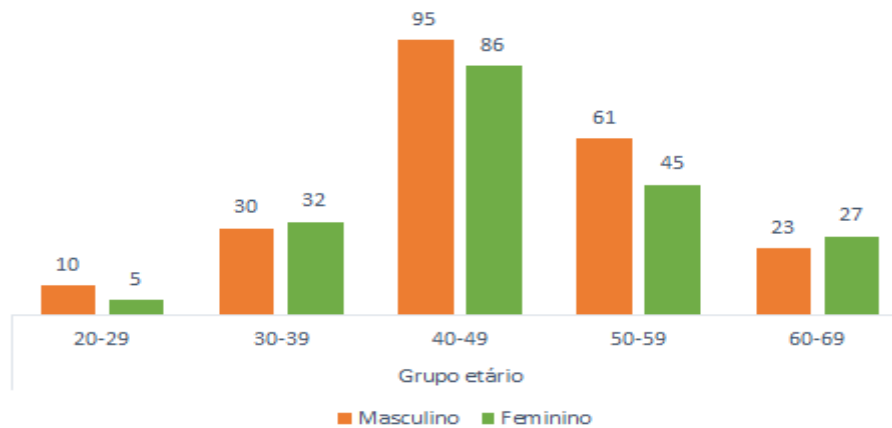
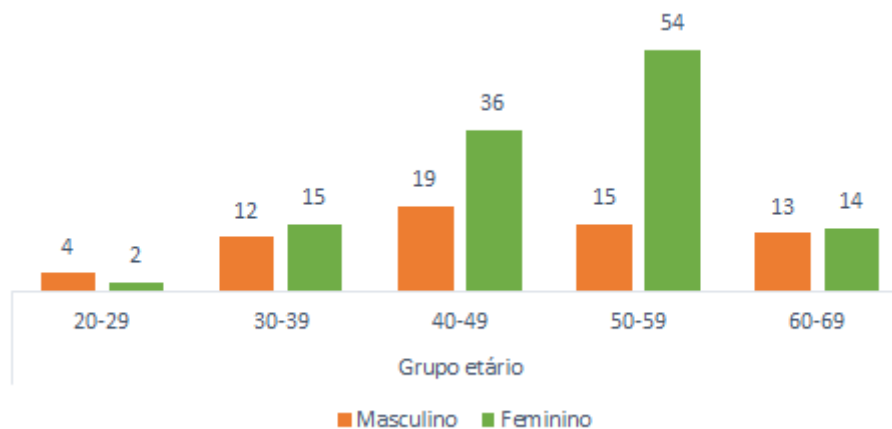


Gráfico 12 - Evolução do n.º Colaboradores/as IPVC e SAS

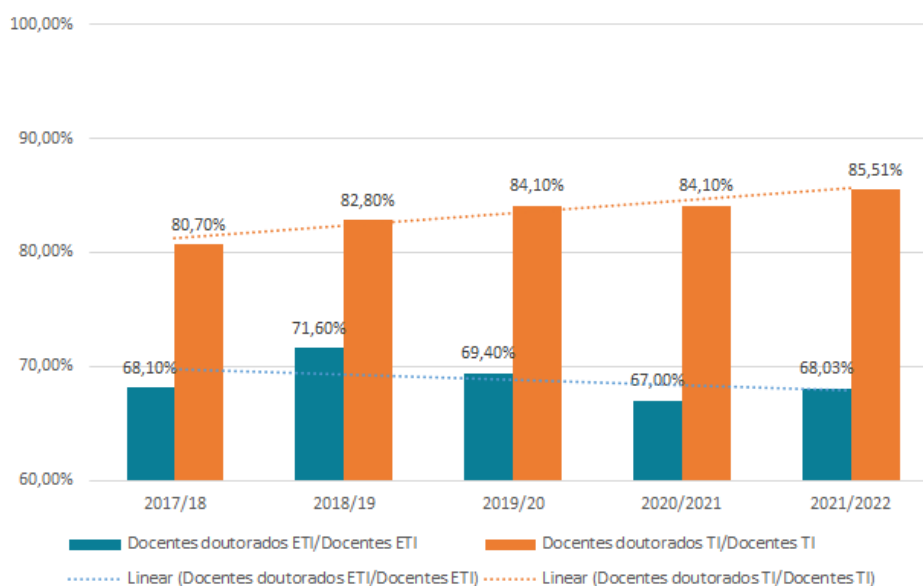
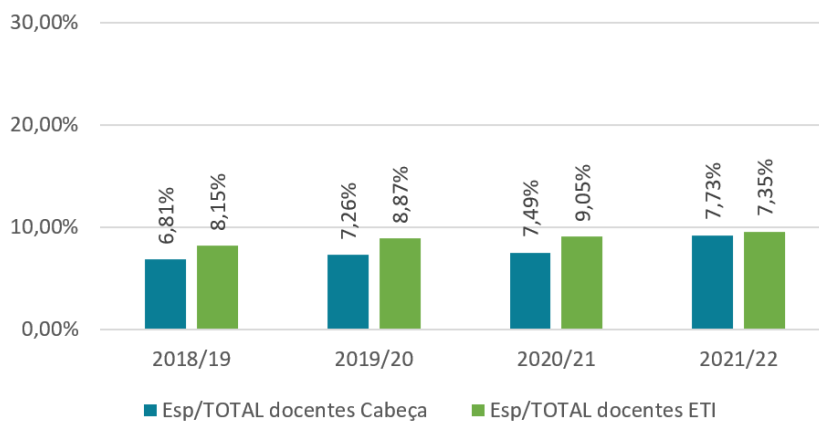


**Gráfico 13 - Pessoal Docente por grupo etário e por sexo**

**Gráfico 14 - Pessoal Não Docente por grupo etário e por sexo**

**Tabela 14 - Habilitações académicas dos docentes em 2021/2022**

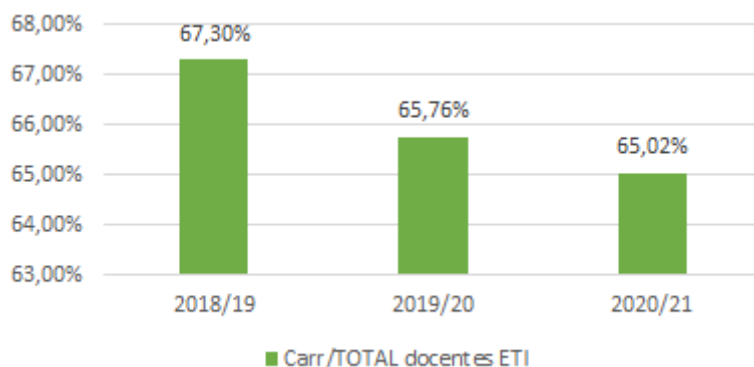
	ESE	ESA	ESTG	ESS	ESCE	ESDL	Total	%
Doutoramento	36	33	93	18	22	15	217	52,42%
ETI	30,17	27,78	87,58	16,44	18,81	11,74	192,52	68,03%
Especialistas	1	1	14	9	3	4	32	7,73%
ETI	1,00	1,00	7,95	5,84	2,05	2,96	20,80	7,35%
Mestrado	17	13	33	13	11	9	96	23,19%
ETI	7,58	6,66	16,37	5,20	3,80	3,60	43,21	15,27%
Licenciatura	6	7	35	6	8	7	69	16,67%
ETI	2,35	2,57	12,06	2,54	2,75	4,20	26,47	9,35%
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>54</b>	<b>175</b>	<b>46</b>	<b>44</b>	<b>35</b>	<b>414</b>	<b>100,00%</b>
<b>ETI</b>	<b>41,10</b>	<b>38,01</b>	<b>123,96</b>	<b>30,02</b>	<b>27,41</b>	<b>22,50</b>	<b>283,00</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 15 - Recursos Humanos Docentes**

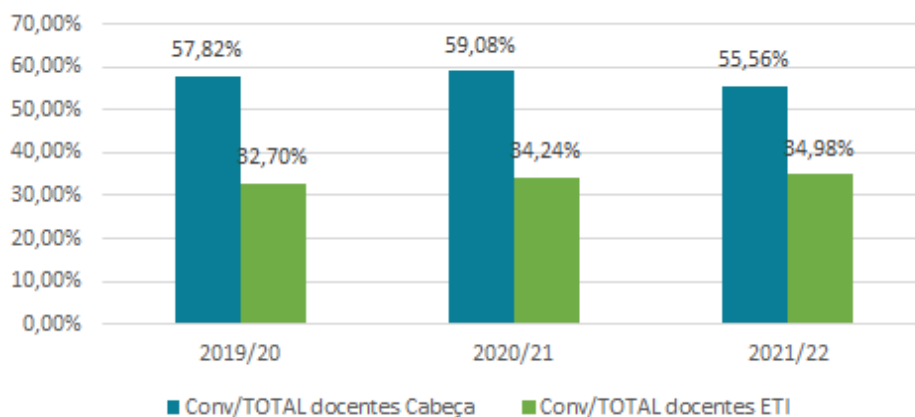
	2017/18	2018/19	2019/20	2020/2021	2021/2022
Docentes ETI	267,02	264,53	276,36	282,95	283,00
Docentes TI	197	198	207	208	207
Docentes doutorados/as ETI	181,87	189,46	191,85	189,51	192,52
Docentes doutorados/as TI	159	164	174	175	177
Docentes doutorados/as ETI/Docentes ETI	68,1%	71,6%	69,4%	67,0%	68,0%
Docentes doutorados/as TI/Docentes TI	80,7%	82,8%	84,1%	84,1%	85,5%

**Gráfico 15 – Rácio docentes doutorados/as /docentes – TI e ETI**

**Gráfico 16 – Rácio docentes especialistas/docentes**


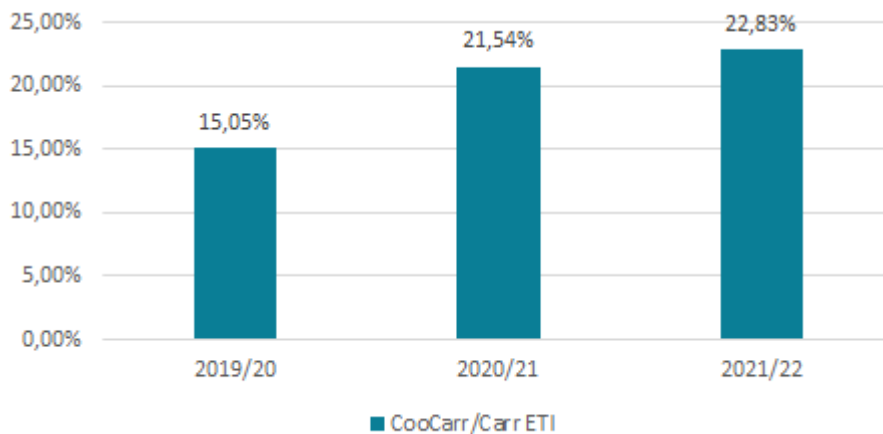


**Gráfico 17 – Rácio docentes de carreira/docentes em ETI**

Em 2021/22, este rácio manteve a sua representatividade relativamente ao ano anterior.

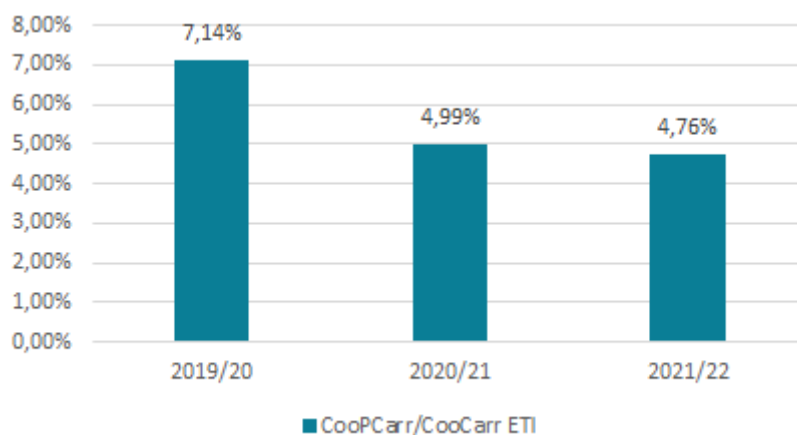
**Gráfico 18 – Rácio docentes convidados/docentes**

Em 2021/22, a variação deste rácio é baixa, pelo que não representa nenhuma alteração que seja digna de relevo.

**Gráfico 19 – Rácio docentes coordenadores de carreira/docentes de carreira**

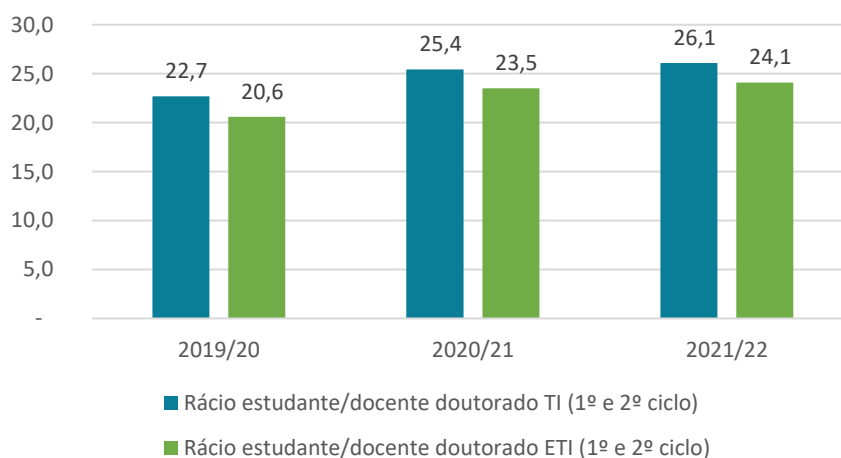
Em 2021/22, este rácio regista uma tendência crescente, refletindo o empenho na concretização de concursos para progressão na carreira.

**Gráfico 20 – Rácio docentes coordenadores principais de carreira/docentes coordenadores de carreira**

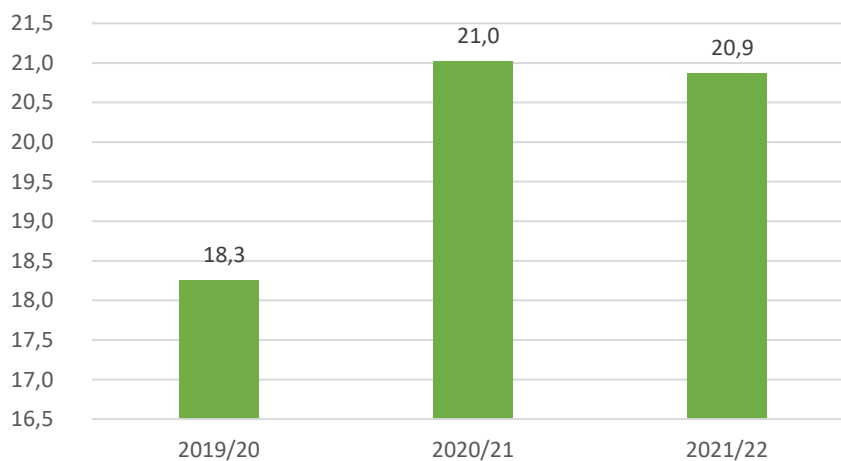


Em 2021/22, o rácio desceu ligeiramente devido ao aumento dos docentes coordenadores de carreira.

**Gráfico 21 – Rácio estudante/docente doutorado/a TI e ETI (1º e 2º ciclo)**



**Gráfico 22 – Rácio estudante/docente doutorado/a + especialista ETI (1º e 2º ciclo)**





No que se refere ao Sistema de Avaliação de Desempenho, foi durante estes últimos anos um fator crítico quer pelas medidas a nível legislativo que mantiveram congeladas as progressões desde 2009, quer para o pessoal docente que não tinha o sistema de avaliação implementado.

No entanto, o IPVC concluiu, para o pessoal docente, a avaliação do triénio 2016/2018, e encontra-se a decorrer o processo avaliativo referente ao triénio 2019/2021.

No que se refere ao pessoal não docente, os objetivos do SIADAP 3 para o ciclo de avaliação de desempenho relativo ao biénio 2019/2020 foram alinhados com o plano estratégico da Instituição e contratualizados formalmente, de acordo com a legislação aplicável, entre avaliadores e avaliados, e de acordo com os grupos de serviços previamente constituídos.

Garantindo a transparência e equidade interna do sistema, o Conselho Coordenador da Avaliação (CCA) procedeu à definição e divulgação dos critérios de harmonização a adotar para a distribuição de quotas de Relevante e Excelente a atribuir aos trabalhadores/as abrangidos pelo SIADAP, no biénio 2021-2022.

Foi ainda concretizado o processo de eleição dos dois representantes dos/as trabalhadores/as não docentes para a Comissão Paritária, uma vez que o mandato dos elementos eleitos anteriormente já tinha terminado.

No que respeita ao Sistema de Incentivos e Reconhecimento do Mérito, o IPVC prosseguiu com a abertura de vários procedimentos concursais, quer a nível de pessoal docente, quer a nível de pessoal não docente.

Prossequindo a tendência de reforço do pessoal não docente dos últimos anos, também em 2021 foram abertos vários concursos que permitiram a admissão de 1 técnico superior, 4 especialistas de informática, 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional. Encontram-se a decorrer 4 procedimentos concursais, 2 para a categoria profissional de técnico superior e 2 para a categoria profissional de assistente operacional.

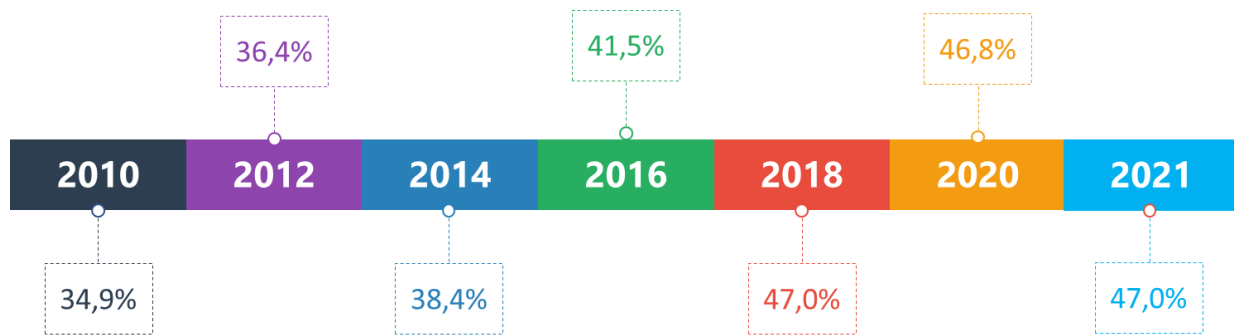
Procurando promover a valorização e reconhecimento profissional, procedeu-se à consolidação da mobilidade intercarreiras de alguns funcionários que desempenhavam funções de técnico superior ou assistente técnico e detinham habilitações para se proceder à sua progressão, a qual foi autorizada pela tutela em 2021.

Relativamente ao pessoal docente encontram-se a decorrer 2 concursos para a categoria de professor adjunto.

Para o ano de 2022, prevê-se a abertura de 1 concurso para Professor Coordenador Principal, 7 concursos para Professores Coordenadores, 7 Professores Adjunto. Relativamente ao pessoal não docente, prevê-se a abertura de vagas para 1 Técnico Superior e 1 Assistente Operacional.

**Tabela 16 - Corpo Docente por Escola e Categoria em 2021/22**

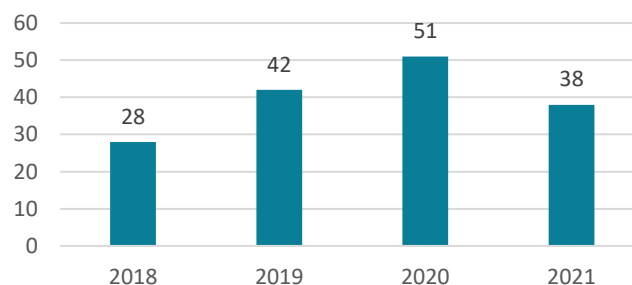
<b>Categoria</b>	<b>ESE</b>	<b>ESA</b>	<b>ESTG</b>	<b>ESS</b>	<b>ESCE</b>	<b>ESDL</b>	<b>Total</b>
Assistente Convocado	30	24	67	20	23	20	<b>184</b>
Equiparado a Assistente do 2º Triénio			2	1			<b>3</b>
Equiparado a Assistente do 2º Triénio c/ M. ou D.			1				<b>1</b>
Assistente			1			1	<b>2</b>
Professor Adjunto	14	25	69	14	11	7	<b>140</b>
Professor Adjunto Convocado	7		19	2	7	6	<b>41</b>
Professor – Coordenador	8	3	14	9	2		<b>36</b>
Professor - Coordenador c/ agregação		1	1		1	1	<b>4</b>
Professor Coordenador Principal		1	1				<b>2</b>
PQND	1						<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>54</b>	<b>175</b>	<b>46</b>	<b>44</b>	<b>35</b>	<b>414</b>

**Figura 4 - Evolução de pessoal não docente com formação superior**

**Tabela 17 - Pessoal não docente por categoria – IPVC e SAS**

Categoria	SC		SAS		ESE		ESA		ESTG		ESS		ESCE		ESDL		UGP		Total
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
Administrador																			1
Diretor Serviços	1	1																	2
Chefe divisão	1	1																	2
Técnico Superior	12	10	3	2	3		2	3	12	5	2	1	3	2	2		1	1	64
Especialista Inf. G2 N1																			1
Especialista Inf G1 N2			3																4
Técnico Inf G3 N1																			1
Técnico Inf G2 N1	1	1		1		1													4
Técnico Inf G1 N2								1				1							2
Técnico Inf G1 N1										1									1
Coordenador técnico	1					1													2
Assistente técnico	5	3	9	1	1	1	4	1	5	2	4	1	2					1	40
Encarregado Operacional				1							1								2
Assistente Operacional			3	32	5	4	1	3	2		1	3	1		1	2			58
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>45</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>18</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>184</b>

**Tabela 18 – Bolseiros/as de Investigação**

2018	2019	2020	2021
28	42	51	38

**Gráfico 23 – Nº Bolseiros/as de Investigação**

**Tabela 19 – Nº de Investigadores/as**

	2021
Doutorado/a Investigador/a	5
Investigador/a Auxiliar	1

IDI

Tabela 20 - Membros Integrados em Unidades de Investigação IPVC e participadas

		2019	2021	2022
PRÓPRIAS	CISAS	11	21	17
	proMetheus	18	18	16
	ADiT-Lab	17	20	18
	<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>59</b>	<b>51</b>
PARTICIPADAS	CIDESD	2	2	2
	UNIAG	2	5	5
	CIMO	4	5	5
	UICISA:E	10	9	9
	CITUR	-	3	3
	<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>24</b>	<b>24</b>

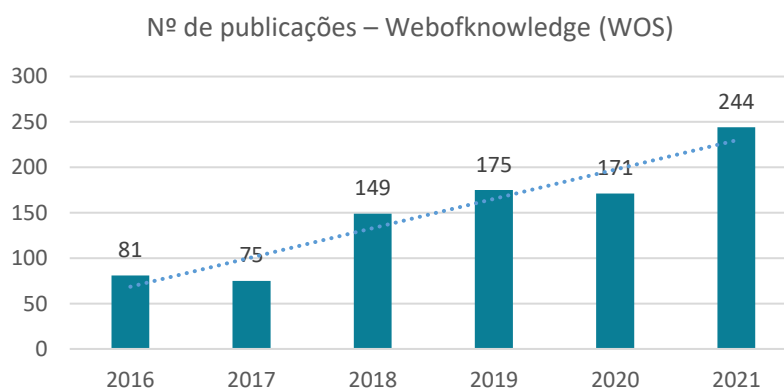
Fonte: TECH IPVC 18/02/2022

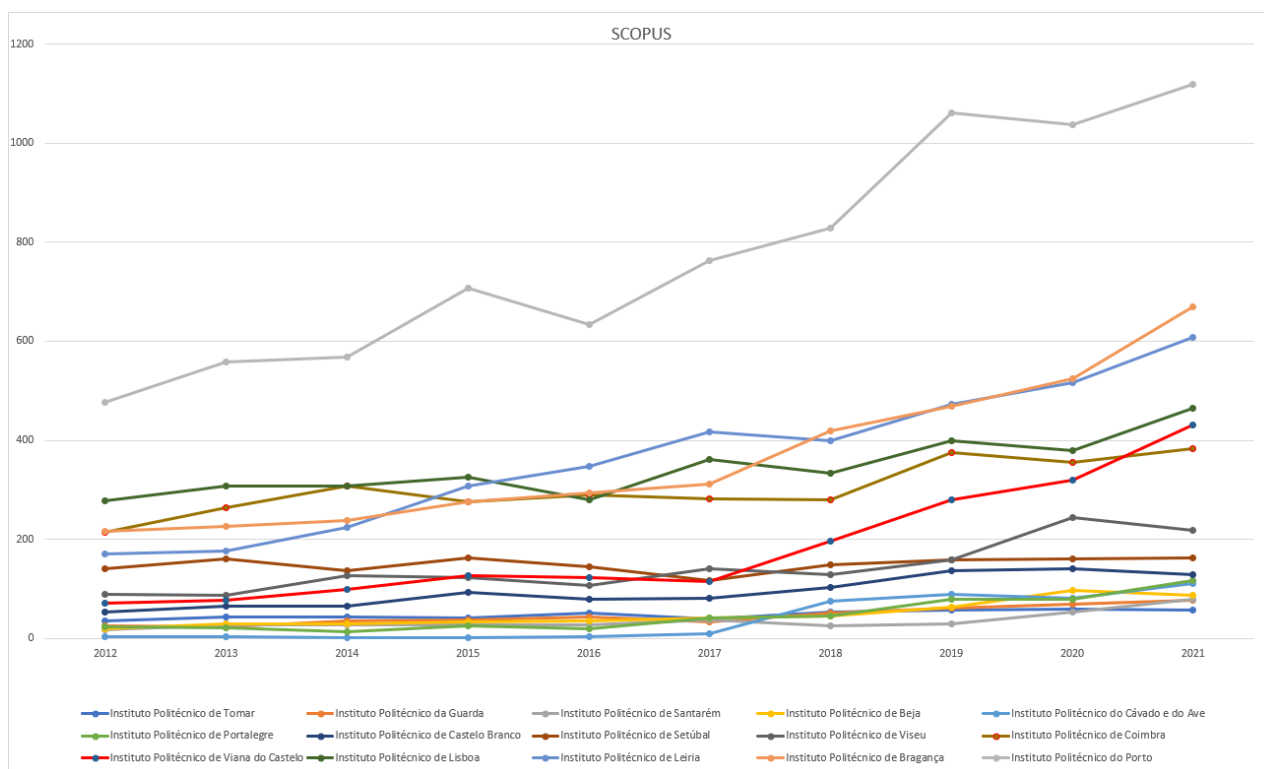
Tabela 21 - Nº de publicações IPVC

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Nº de publicações – Webofknowledge (WOS)	81	75	149	175	171	244
Nº de publicações - Scopus	126	119	137	280	319	441
Nº de publicações - global (WOS+ Scopus)	207	194	286	455	490	685

Fonte: Fonte: Scopus e WOS (fevereiro de 2022)

Gráfico 24 – Nº de publicações WOS+Scopus



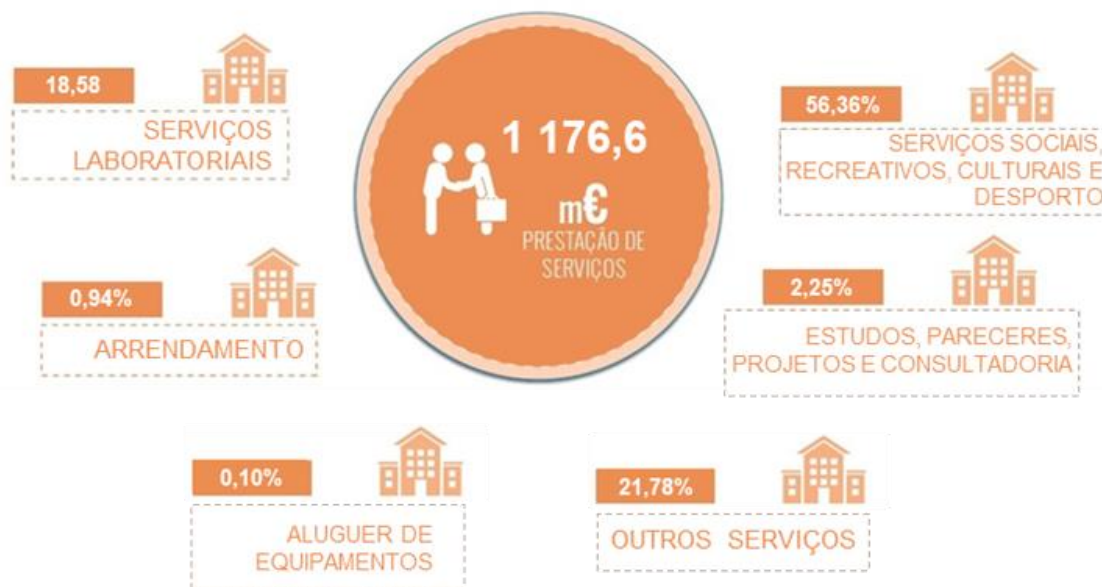
**Gráfico 25 – Nº de publicações segundo o Scopus – comparação IPVC com outros Politécnicos**


Fonte: Scopus (<https://www.scopus.com/>) (acedido em fevereiro de 2022)

## ÁREA FINANCEIRA

**Tabela 22 - Indicadores Financeiros**

	2018	2019	2020	2021
Receitas próprias	5 878 385,55€	5 743 078,33€	5 510 665,98€	5 851 679,27€
Orçamento total	22 454 796,49€	24 809 687,85€	25 928 112,40€	24 987 323,07€
Receitas próprias / orçamento total	26,18%	23,15%	21,25%	23,42%
Receitas de projetos / orçamento total	13,20%	21,05%	23,88%	14,32%
Receitas Resultantes de Projetos	2 963 537,87€	5 221 419,44€	6 266 474,42€	4 115 699,97€
Nº de projetos em execução	72	69	90	81

**Figura 5 – Distribuição das Prestações de Serviço em 2021**


### MOBILIDADE INTERNACIONAL

**Tabela 23 – Evolução da participação em programas de mobilidade**

Programa	População alvo	2018/2019		2019/2020		2020/2021		Tendência
		Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos	
Erasmus+ KA103	Estudantes - estudos	57	126	63	85	19	44	↗
	Estudantes - estágios	41	1	10	2	12	0	
	Docentes ensino	34	44	13	6	5	3	
	Não docentes	4	65	*	7	0	3	
<b>Total</b>		<b>136</b>	<b>236</b>	<b>86</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>50</b>	
Erasmus+ ICM KA107	Estudantes - estudos	0	--	--	--	0	0	(*)
	Docentes ensino	--	--	--	--	0	0	
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
Erasmus Mundus	Estudantes - estudos	--	--	--	--	0	0	(*)
	Académicos e Staff	--	--	--	--	0	0	
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
IACOBUS	Estudantes - estudos	--	--	--	--	--	--	↗
	Docentes ensino	4	5	2	3	1	3	
	Não docentes	2	3	1	1	0	0	
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	
Protocolo Brasil	Estudantes - estudos	--	4	--	4	0	0	→
	Não docentes	--	1	--	--	0	0	
Protocolo China	Alunos - estudos	--	--	--	--	0	0	
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
Livre Mobilidade	Estudantes - estudos	--	--	--	1	0	0	↗
	Docentes ensino	--	--	--	1	0	4	
	Não docentes	--	--	--	--	0	0	
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	
<b>Total dos programas</b>		<b>142</b>	<b>249</b>	<b>89</b>	<b>110</b>	<b>37</b>	<b>57</b>	

Fonte: GMCI

- Não atingiu meta (se a tendência é de melhorar ↗ se a tendência é de piorar ↘).
- Atingiu meta (se a tendência é de melhorar ↗ se a tendência é de piorar ↘).
- Indicador que exige especial atenção; meta no limite.

Os Docentes IN que vieram pelo Consórcio Erasmus como ORADORES, são considerados nas estatísticas como mobilidade docente IN De setembro 2020 a agosto de 2021 são consideradas mobilidades do ano letivo de 2020-2021

Na Livre Mobilidade -Docentes- são considerados os Doutoramentos que mobilizaram para Unidades de Investigação

(\*) Projeto terminou, no entanto, decorreram novas candidaturas (fev. 2022) a ICM - Erasmus (International Credit Mobility), o qual substituiu o Erasmus Mundus

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS CONSOLIDADAS 2021

---

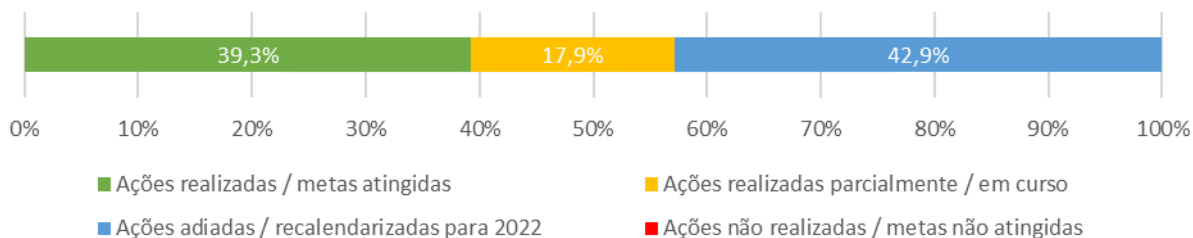
# MONITORIZAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO POR EIXOS



## EIXO 1 - ESTRUTURAS DE GESTÃO (EST)

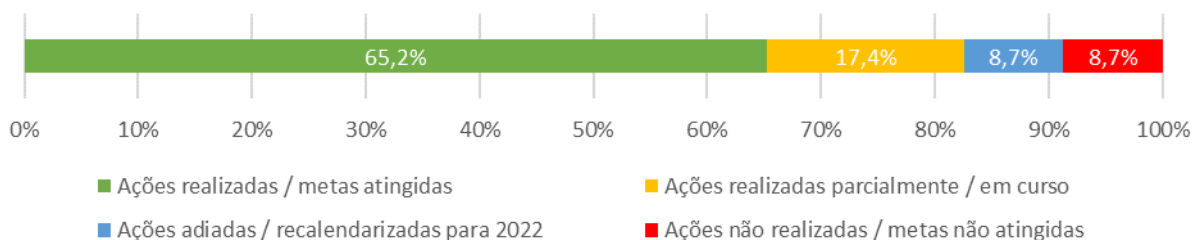


### E1.1 Indicadores, Metas e Ações - 2021 para Eixo 1 - Sistema de Gestão e Sistemas de Informação do IPVC

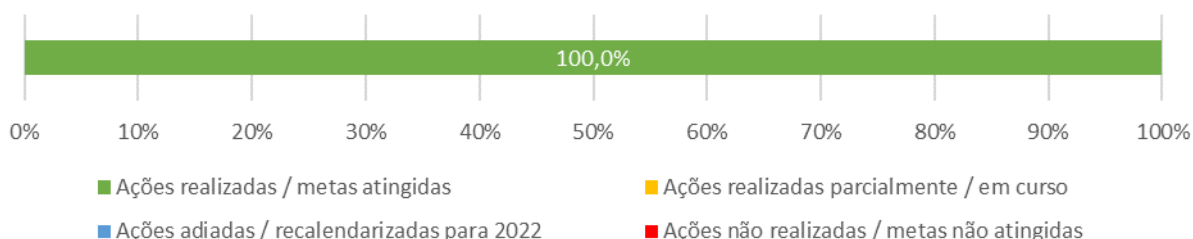


Regista-se um grau de execução de 39,3%, dado que não foi possível realizar várias ações devido às restrições impostas decorrentes do período pandémico que vivemos, como por exemplo a imposição do distanciamento social ou do isolamento profilático, todavia, e dada a relevância dessas ações para o IPVC, recalendarizaram-se para o ano 2022, tendo em conta a tendência para o levantamento da maioria das restrições.

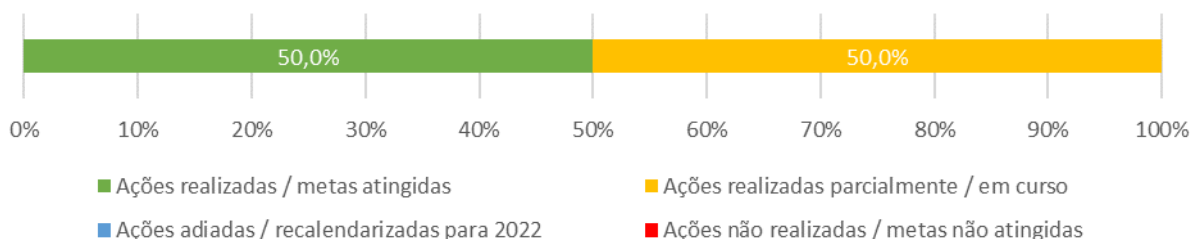
### E1.2 Indicadores, Metas e Ações - 2021 para Eixo 1 - Comunicação, Notoriedade e Divulgação do IPVC



#### ATIVIDADES ESS-IPVC 2021

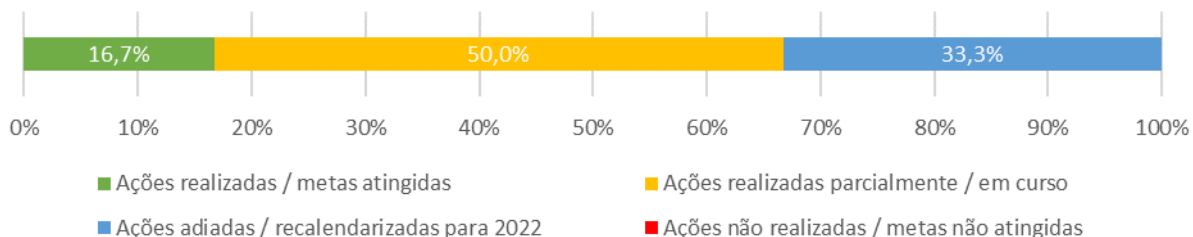


#### ATIVIDADES ESTG-IPVC 2021

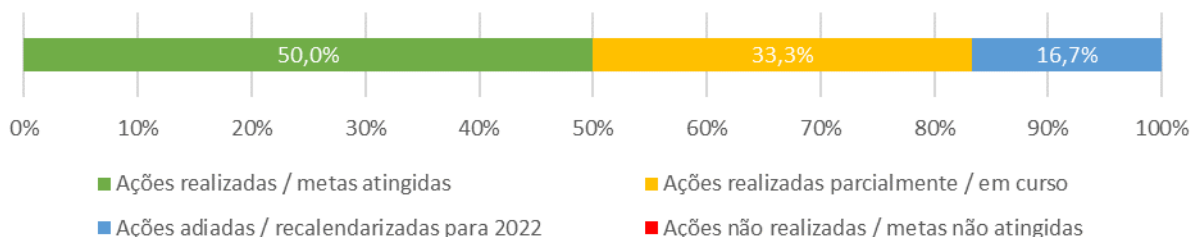




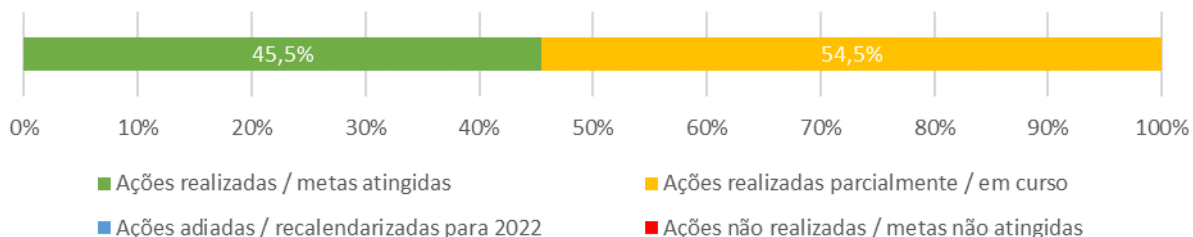
#### ATIVIDADES ESE-IPVC 2021



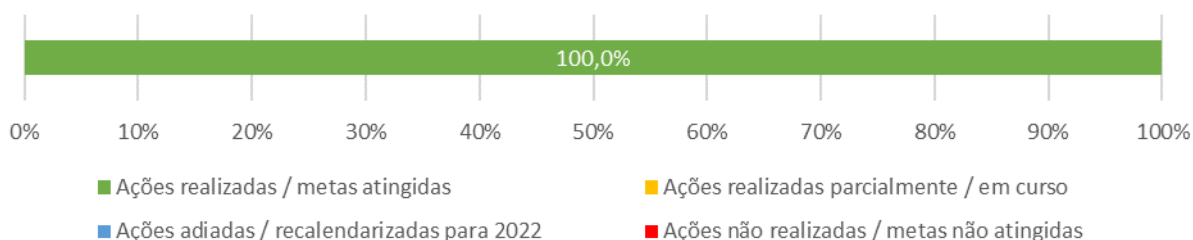
#### ATIVIDADES ESA-IPVC 2021



#### ATIVIDADES ESCE-IPVC 2021



#### ATIVIDADES ESDL-IPVC 2021



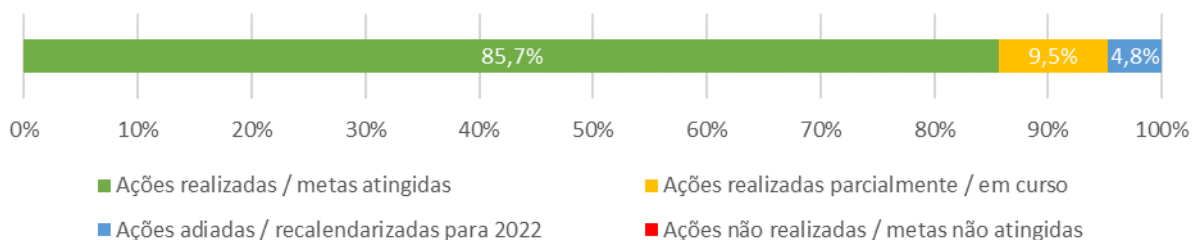
O grau de concretização foi muito positivo, apesar de não se terem realizadas todas as ações previstas, a maioria foi realizada ou está em curso, residualmente algumas ações foram recalendarizadas para o ano 2022, porque as mesmas não foram realizadas devido às restrições impostas pela pandemia. Quanto às ações não realizadas, referem-se a metas não atingidas no âmbito do posicionamento do IPVC em rankings internacionais.



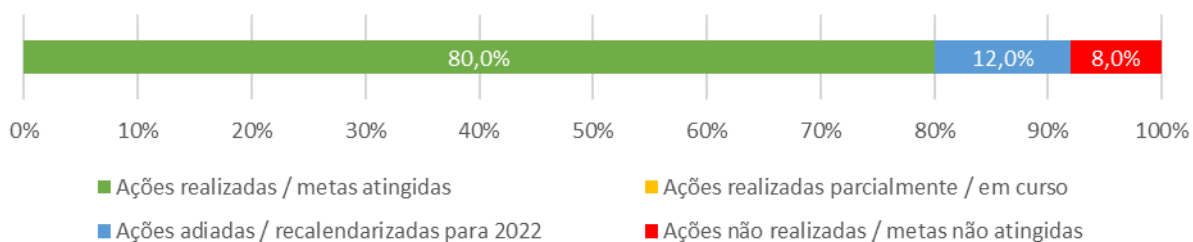
## EIXO 2 - FORMAÇÃO (FOR)



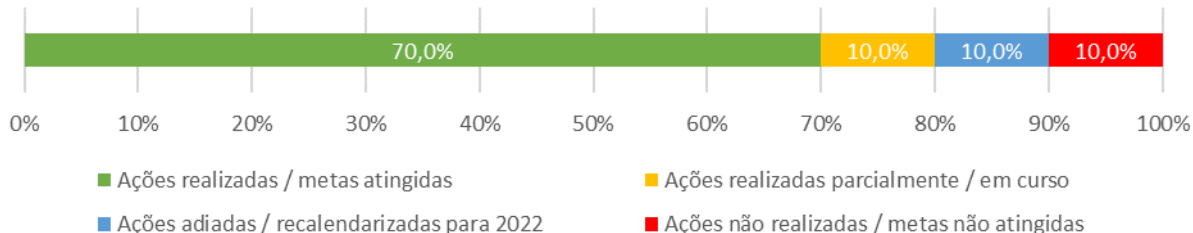
### E2.1 Plano de Ação - 2021 do Eixo 2 - Formação



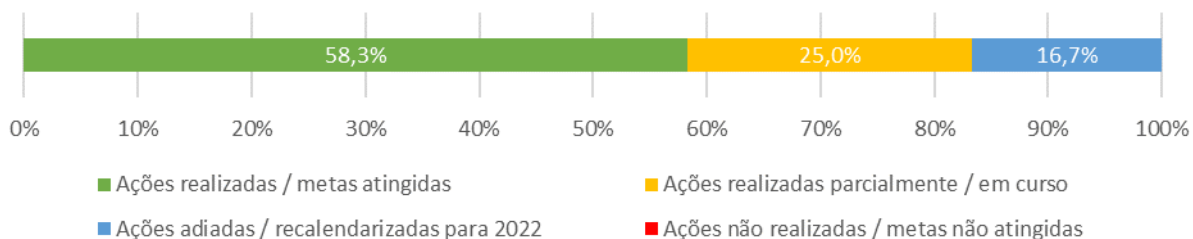
### ATIVIDADES ESS-IPVC 2021



### ATIVIDADES ESTG-IPVC 2021

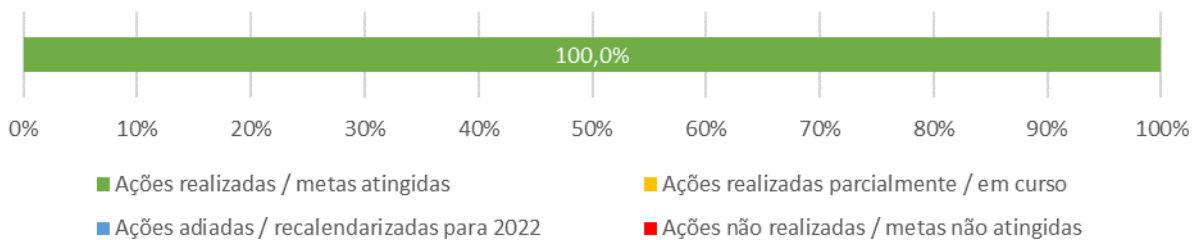


### ATIVIDADES ESE-IPVC 2021

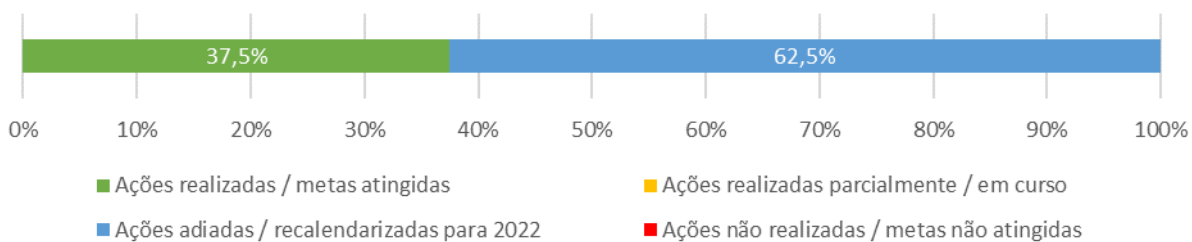




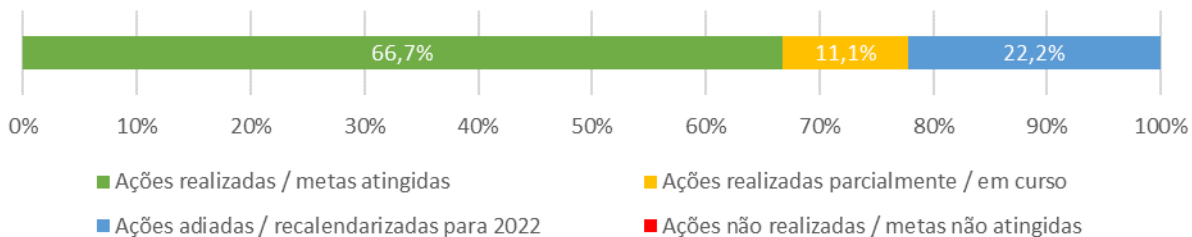
### ATIVIDADES ESA-IPVC 2021



### ATIVIDADES ESCE-IPVC 2021

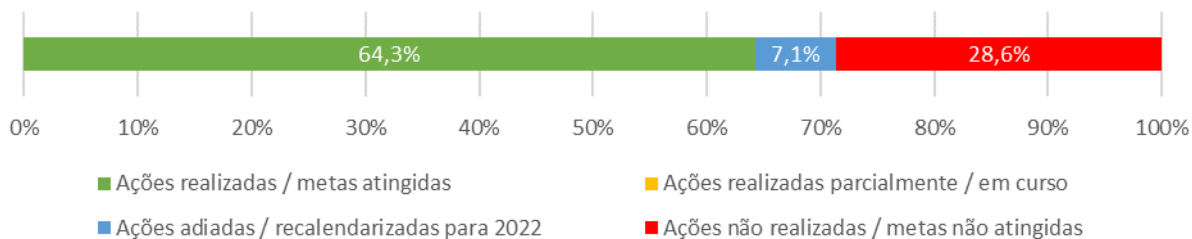


### ATIVIDADES ESDL-IPVC 2021



O resultado obtido é bastante positivo, dado que a maioria das ações foram concretizadas, registando-se que algumas ações estão em curso, porque não se encontravam concluídas a 31 de dezembro de 2021, e residualmente algumas ações foram recalendarizadas para o ano 2022, devido às restrições impostas pela pandemia.

## E2.2 Indicadores e Metas para monitorizar desempenho das Ações do Eixo 2 - FORMAÇÃO



Os indicadores e metas aqui monitorizados relacionam-se com a oferta formativa, procura, atratividade, sucesso académico, promoção de estágios e satisfação dos estudantes, pelo que se considera muito positivo o grau de realização de 64,3%.

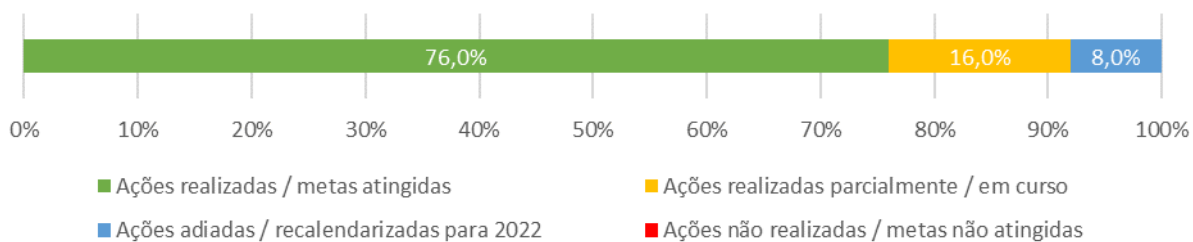
Contudo ainda existem aspetos a melhorar, conforme demonstrado pela taxa de não concretização de 28,6%, que resulta, fundamentalmente, de não se ter atingido a meta de 70% de colocados na 1ª fase (resultado obtido 68%) e se ter registado insucesso académico acima do previsto, pois a meta para os alunos aprovados versus inscritos foi definida em superior ou igual a 75% e apenas obtivemos 63,2% e para os alunos aprovados versus avaliados apenas obtivemos o resultado de 80,6%, quando a meta definida foi superior ou igual a 88,5%. Estes resultados servirão para uma reflexão e definição de novas ações.



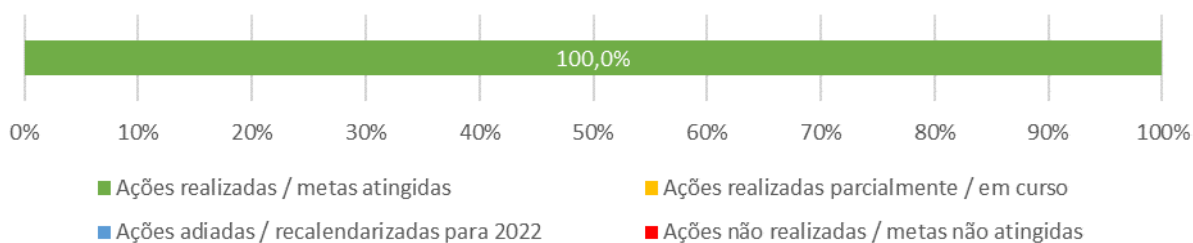
## EIXO 3 - ALUNOS (ALU)



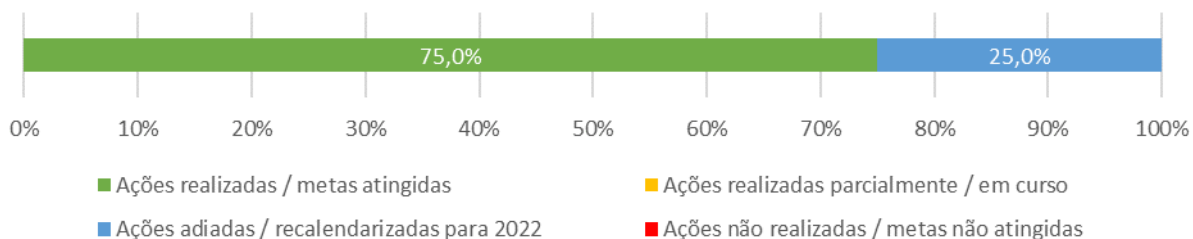
### E3.1 Plano de Ação - 2021 do Eixo 3 - ALUNOS



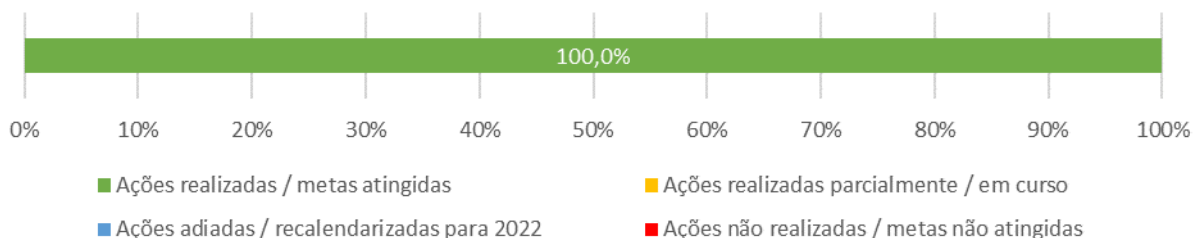
### ATIVIDADES ESS-IPCV 2021



### ATIVIDADES ESTG-IPVC 2021

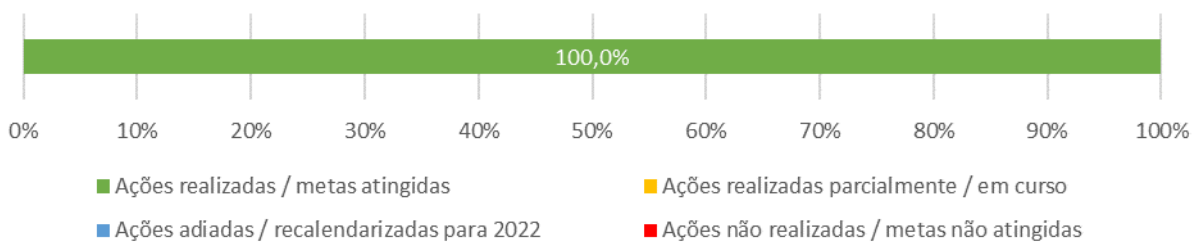


### ATIVIDADES ESE-IPVC 2021

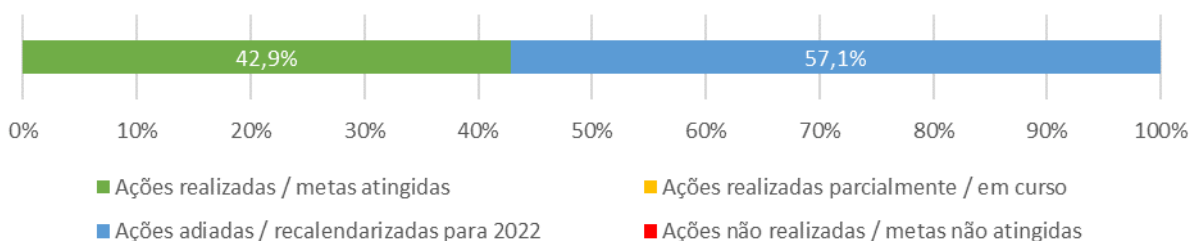




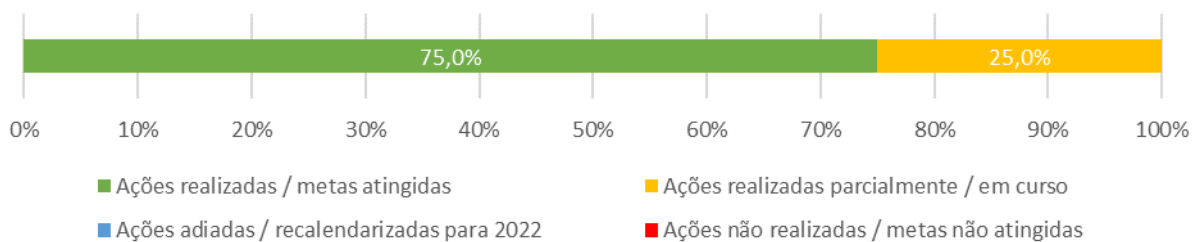
### ATIVIDADES ESA-IPVC 2021



### ATIVIDADES ESCE-IPVC 2021

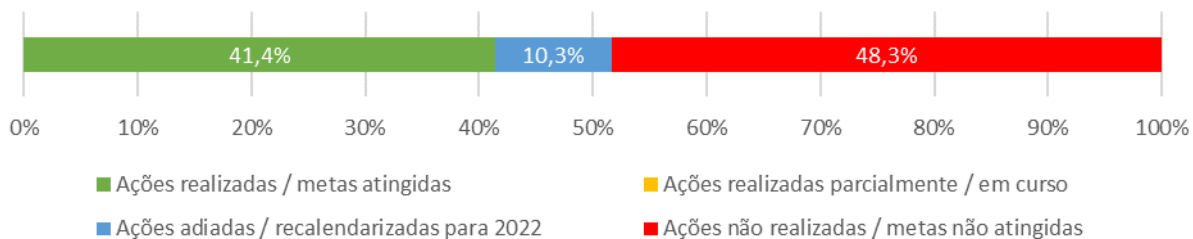


### ATIVIDADES ESDL-IPVC 2021



Verifica-se um desempenho muito positivo, apesar de não se terem realizadas todas as ações previstas, a maioria foi realizada ou está em curso, residualmente algumas ações foram recalendarizadas para o ano 2022, porque a sua realização não foi possível devido às restrições impostas pela pandemia, como por exemplo organização de seminários, jornadas, visitas de estudo e similares.

### E3.2 - Indicadores e Metas para monitorizar desempenho das Ações do Eixo 3 – ALUNOS



Os aspetos aqui monitorizados relacionam-se com a satisfação dos estudantes com os serviços de apoio, com a redução do abandono e insucesso académico e a aproximação dos estudantes finalistas do mercado de trabalho.

No que diz respeito à satisfação dos estudantes com os serviços de apoio, apesar dos resultados serem positivos não se alcançaram as metas definidas, nomeadamente no alojamento (meta maior ou igual a 4,0; resultado obtido 3,91), no Bus Académico (meta maior ou igual a 3,9; resultado obtido 3,6) e na Oficina Cultural (meta maior ou igual a 4,0; resultado obtido 3,8).

Relativamente às taxas de abandono do curso ou do IPVC, os resultados variam praticamente na mesma proporção. A maior taxa de abandono verifica-se no grau de mestrado (cerca de 18% acima da meta). Em termos globais, considerando todos os graus de ensino, verifica-se uma taxa de abandono acima da meta em cerca de 6%. Os resultados obtidos serão considerados para efeitos de uma reflexão e definição de novas ações corretivas da tendência negativa registada.

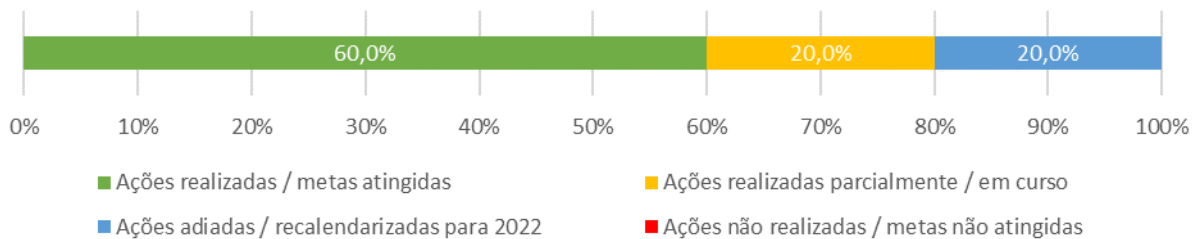




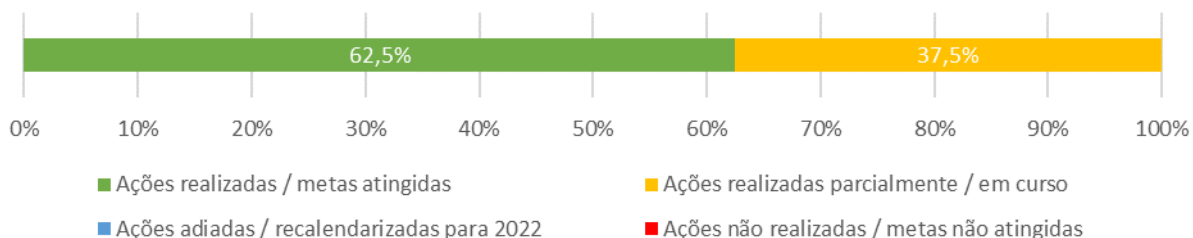
## EIXO 4 - RECURSOS HUMANOS (REC)



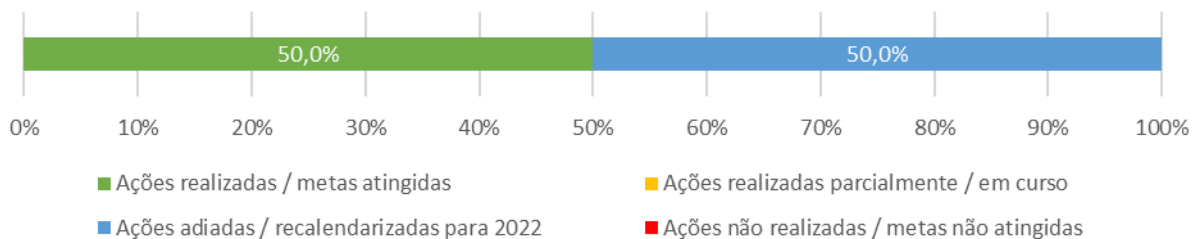
### E4.1 Plano de Ação - 2021 do Eixo 4 - RECURSOS HUMANOS



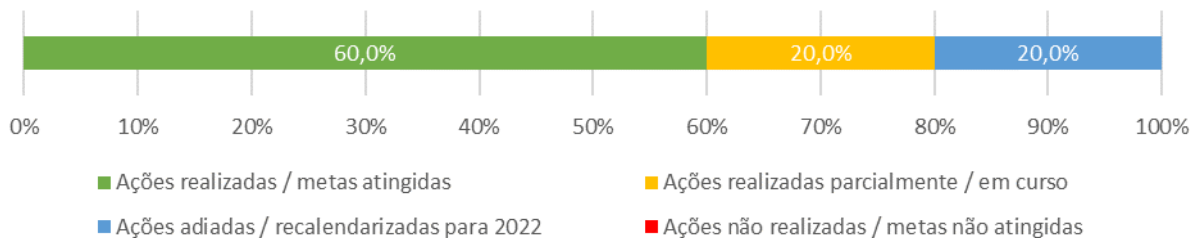
#### ATIVIDADES ESS-IPVC 2021



#### ATIVIDADES ESTG-IPVC 2021

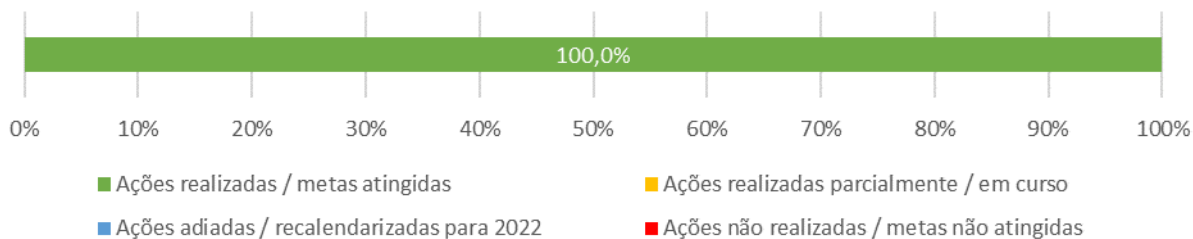


#### ATIVIDADES ESE-IPVC 2021

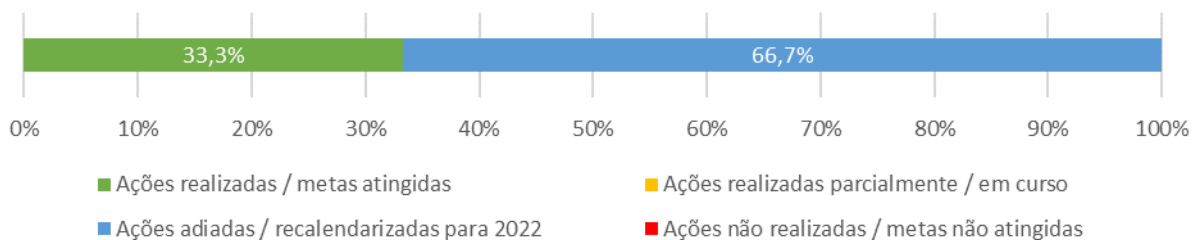




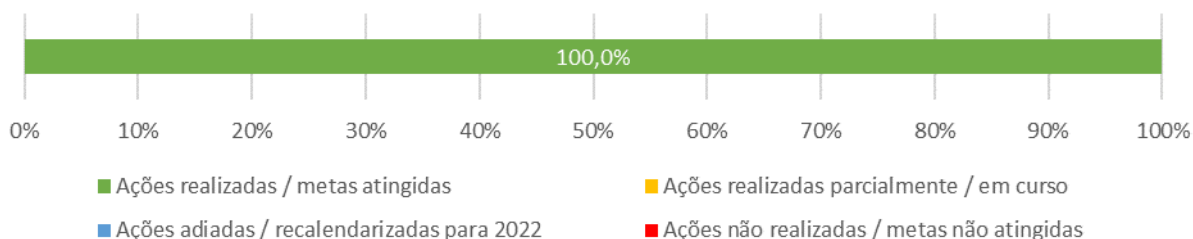
### ATIVIDADES ESA-IPVC 2021



### ATIVIDADES ESCE-IPVC 2021



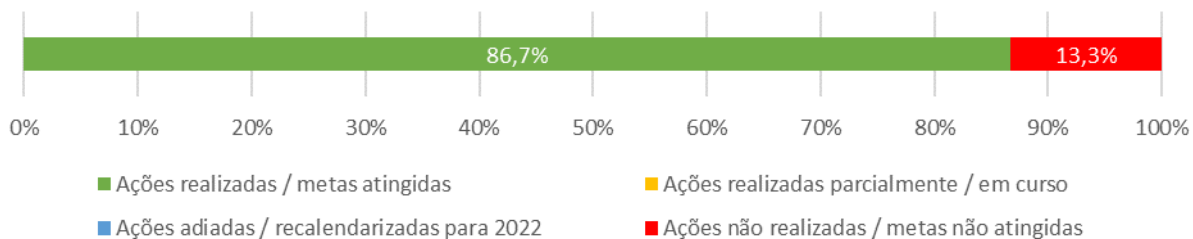
### ATIVIDADES ESDL-IPVC 2021



O grau de concretização foi positivo, apesar de não se terem realizadas todas as ações previstas, a maioria foi realizada ou está em curso, residualmente algumas ações foram recalendarizadas para o ano 2022, porque as mesmas não foram realizadas devido às restrições impostas pela pandemia, como por exemplo a organização de ações de formação para os colaboradores.



## E4.2 Indicadores e Metas para monitorizar desempenho das Ações do Eixo 4 - RECURSOS HUMANOS



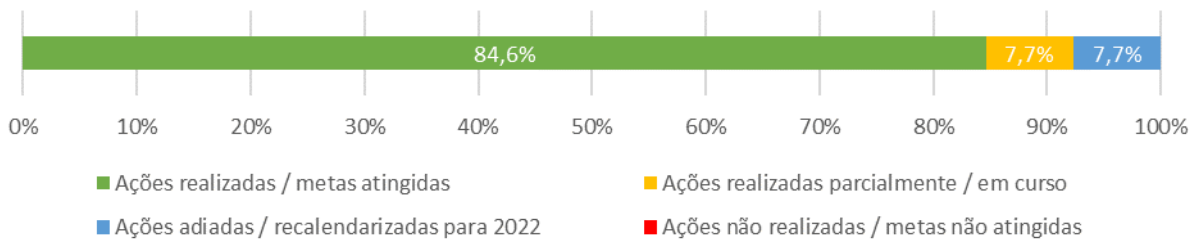
As componentes aqui monitorizadas relacionam-se com a satisfação dos colaboradores, os rácios docentes doutorados, de carreira e o absentismo, pelo que se considera muitíssimo positivo o grau de realização de 86,7%. Claro está que existem sempre aspetos a melhorar, pelo que daremos continuidade, dentro das nossas limitações orçamentais, ao esforço de abertura de concursos de promoção, progressão e recrutamento, de modo a proporcionar perspectivas de carreira aos nossos colaboradores.



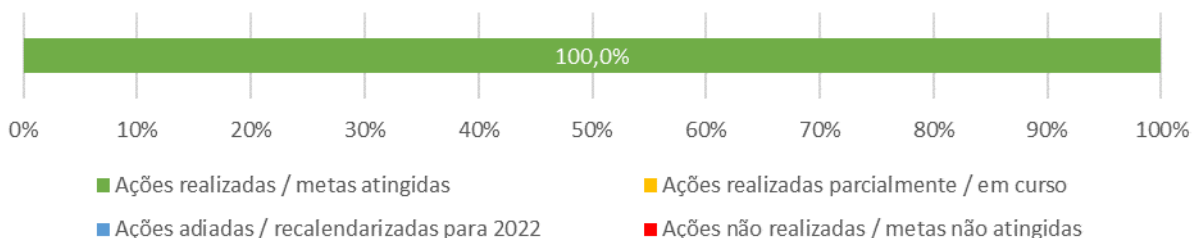
## EIXO 5 - I&D (INV)



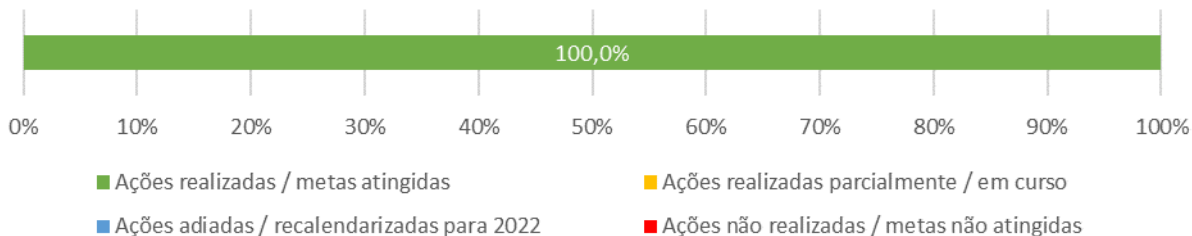
### E 5.1 Plano de Ação-2021 do Eixo 5- I&D



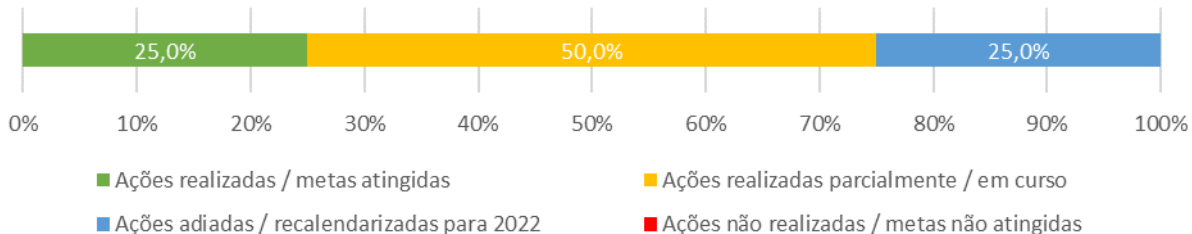
### ATIVIDADES ESS-IPVC 2021



### ATIVIDADES ESTG-IPVC 2021

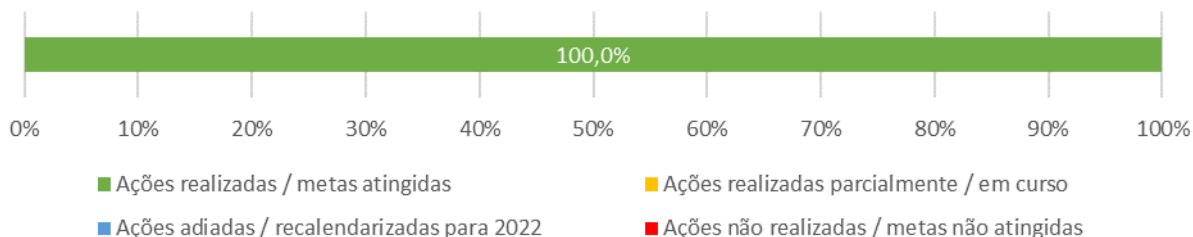


### ATIVIDADES ESE-IPVC 2021

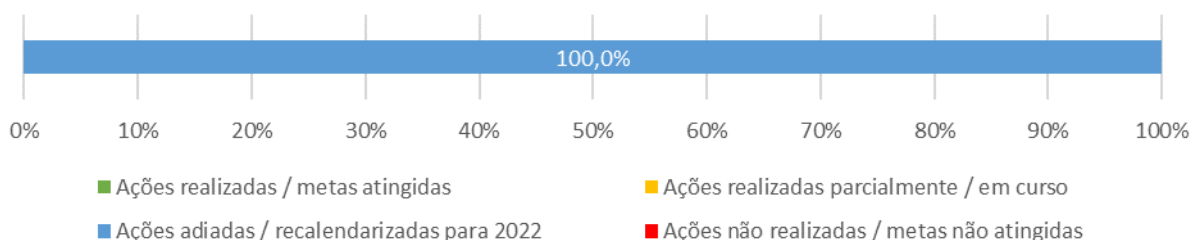




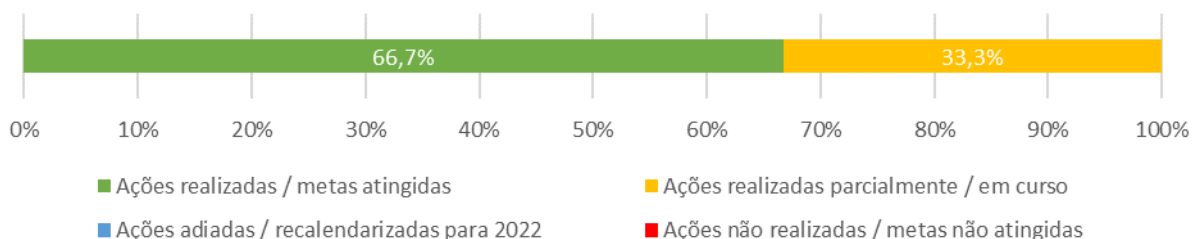
### ATIVIDADES ESA-IPVC 2021



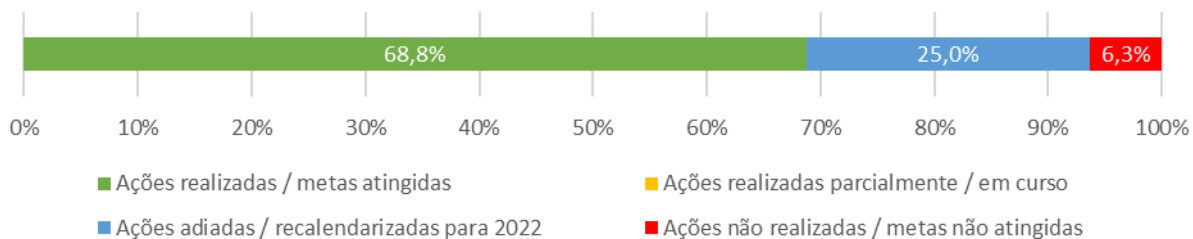
### ATIVIDADES ESCE-IPVC 2021



### ATIVIDADES ESDL-IPVC 2021



O grau de concretização foi muito positivo, apesar de não se terem realizadas todas as ações previstas, a maioria foi realizada ou está em curso, residualmente algumas ações foram recalendarizadas para o ano 2022, porque as mesmas não foram realizadas devido às restrições impostas pela pandemia, como por exemplo organização de congressos, conferências e encontros no âmbito da investigação.

**E5.2-** Indicadores e Metas para monitorizar desempenho das Ações do Eixo 5 - I&D

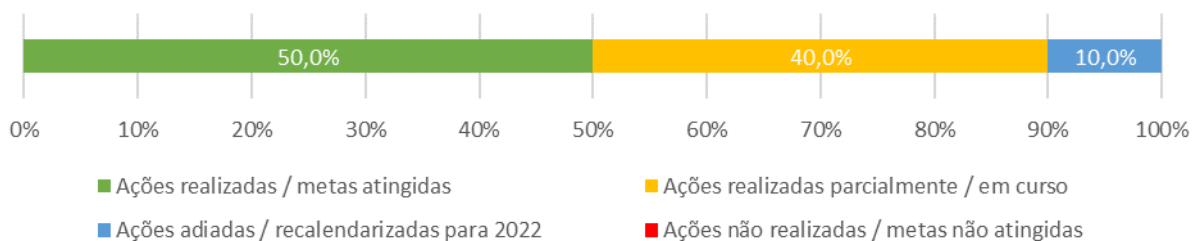
Os indicadores e metas aqui monitorizados relacionam-se com o número de investigadores nas unidades de investigação, número de projetos de investigação aprovados, número de publicações e número de projetos financiados em curso, pelo que se considera positivo o grau de realização de 68,8%.

O apuramento do resultado de alguns indicadores foi recalendarizado para o ano 2022, nomeadamente o número de projetos aprovados e a taxa de execução financeira dos projetos em curso, porque se considerou que o seu resultado foi fortemente afetado pelas restrições impostas pela pandemia, pelo que a análise desses resultados, num período tão atípico, poderia conduzir a conclusões erradas.

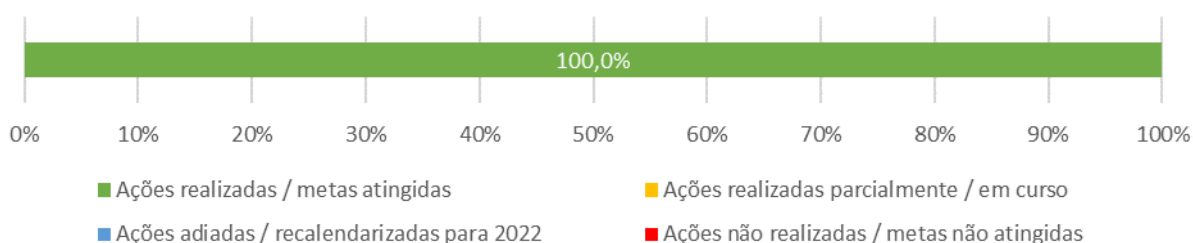
Quanto à taxa de não realização resulta da ausência de obras de docentes publicadas no repositório, dado que a sua implementação ainda se encontra em curso.

## EIXO 6 - INTERNACIONALIZAÇÃO (INT)

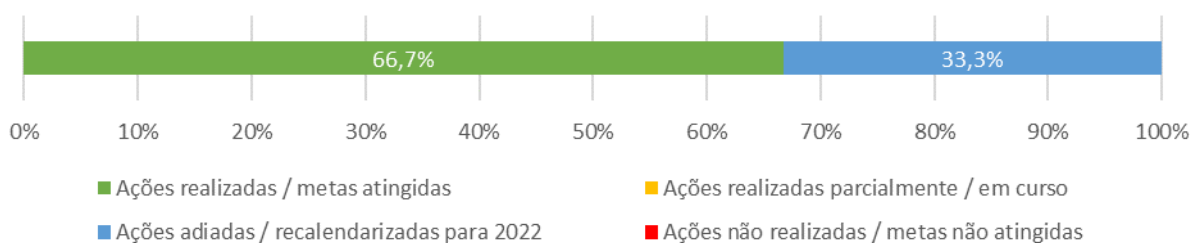
### E 6.1 Plano de Ação - 2021 do Eixo 6 - Internacionalização



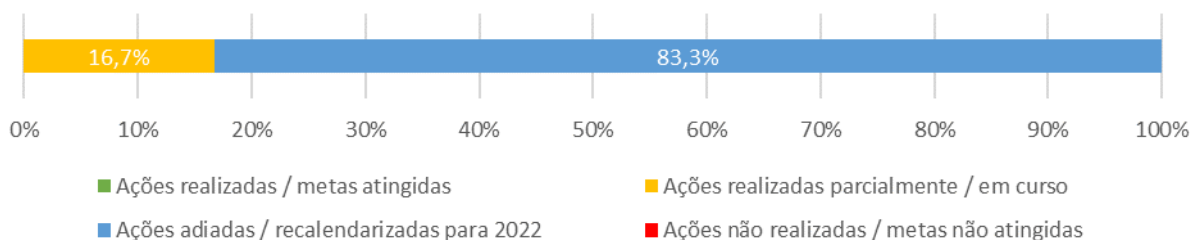
#### ATIVIDADES ESS-IPVC 2021



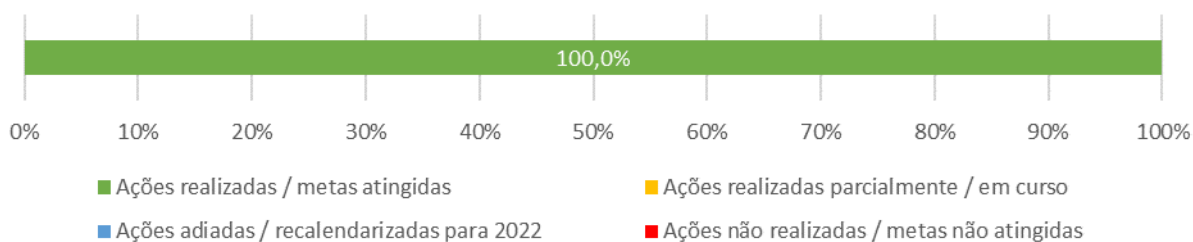
#### ATIVIDADES ESTG-IPVC 2021



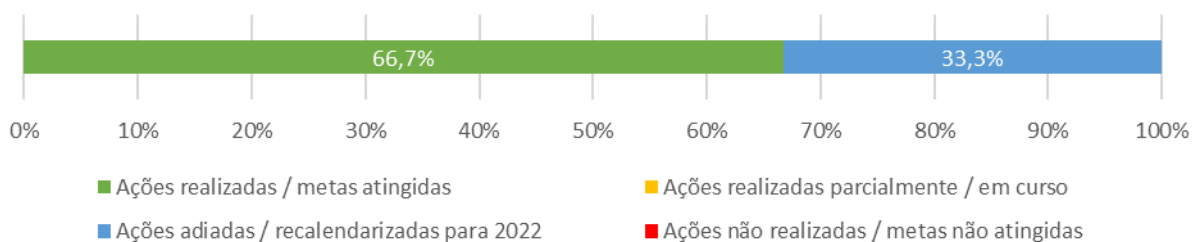
#### ATIVIDADES ESE-IPVC 2021



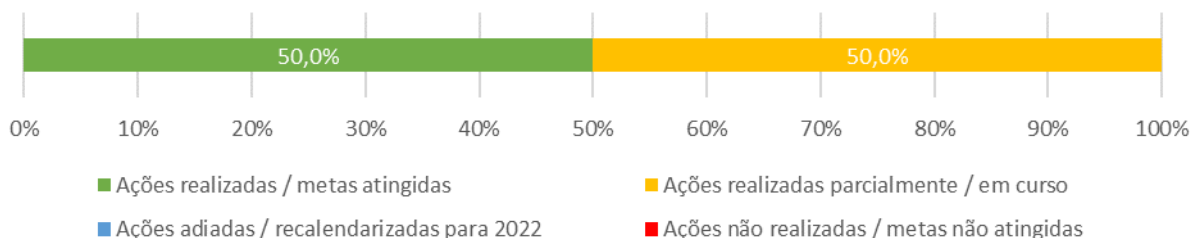
#### ATIVIDADES ESA-IPVC 2021



#### ATIVIDADES ESCE-IPVC 2021



#### ATIVIDADES ESDL-IPVC 2021

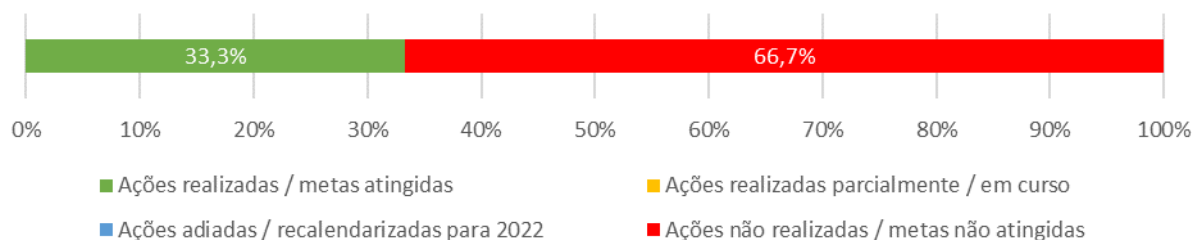


Apesar desta componente do plano de atividades ter visto o seu plano de ações drasticamente afetado pelas restrições impostas pela pandemia, devido à impossibilidade de se viajar, considera-se que o grau de realização foi positivo, pois grande parte das ações foi realizada, contudo a maioria está em curso ou foi recalendarizada para o ano 2022.





### E 6.2- Indicadores e Metas para monitorizar desempenho das Ações do Eixo 6 - Internacionalização



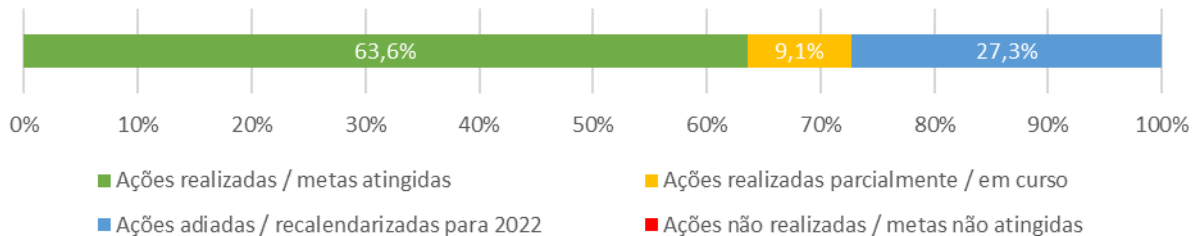
Como já referido, a área da internacionalização foi drasticamente afetada pelas restrições impostas pela pandemia, devido à impossibilidade de se viajar, pelo que não foi possível concretizar o número de mobilidades (outgoing e incoming) previstas nas metas estabelecidas.



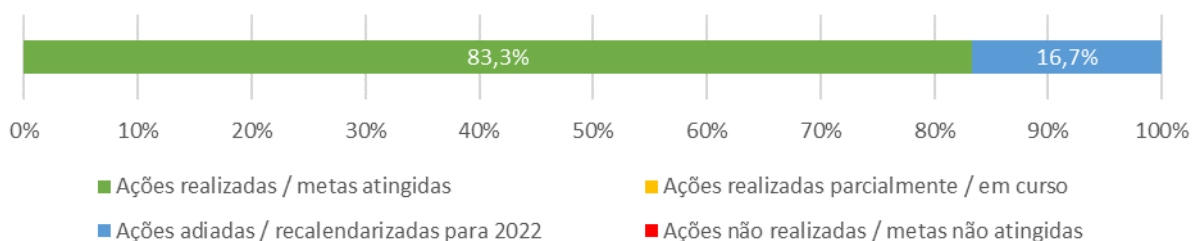
## EIXO 7 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INOVAÇÃO (PSI)



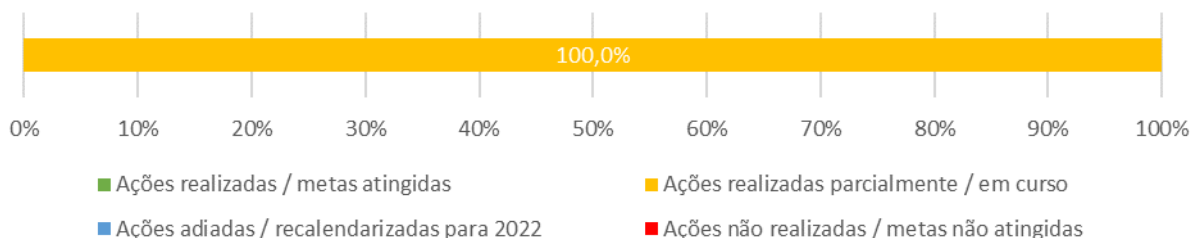
### E 7.1 Plano de Ação - 2021 do Eixo 7 - PSI (associado a Eixo 5 - I&D)



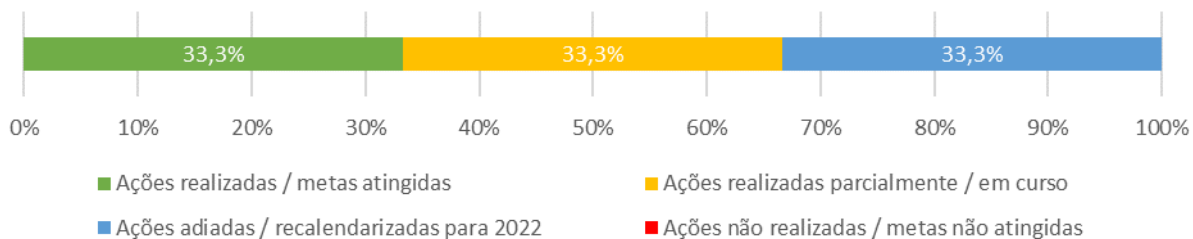
#### ATIVIDADES ESS-IPVC 2021



#### ATIVIDADES ESTG-IPVC 2021

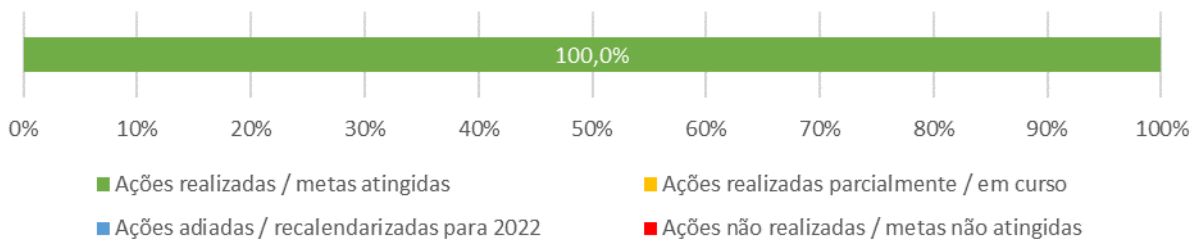


#### ATIVIDADES ESE-IPVC 2021

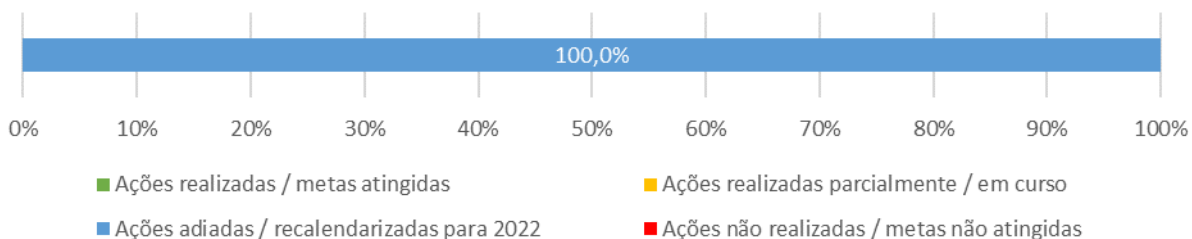




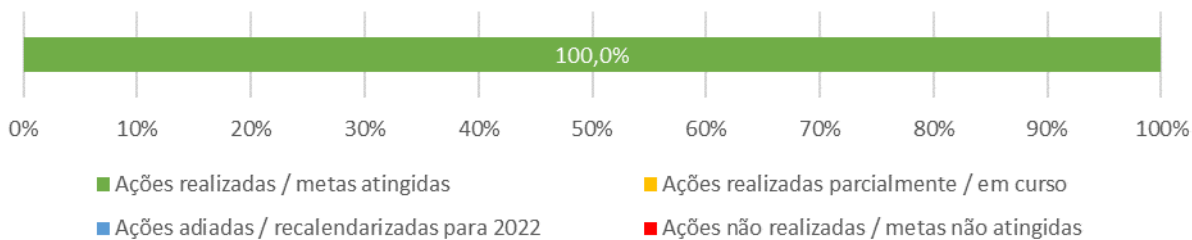
### ATIVIDADE ESA-IPVC 2021



### ATIVIDADES ESCE-IPVC 2021

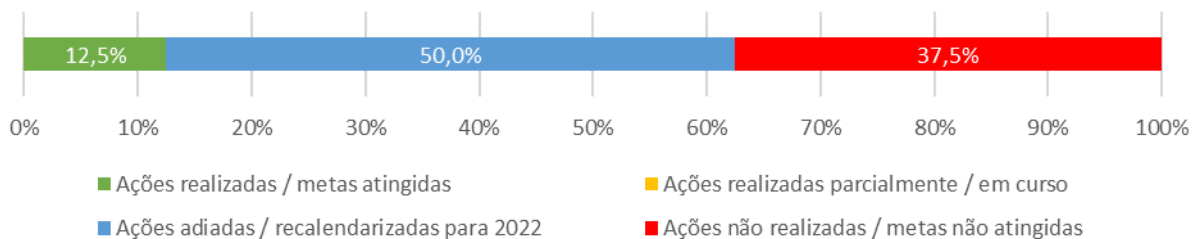


### ATIVIDADES ESDL-IPVC 2021



O resultado obtido foi positivo, dado que a maioria das ações foram concretizadas, apesar de não se terem realizadas todas as ações previstas, a maioria foi realizada ou está em curso, residualmente algumas ações foram recalendarizadas para o ano 2022, devido às restrições impostas pela pandemia, nomeadamente o estabelecimento de novas parcerias e protocolos.

### E 7.2- Indicadores e Metas para monitorizar desempenho das Ações do Eixo 7 – PSI (associado a Eixo 5 - I&D)



Este eixo também foi drasticamente afetado pelas restrições impostas pela pandemia, fundamentalmente devido à imposição do distanciamento social, daí que os resultados obtidos ficaram abaixo das metas definidas.

Os aspetos aqui monitorizados relacionam-se com o montante de receitas próprias geradas de prestações de serviços, o número de projetos em parceria, o número de projetos de investigação aprovados e o montante de receita de projetos aprovados, pelo que o seu desempenho dependem do estabelecimento de parcerias, da manutenção e criação de redes com parceiros, da proximidade do tecido empresarial da região, atividades que ficaram condicionadas pelas restrições impostas pela pandemia.

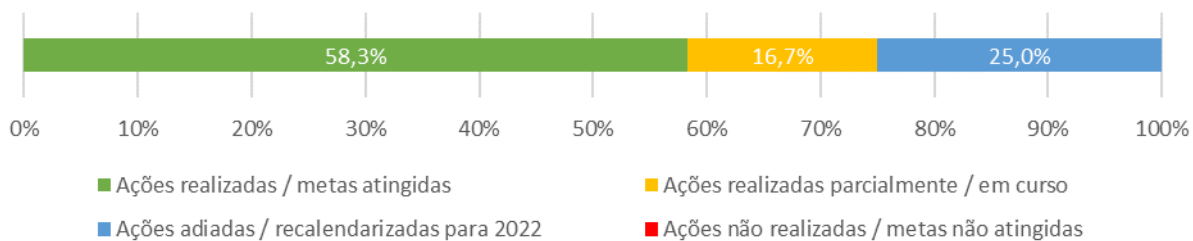
Quanto à taxa de não realização resulta do montante de receitas próprias geradas de prestações de serviços estar abaixo da meta definida (meta=330.000€; resultado=246.534,98€) e do número de projetos em parceria ter ficado abaixo da meta em cerca de 10%.



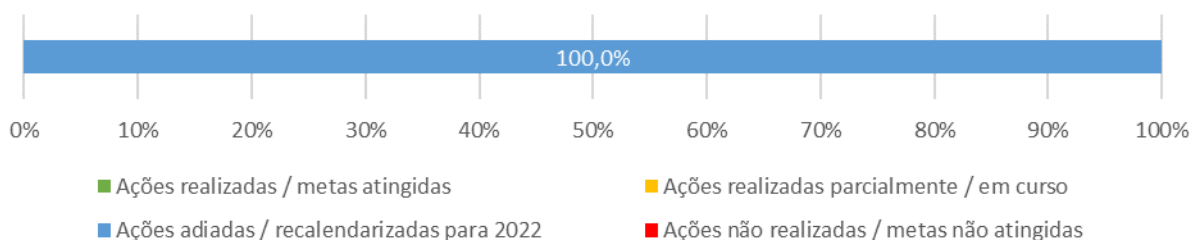
## EIXO 8 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA (FIN)



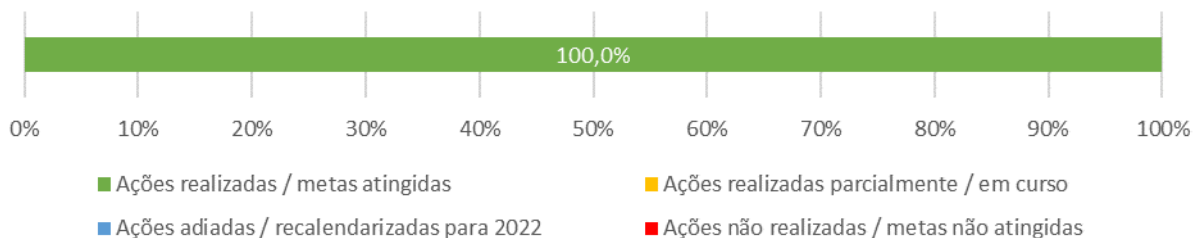
### E 8.1 Plano de Ação - 2021 do Eixo 8 - FIN (associado a Eixo 1)



#### ATIVIDADES ESE-IPVC 2021



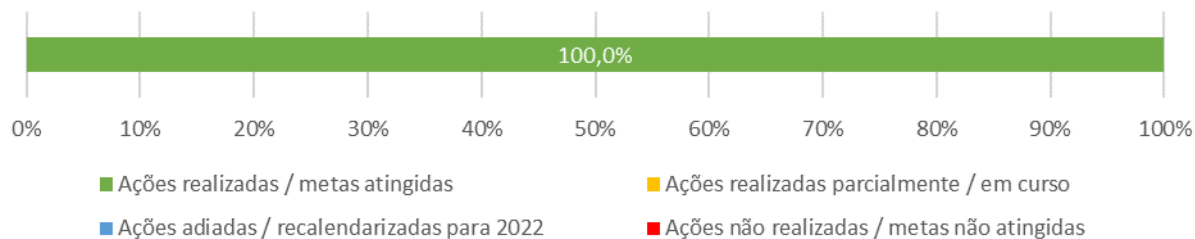
#### ATIVIDADES ESA-IPVC 2021



Verifica-se um desempenho positivo, apesar de não se terem realizadas todas as ações previstas, a maioria foi realizada ou está em curso, residualmente algumas ações foram recalendarizadas para o ano 2022, como por exemplo o desenvolvimento do circuito dos pedidos de formação e deslocação em funcionamento na on.ipvc, pois devido à pandemia foi necessário alocar os recursos humanos a outras ações mais prioritárias, nomeadamente assegurar aulas, processos de matrículas e renovação de inscrições, à distância.



**E 8.2-** Indicadores e Metas para monitorizar desempenho das Ações do Eixo 8 - FIN  
(associado a Eixo 1 - EST)



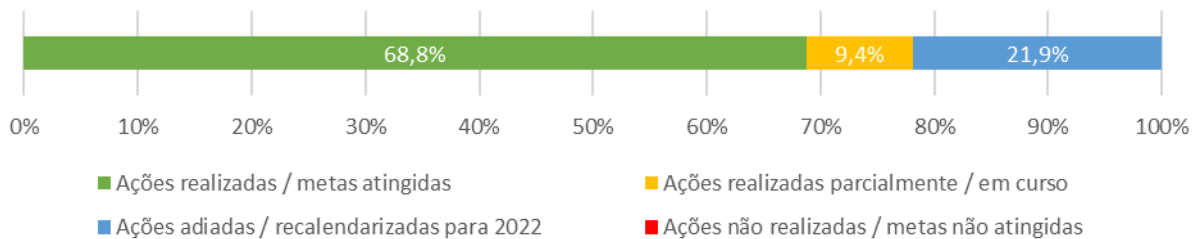
Os indicadores e metas aqui monitorizados relacionam-se com indicadores financeiros, nomeadamente, EBITDA, solvabilidade, liquidez geral, entre outros, e todos foram atingidos, materializando assim todos os esforços realizados, gerando uma brilhante taxa de realização de 100%.



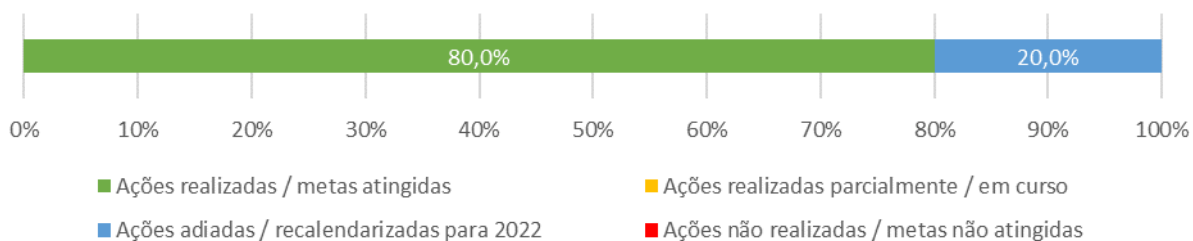
## EIXO 9 - CAMPUS SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO (SUS)



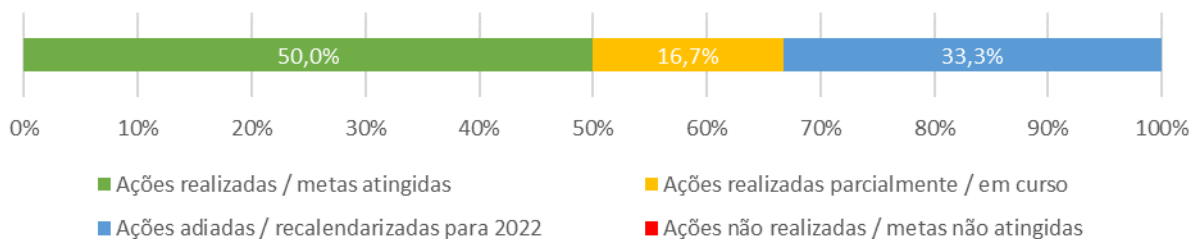
### E 9.1 Plano de Ação - 2021 do Eixo 9 - SUS (associado a Eixo 1, Eixo 3 e Eixo 4)



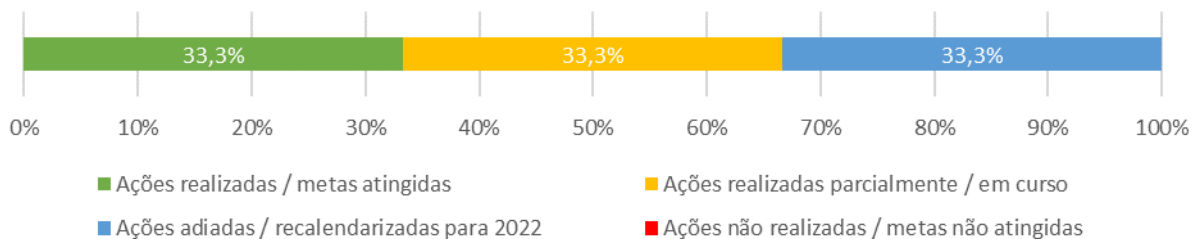
#### ATIVIDADES ESS-IPVC 2021



#### ATIVIDADES ESTG-IPVC 2021

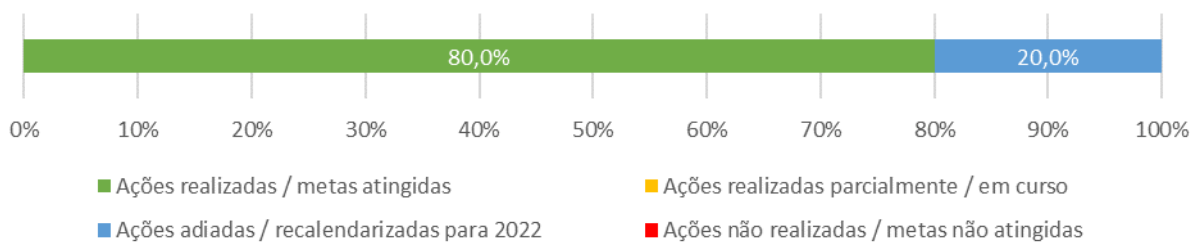


#### ATIVIDADES ESE-IPVC 2021

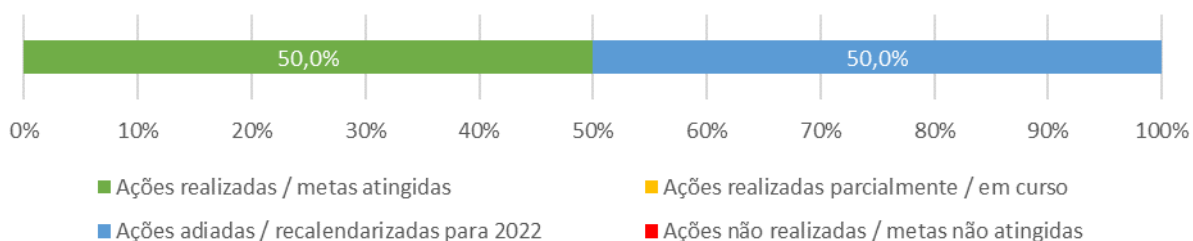




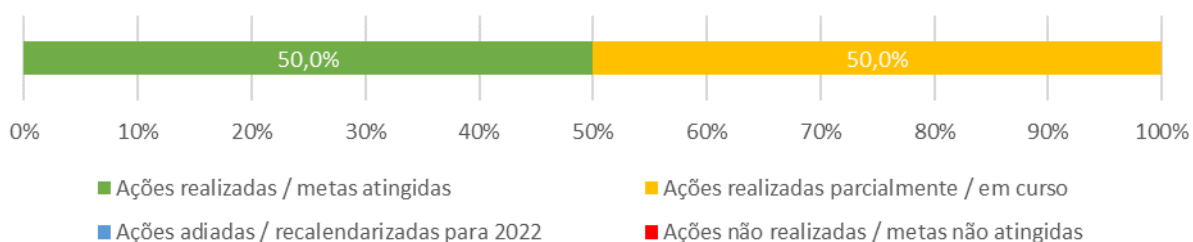
### ATIVIDADES ESA-IPVC 2021



### ATIVIDADES ESCE-IPVC 2021



### ATIVIDADES ESDL-IPVC 2021

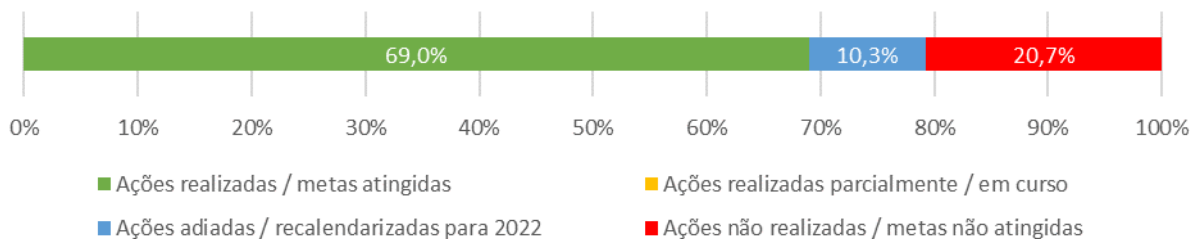


O grau de concretização foi positivo, apesar de não se terem realizadas todas as ações previstas, a maioria foi realizada ou está em curso, residualmente algumas ações foram recalendarizadas para o ano 2022, porque as mesmas não foram realizadas devido às restrições impostas pela pandemia, como por exemplo organização de ações de voluntariado, de prática desportiva, da academia sénior e de sensibilizações ambientais.





### E 9.2 Indicadores e Metas para monitorizar desempenho das Ações do Eixo 9 - SUS (associado a Eixo 1, Eixo 3 e Eixo 4)



As componentes aqui monitorizadas relacionam-se com o número de ações de voluntariado, de prática desportiva, o grau de eficiência energética e ambiental e o número e grau de satisfação dos utilizadores da BIRA-IPVC e Bus Académico, cujo desenvolvimento foi substancialmente afetado pelas restrições da pandemia, pelo que se considera positivo o grau de realização de 69,0%.

Quanto à taxa de não realização resulta, fundamentalmente, do baixo número de utilizadores do Bus Académico, do baixo número de quilómetros percorrido nas viaturas elétricas e nas BIRA-IPVC, consequência das aulas terem sido lecionadas à distância.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS CONSOLIDADAS 2021

---

# CONTAS CONSOLIDADAS

## 1. Análise Orçamental e Económico-Financeira

### 1.1. Situação Orçamental

#### Execução Orçamental Consolidada da Receita e Despesa

No quadro abaixo apresenta-se a variação da execução orçamental consolidada para o período compreendido entre 2019 e 2021.

	2021	%	2020	%	2019	%
<b>Saldo da Gerência Anterior</b>						
Receitas Gerais (f.f. 311, 319, 359)	427 611,85	60,41%	60 531,28	43,72%	10 948,87	2,69%
Fundos Comunitários (f.f. 488)	91 728,17	12,96%	8 385,34	6,06%	4 735,86	1,17%
Receitas Próprias (313, 358, 522)	188 563,53	26,64%	69 535,45	50,22%	390 635,58	96,14%
<b>TOTAL</b>	<b>707 903,55</b>	<b>100,00%</b>	<b>138 452,07</b>	<b>100%</b>	<b>406 320,31</b>	<b>100%</b>
<b>Receita Cobrada</b>						
Receitas Gerais (f.f. 311, 319, 351, 359)	14 848 957,13 €	61,16%	14 086 735,33	54,62%	13 438 869,77	55,07%
Fundos Comunitários (f.f. 400)	2 605 656,56 €	10,73%	5 361 196,59	20,79%	5 221 419,44	21,40%
Receitas Próprias (513, 540)	5 851 679,27 €	24,10%	5 510 665,98	21,37%	5 743 078,33	23,53%
Receita com ativos financeiros	973 126,56 €	4,01%	831 062,43	3,22%	-	
<b>TOTAL RECEITA COBRADA LÍQUIDA</b>	<b>24 279 419,52 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>25 789 660,33</b>	<b>100%</b>	<b>24 403 367,54</b>	<b>100%</b>
<b>Despesa Paga</b>						
<b>Receitas Gerais (f.f. 311, 319, 351, 359)</b>	<b>14 715 133,99 €</b>	<b>59,29%</b>	<b>13 719 654,76</b>	<b>54,32%</b>	<b>13 389 286,46</b>	<b>54,17%</b>
Despesas com Pessoal	14 515 511,16 €		13 609 107,47		13 376 974,68	
Aquisição de bens e serviços	31 952,34 €		10 759,43		12 311,78	
Transferências correntes	23 947,26 €		18 540,00			
Aquisição de bens de capital	140 387,73 €		81 247,86			
Outras despesas	3 335,50 €					
<b>Fundos Comunitários (f.f. 400)</b>	<b>3 617 648,38 €</b>	<b>14,58%</b>	<b>5 985 292,66</b>	<b>23,70%</b>	<b>5 155 575,09</b>	<b>20,86%</b>
Despesas com Pessoal	900 110,81 €		1 485 158,46		1 013 672,21	
Aquisição de bens e serviços	768 844,52 €		2 016 933,53		1 007 538,62	
Transferências correntes	344 164,22 €		500 762,54		497 377,29	
Aquisição de bens de capital	1 604 028,83 €		1 916 390,64		2 636 986,97	
Outras despesas	500,00 €		66 047,49		-	
<b>Receitas Próprias (313, 358, 513, 522, 540)</b>	<b>6 485 647,21</b>	<b>26,13%</b>	<b>5 554 454,93</b>	<b>21,99%</b>	<b>6 174 142,63</b>	<b>24,98%</b>
Despesas com Pessoal	2 625 666,36		2 556 250,23		2 525 742,37	
Aquisição de bens e serviços	3 221 182,56		2 436 113,46		3 166 713,42	
Transferências correntes	163 234,08		360 416,69		327 092,68	
Aquisição de bens de capital	298 904,64		149 466,82		153 205,92	
Outras despesas	176 659,57		52 207,73		1 388,24	
<b>TOTAL DESPESA PAGA</b>	<b>24 818 429,58</b>	<b>100%</b>	<b>25 259 402,35</b>	<b>100%</b>	<b>24 719 004,18</b>	<b>100%</b>
<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>	<b>168 893,49</b>		<b>668 710,05</b>		<b>90 683,67</b>	

É perceptível a relevância que as Receitas Gerais (onde se englobam as transferências do Orçamento do Estado) assumem na estrutura de financiamento do Grupo Público, tendo as mesmas representado 55,07%, 54,62% e 61,16% do total da receita cobrada efetiva em 2019, 2020 e 2021, respetivamente.

As Receitas Gerais são maioritariamente afetas ao financiamento das despesas com pessoal, sendo que as transferências do Orçamento do Estado são totalmente afetas ao financiamento dessas despesas. Realça-se que o peso do financiamento relativo a Receitas Gerais em 2021 aumentou face aos dois últimos anos.

De referir que ocorreu uma diminuição do peso do financiamento relativo a fundos comunitários, comparativamente aos anos de 2020 e 2019, justificada, em grande parte, pela diminuição da cobrança de

receita relativa ao financiamento dos CTESPS, cuja diminuição foi de 1.759.790,87 euros face ao ano económico de 2020.

No âmbito da análise da cobrança relativa a receitas próprias verifica-se uma variação positiva em 2021 face aos dois últimos anos transatos, justificado, essencialmente, pelo seguinte:

- aumento de cobrança relativa a propinas e emolumentos pelo valor de 113 950,53 euros;
- recebimento de 100.665,08 euros decorrente da libertação de uma garantia bancária prestada pelo fornecedor António Alves Ribeiro & Filhos, Lda.

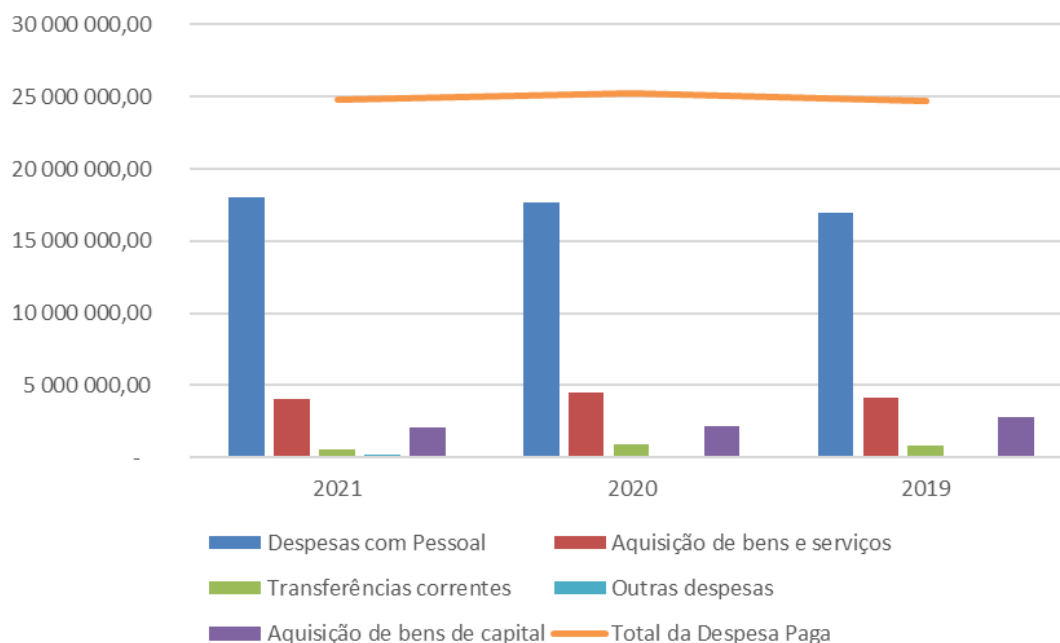
No âmbito da análise da execução da despesa paga, distribuída por agrupamento de despesa, verifica-se que a mesma sofreu um decréscimo em 2021 face a 2020, pelo montante de 440.972,77 euros. Para esta diminuição contribuiu o decréscimo verificado nos agrupamentos relativos a aquisição de bens e serviços, transferências correntes e aquisições de bens de capital. Apesar do decréscimo verificado em termos globais, salienta-se a variação positiva ocorrida ao nível das despesas com pessoal pelo montante de 390.772,17 euros.

	2021	2020	2019
Despesas com Pessoal	18 041 288,33	17 650 516,16	16 916 389,26
Aquisição de bens e serviços	4 021 979,42	4 463 806,42	4 186 563,82
Transferências correntes	531 345,56	879 719,23	824 469,97
Aquisição de bens de capital	2 043 321,20	2 147 105,32	2 790 192,89
Outras despesas	180 495,07	118 255,22	1 388,24
<b>Total da Despesa Paga</b>	<b>24 818 429,58</b>	<b>25 259 402,35</b>	<b>24 719 004,18</b>

O orçamento da Instituição é canalizado, maioritariamente, para financiar despesas com pessoal. Em 2021 as despesas com pessoal representaram 72,69 % do total das despesas pagas, tendo este peso sofrido um acréscimo face aos dois últimos anos transatos.

A aquisição das despesas de bens de capital assumiu um peso de 8,23% na estrutura das despesas totais pagas, tendo diminuído ligeiramente face ao ano transato. Para o montante de despesas de capital contribuiu, em grande parte, o investimento efetuado no âmbito do financiamento aprovado ao abrigo do POSEUR.

### Evolução da Estrutura das Despesas Pagas



## 1.2. Posição Financeira

As demonstrações financeiras consolidadas relativas a 2021 revelam uma estrutura do balanço positiva, o que demonstra um bom desempenho financeiro.

O ativo líquido do Grupo Público em 2021 ascendeu a 64.179.557,85 euros, o que traduziu um acréscimo de 10,38 % face ao ano transato, e o património líquido ascendeu a 42.292.466,22 euros, traduzindo um decréscimo de 0,59% face a 2020.

O aumento do ativo líquido é justificado, essencialmente, pelo aumento da rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis e pelo aumento da dívida relativa a utentes.

No que respeita ao património líquido, a diminuição verificada em 2021 face a 2020 é pouco significativa, sendo de realçar em 2021 a diminuição dos resultados transitados, decorrente da transferência do resultado líquido do período negativo verificado em 2020, e o aumento significativo do resultado líquido do período.

O aumento verificado nas outras variações no património líquido decorre, essencialmente, do registo das execuções financeiras dos projetos cofinanciados pela União Europeia.

Apresentam-se abaixo dois indicadores de gestão relacionados com a performance financeira do Grupo Público – o rácio de autonomia financeira, que representa a percentagem dos ativos do Grupo Público que está a ser financiada com recurso a capitais próprios, e o rácio da solvabilidade, que mede a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios e, neste sentido, analisa a capacidade da instituição cumprir os seus compromissos. Para os três anos em análise, estes indicadores demonstram o pouco peso que os fundos alheios apresentam no financiamento dos ativos do Grupo Público, assim como, a forte capacidade do Grupo Público para solver os seus compromissos.

	2021	2020	2019
Autonomia Financeira	65,90%	73,17%	74,42%
Solvabilidade	193,23%	272,70%	290,88%

### 1.3. Rendimentos do exercício

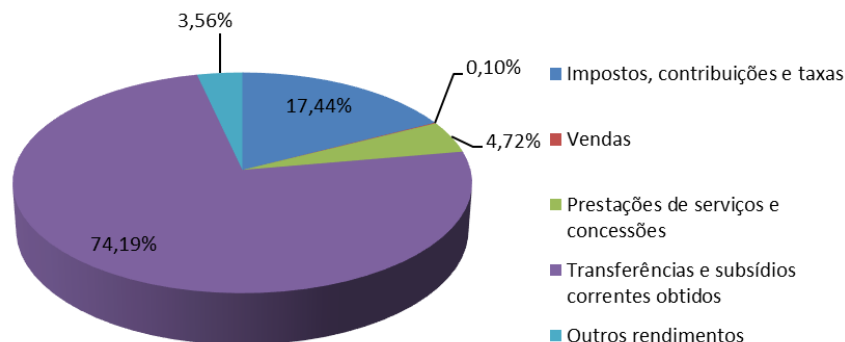
Tal como tem ocorrido em anos anteriores, as transferências e subsídios correntes obtidos continuam a apresentar o maior peso na estrutura de rendimentos do Grupo Público.

As transferências e subsídios correntes respeitam, essencialmente, às transferências do Orçamento do Estado, assim como, incluem os rendimentos reconhecidos relativos a projetos cofinanciados pela União Europeia.

Face a 2021, verificou-se um acréscimo ao nível das transferências e subsídios correntes obtidos em 1.721.024,55 euros, justificado por:

- Aumento das transferências do Orçamento do Estado, justificadas em parte pela necessidade de financiamento da diminuição do valor das propinas pagas pelos/as estudantes;
- Alteração do procedimento de reconhecimento do rendimento decorrente da execução financeira dos CTESPS, cuja alteração teve um impacto positivo no corrente ano de 1.297.845,20 euros.

**Distribuição dos Rendimentos relativos a 2021**



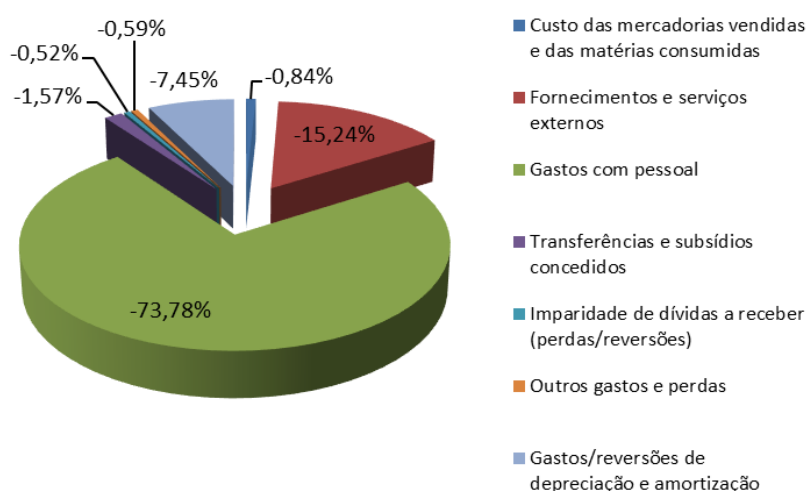
A rubrica relativa a Impostos, Contribuições e Taxas também continua a ser a segunda mais relevante na estrutura de rendimentos, na medida em que reflete, essencialmente, o rendimento relativo propinas de formação inicial, cursos técnicos superiores profissionais, mestrados e pós-graduações, assim como, o montante relativo a emolumentos, juros de mora e outras penalidades.

Face a 2020, verificou-se um acréscimo do rédito relativo a impostos, contribuições e taxas no montante de 786.231,96 euros, face ao aumento verificado em termos de estudantes matriculados/as.

#### 1.4. Gastos do exercício

No âmbito da análise à estrutura de gastos do Grupo Público IPVC, são os gastos com pessoal que assumem o peso mais significativo, conforme tem ocorrido em anos anteriores e tal como se comprova pelo gráfico abaixo apresentado. Posteriormente destacam-se os fornecimentos e serviços externos (FSE) e as depreciações.

Distribuição dos Gastos relativos a 2021



Os gastos com pessoal ascendem a 18.249.729,47 euros, que representam cerca de 73,78% dos gastos globais Grupo Público IPVC. Face ao ano anterior, e em termos absolutos, a rubrica de gastos com pessoal foi a que maior variação apresentou, tendo-se verificado uma variação positiva de 655.555,06 euros.

Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, verificou-se um decréscimo face ao ano anterior de cerca de 82.740,18 euros.

#### Gastos com Pessoal

Face ao ano transato, a variação positiva de 655.555,06 euros relativa a gastos com pessoal foi justificada, essencialmente, por:

- O aumento de encargos associados à distribuição de serviço docente do ano letivo 2020/2021 e 2021/2022;

- O encargo decorrente de concursos de promoção e admissão de pessoal docente e de admissão de pessoal não docente.

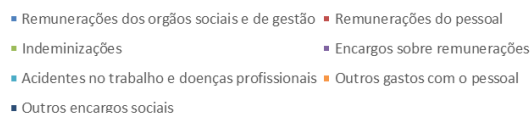
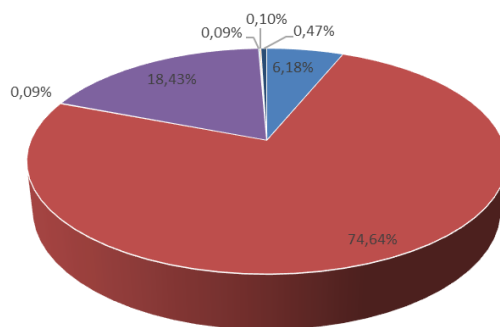
Em termos de análise da estrutura dos gastos com pessoal, verifica-se que as remunerações dos órgãos diretivos e as remunerações do restante pessoal/pensões representam 80,82% do total dos gastos com pessoal, apresentando-se abaixo a respetiva distribuição entre remunerações dos órgãos sociais e remunerações do restante pessoal.

Remunerações	2021	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	1 128 215,62	1 148 897,33	1 039 284,53
Remunerações do pessoal	13 621 494,43	13 119 497,66	12 769 141,31
TOTAL	14 749 710,05	14 268 394,99	13 808 425,84

A variação negativa verificada ao nível das remunerações dos órgãos sociais e de gestão, em 2021 e face a 2020, é justificada pela ausência do encargo relativo à remuneração da Administradora do IPVC, que cessou funções a partir de 1 de outubro de 2021, e cuja substituição apenas ocorreu no início do ano de 2022.

Apresenta-se de seguida o gráfico ilustrativo da distribuição dos gastos com pessoal verificados em 2021.

**Distribuição dos Gastos com Pessoal relativos a 2021**



### 1.5. Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período apurado em 2021 foi positivo em 202.623,38 euros. Neste sentido, o grupo público IPVC conseguiu durante o ano económico de 2021 gerar rendimentos capazes de financiar todos os gastos.



No entanto, refere-se que ocorreu uma alteração de procedimento ao nível do reconhecimento do rédito relacionado com a execução financeira dos CTESPS, face ao ano transato, cujo impacto positivo foi de 1.297.845,20 euros nas transferências e subsídios correntes obtidos.

No presente ano, para efeitos de registo do rédito associado à execução financeira destes projetos, foi considerada a despesa submetida ao respetivo programa e não a despesa aprovada, tal como ocorrido em anos anteriores. Esta alteração, em termos de reconhecimento do rédito, visa dar cumprimento ao regime de especialização do exercício, tornando o valor dos rendimentos do exercício mais aproximados do valor real.

Face a 2020 verificou-se um aumento do resultado líquido do período em 1.651.238,49 euros, conforme demonstrado abaixo por rubrica:

	Rendimentos	Gastos
Impostos, contribuições e taxas	786 231,96	
Vendas	11 696,61	
Prestações de serviços e concessões	-120 460,34	
Transferências e subsídios correntes obtidos	1 721 024,55	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		71 026,40
Fornecimentos e serviços externos		-82 740,18
Gastos com pessoal		655 555,06
Transferências e subsídios concedidos		16 527,12
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		5 133,22
Provisões (aumentos/reduções)		
Outros rendimentos	-4 244,55	
Outros gastos e perdas		16 029,56
Gastos/reversões de depreciação e amortização		61 050,00
Juros e gastos similares suportados		428,56
	<b>Subtotal</b>	<b>2 394 248,23</b>
		<b>743 009,74</b>
	<b>TOTAL DA VARIAÇÃO</b>	<b>1 651 238,49</b>

Para além do impacto positivo acima referido, a remanescente variação positiva é justificada, essencialmente, pelo aumento do rendimento associado a impostos, contribuições e taxas e pelo aumento das transferências do Orçamento do Estado.

#### 1.6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

#### 1.7. Perspetivas para o exercício de 2022

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas numa base de continuidade na medida em que o Grupo Público IPVC continuará em atividade e cumprirá as suas obrigações no futuro previsível, apesar dos constrangimentos e ameaças que se têm sentido e que continuarão a vigorar no meio envolvente.

### **1.8. Considerações Finais**

No ano de 2021 não foi possível aplicar a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, prevista no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, na medida em que, por um lado, não foi possível alocar recursos humanos, com os conhecimentos técnicos especializados necessários, a esta área de atuação, e por outro lado, não foram disponibilizadas pela software house todas as funcionalidades necessárias à aplicabilidade da referida norma.

Cumpra ainda informar que não existiam, à data do encerramento das contas, dívidas em mora perante a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações ou perante o Estado e Outros Entes Públicos.

### **1.9. Proposta de Aplicação dos Resultados**

Dado que o resultado líquido do período foi positivo em 202.623,38 euros, propomos que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados.

## 2. Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 2.1. Balanço Consolidado

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	Euros	
		SNC-AP 2021	SNC-AP 2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	47 237 777,12	46 648 762,90
Ativos intangíveis	3	428 701,17	362 359,48
Investimentos financeiros	18.I	194 625,00	90 125,00
Outros ativos financeiros	18.G	491,26	1 138,27
		<b>47 861 594,55</b>	<b>47 102 385,65</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	25 248,70	45 365,97
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.A	12 601 071,99	7 394 621,61
Clientes, contribuintes e utentes	18.B	2 984 100,92	2 458 329,75
Estado e outros entes públicos	18.E	185,01	910,30
Outras contas a receber	18.C	235 011,36	39 310,17
Diferimentos	18.G	51 483,07	40 605,59
Caixa e depósitos	1	420 862,25	1 063 495,81
		<b>16 317 963,30</b>	<b>11 042 639,20</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>64 179 557,85</b>	<b>58 145 024,85</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	18.J	36 453 855,37	36 453 855,37
Resultados transitados	18.J	4 759 051,55	6 876 097,38
Outras variações no património líquido	18.J	876 935,92	662 773,36
Resultado líquido do período	18.J	202 623,38	-1 448 615,11
		<b>42 292 466,22</b>	<b>42 544 111,00</b>
<b>Total do Património Líquido</b>			
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Outras contas a pagar	18.D	1 804 188,99	831 062,43
		<b>1 804 188,99</b>	<b>831 062,43</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.D	331 962,32	378 948,84
Fornecedores	18.H	555 502,33	543 961,95
Estado e outros entes públicos	18.E	608 992,40	578 873,95
Fornecedores de investimentos	18.H	543 089,30	182 516,56
Outras contas a pagar	18.F	2 748 927,73	2 847 589,17
Diferimentos	18.G	15 294 428,56	10 237 960,95
		<b>20 082 902,64</b>	<b>14 769 851,42</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>21 887 091,63</b>	<b>15 600 913,85</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>64 179 557,85</b>	<b>58 145 024,85</b>

## 2.2. Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada em 31 de dezembro de 2021

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	14	4 349 177,10	3 562 945,14
Vendas	13	23 712,64	12 016,03
Prestações de serviços e concessões	13	1 176 632,55	1 297 092,89
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	18 500 659,00	16 779 634,45
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-208 132,89	-137 106,49
Fornecimentos e serviços externos	23.A	-3 769 501,43	-3 852 241,61
Gastos com pessoal	19	-18 249 729,47	-17 594 174,41
Transferências e subsídios concedidos	23.B	-389 417,17	-372 890,05
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-128 409,07	-123 275,85
Provisões (aumentos/reduções)	15	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	23.C	887 122,01	891 366,56
Outros gastos e perdas	23.D	-145 492,52	-129 462,96
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>2 046 620,75</b>	<b>333 903,70</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	-1 843 278,68	-1 782 228,68
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>203 342,07</b>	<b>-1 448 324,98</b>
Juros e gastos similares suportados		-718,69	-290,13
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>202 623,38</b>	<b>-1 448 615,11</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>202 623,38</b>	<b>-1 448 615,11</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da entidade-mãe		202 623,38	-1 448 615,11
		202 623,38	-1 448 615,11

### 2.3. Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2021

Euros

Rubrica	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe											Interesses que Não Controlam	Total do Património Líquido
	Capital / Património Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)</b>	36 453 855,37	0,00	0,00	0,00	0,00	6 876 097,38	0,00	0,00	662 773,36	-1 448 615,11	42 544 111,00	0,00	42 544 111,00
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Aplicação do RL de 2020						-1 448 615,11				1 448 615,11	0,00		0,00
Transferências e subsídios de capital						-16 757,92			233 936,63		217 178,71		217 178,71
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				0,00	0,00	-651 672,80			-19 774,07	0,00	-671 446,87		-671 446,87
(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 117 045,83	0,00	0,00	214 162,56	1 448 615,11	-454 268,16		-454 268,16
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202 623,38	202 623,38	0,00	202 623,38
<b>RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 117 045,83	0,00	0,00	214 162,56	1 651 238,49	-251 644,78	0,00	-251 644,78
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>													
Realizações de capital/património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
(5)													
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)</b>	36 453 855,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4 759 051,55	0,00	0,00	876 935,92	202 623,38	42 292 466,22	0,00	42 292 466,22

## 2.4. Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021

		Euros	
RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	+	589 837,59	902 822,57
Recebimentos de utentes		4 542 608,91	4 350 645,93
Pagamentos a fornecedores	-	-4 272 346,45	-4 992 777,92
Pagamentos ao pessoal	-	-18 294 579,13	-18 011 673,47
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>+/-</b>	<b>-17 434 479,08</b>	<b>-17 750 982,89</b>
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	14 585 945,24	13 955 487,41
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>+/-</b>	<b>-2 848 533,84</b>	<b>-3 795 495,48</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis	-	-2 006 057,05	-2 112 821,46
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Subsídios ao investimento	+	3 238 685,77	5 917 898,50
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>+/-</b>	<b>1 232 628,72</b>	<b>3 805 077,04</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outras operações de financiamento		973 126,56	831 062,43
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>973 126,56</b>	<b>831 062,43</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>+(2)+(3)</b>	<b>-642 778,56</b>	<b>840 643,99</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	1 063 495,81	223 378,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	420 717,25	1 063 495,81
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 063 495,81	223 378,07
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		1 063 495,81	223 378,07
De execução orçamental		707 903,55	138 452,07
De operações de tesouraria		355 592,26	84 926,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		420 717,25	1 063 495,81
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		420 717,25	1 063 495,81
De execução orçamental		166 827,91	668 710,05
De operações de tesouraria		253 889,34	394 785,76

## 2.5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

### NOTA 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

#### 1.1 Identificação da entidade

##### Entidade Mãe do Grupo Público

**Designação:** Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC)

**Endereço:** Rua Escola Comercial e Industrial Nun'Álvares, n.º 34, 4900-347 Viana do Castelo

**Código de Classificação Orgânica:** 121037900

12 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
1 – MEC – Funcionamento - SFA  
03 – Estabelecimentos de Ensino Superior  
79 – Institutos Politécnicos  
00 – Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

**Tutela:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**Regime Financeiro:** Serviços e Fundos Autónomos

**Número Identificação de Pessoa Coletiva:** 503761877

O IPVC foi criado em 1980 pelo Decreto-Lei 303/80 de 16 de agosto.

Em resultado da publicação da Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro que aprova o regime jurídico das instituições de ensino superior, foram homologados os estatutos do IPVC pelo Despacho Normativo n.º 7/2009, publicado na II Série do Diário da República n.º 26, de 6 de fevereiro de 2009 e alterados pelo Despacho Normativo n.º 17/2021, publicado na II Série do Diário da República n.º 123, de 28 de junho 2021.

##### **Estrutura organizacional efetiva**

O Grupo Público tendo em vista a concretização da sua missão bem como a especificidade do contexto social, económico e cultural em que se insere organiza-se internamente da seguinte forma:

- a) Unidades de ensino e investigação, adiante designadas por escolas;
- b) Unidades de investigação;
- c) Unidades funcionais de suporte à sua atividade;
- d) Unidades de investigação comuns a outras instituições de ensino superior universitário ou politécnico e ou de investigação;
- e) Outras unidades, de natureza das anteriores ou diferentes, que venham a ser criadas para a prossecução dos objetivos do Instituto.

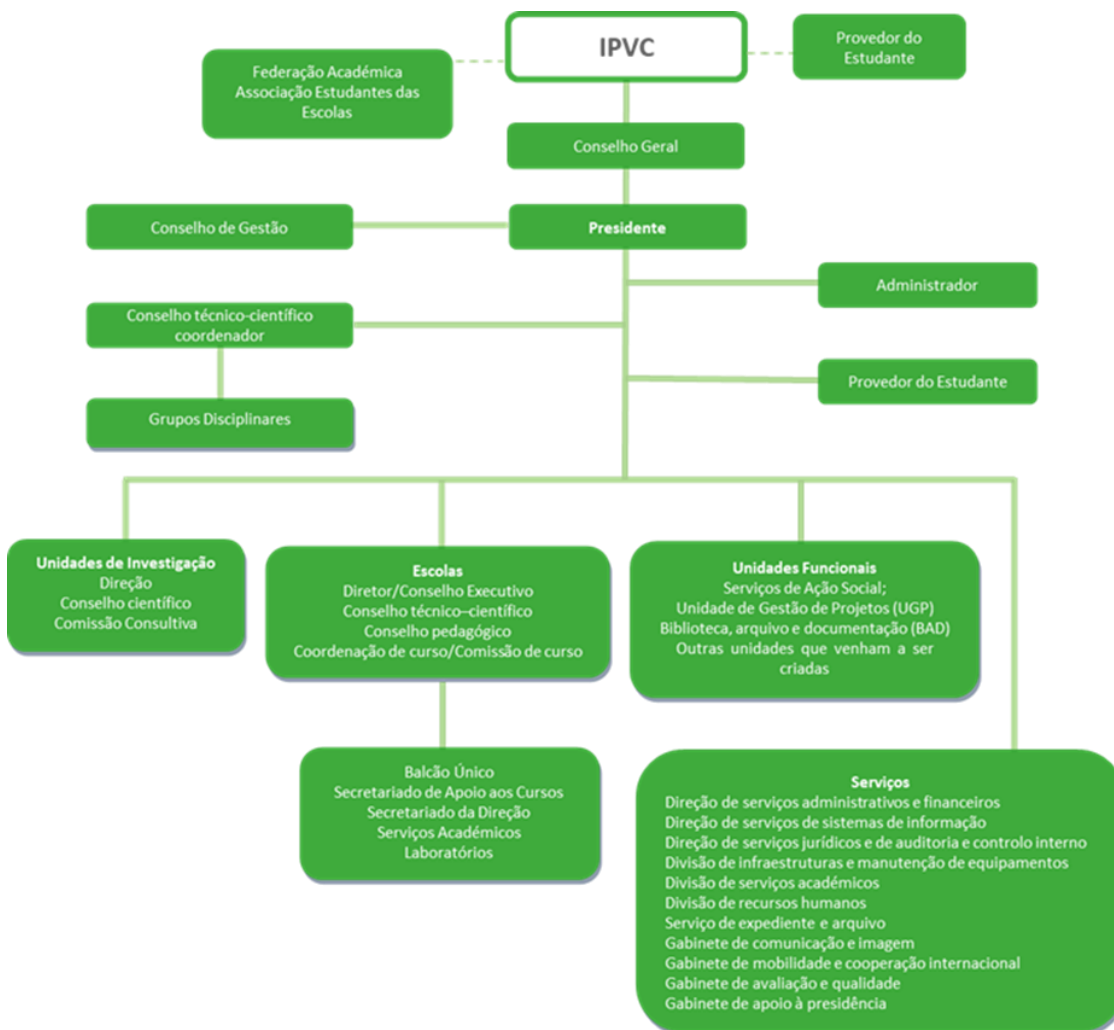
O Grupo Público constitui um todo único organizado, vertical e horizontalmente, em áreas de ensino/aprendizagem, científicas, de investigação e prestação de serviços, e dispõe ainda de serviços para o apoio técnico e administrativo necessário ao bom funcionamento do Instituto e de toda a sua estrutura organizativa.

O Grupo Público integra as seguintes escolas:

- a) Escola Superior de Educação (ESE);
- b) Escola Superior Agrária (ESA);
- c) Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG);
- d) Escola Superior de Saúde (ESS);
- e) Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE);
- d) Escola Superior de Desporto e Lazer (ESDL).

Para suporte à sua atividade o IPVC dispõe das seguintes unidades funcionais:

- a) Serviços de ação social (SAS);
- b) Biblioteca;
- c) Unidade de Gestão de Projetos (UGP).





## Descrição sumária das atividades

O IPVC é uma instituição ensino superior de direito público, tendo definidas as seguintes atribuições:

- a) A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei;
- b) A criação do ambiente educativo e de desenvolvimento humano adequado à sua missão;
- c) A realização da investigação e o apoio e participação em instituições científicas;
- d) A transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico;
- e) A realização de ações de formação profissional e de atualização de conhecimentos;
- f) A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento da região e do país, numa perspetiva de valorização recíproca;
- g) A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;
- h) A contribuição, no seu âmbito de atividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, em especial com os países de língua portuguesa e os países europeus;
- i) A produção e difusão do conhecimento e da cultura;
- j) Apoiar o associativismo estudantil, proporcionar condições de estudo adequadas aos trabalhadores estudantes e estabelecer um quadro de ligação aos seus antigos alunos.

O IPVC promove uma formação integral dos estudantes, em conhecimentos, valores e competências incentivadoras da autoaprendizagem e do empreendedorismo. Dispõe de uma oferta formativa e processos de I&D&i diversificados, inovadores e proativos, que respondem aos desafios contemporâneos. O estudante é a referência central do seu modelo organizacional e dispõe, ainda, de um Sistema de Gestão de Desenvolvimento Humano o qual, promovendo as pessoas, integra-as na sua missão. Dispõe de uma estrutura que configura um todo-único, coeso, construído de recursos e competências, organizado por áreas de atividade, e dispõe de um sistema de direção estratégica e de qualidade ágeis, que distribuem recursos de modo orientado e eficiente face aos seus objetivos estratégicos e à sua missão.

### **Entidade Consolidada do Grupo Público**

**Designação:** Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (SAS-IPVC)

**Endereço:** Largo 9 de Abril – Apartado 186 – 4900-339 Viana do Castelo

**Código de Classificação Orgânica:** 121038000

12 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

1 – MEC – Funcionamento - SFA

03 – Estabelecimentos de Ensino Superior e Serviços de Apoio

80 – Instituto Politécnico de Viana do Castelo

00 – Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

**Tutela:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**Regime Financeiro:** Serviços e Fundos Autónomos

**Número Identificação de Pessoa Coletiva:** 600041212

**Legislação que criou a entidade consolidada e principal legislação aplicável:** Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro: Regime jurídico das instituições de ensino superior, decreto-Lei n.º 129/93 De 22 de Abril, despacho normativo n.º 7/2009: Estatutos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, regulamento n.º 292/2010: Regulamento Funcional dos Serviços de Ação social do IPVC.

### **Estrutura organizacional efetiva**

Os SAS-IPVC no âmbito da sua autonomia administrativa e financeira dispõem da capacidade de praticar atos jurídicos, de tomar decisões com eficácia externa e de praticar atos definitivos, bem como dispor de receitas próprias e a capacidade de as afetar a despesas aprovadas de acordo com o orçamento próprio. A autonomia financeira dos SAS-IPVC concretiza-se pela autonomia orçamental (poder de ter e gerir orçamento próprio), autonomia de tesouraria (poder de gerir os recursos monetários próprios) e autonomia creditícia (poder de contrair dívidas, com recurso a operações financeiras).

Os SAS-IPVC dispõem de serviços administrativos próprios, sem prejuízo de poderem partilhar serviços do Instituto, na preocupação de racionalização de recursos humanos e financeiros.

Os SAS-IPVC englobam os seguintes serviços:

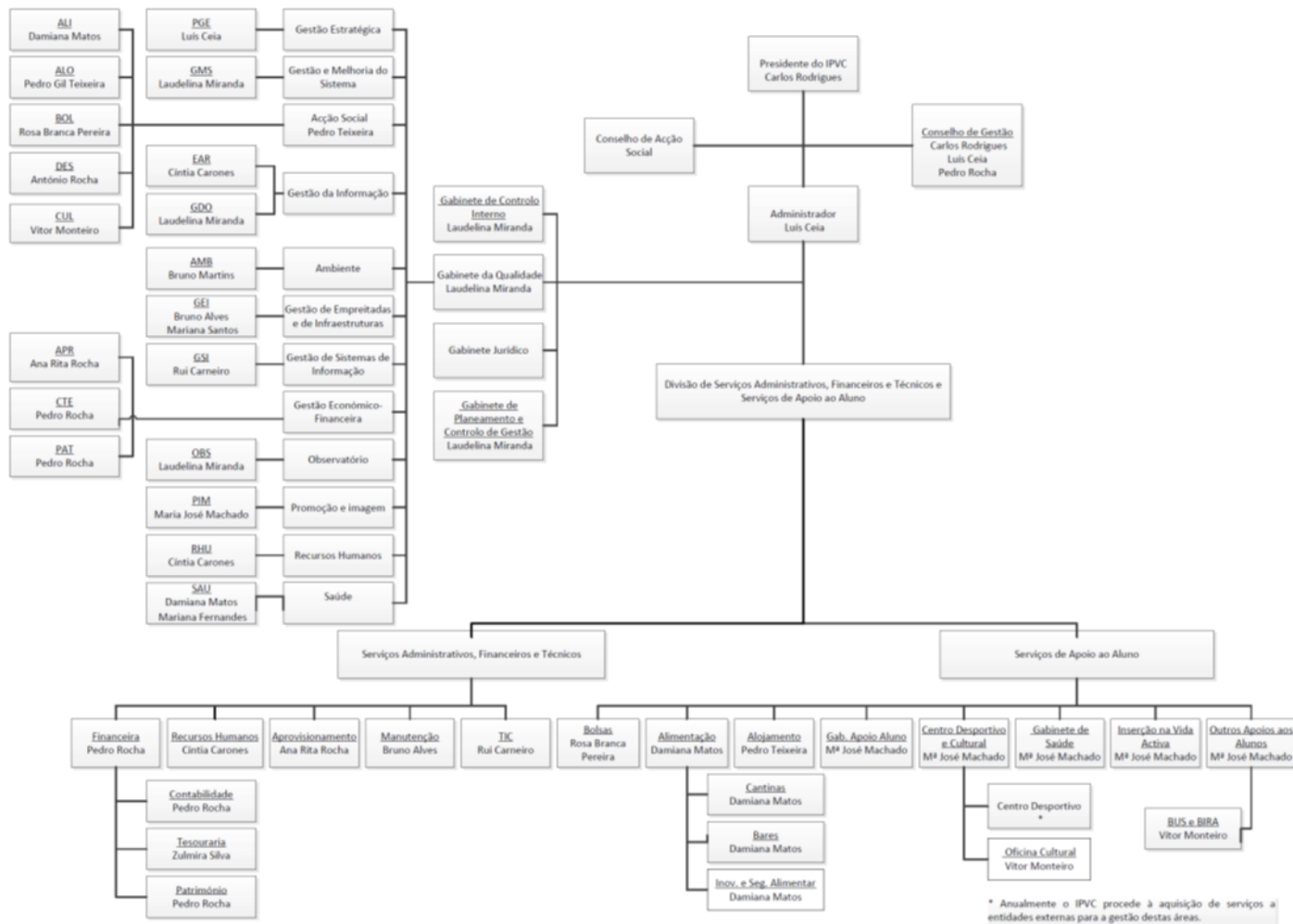
- a) Serviços Administrativos, Financeiros e Técnicos, que englobam as seguintes áreas:
  - o Financeira: Contabilidade; Tesouraria e Património;
  - o Recursos Humanos;
  - o Aprovisionamento;
  - o Tecnologias de informação;
  - o Manutenção.
  
- b) Serviços de Apoio ao Aluno;
  - o Bolsas;
  - o Alojamento;
  - o Alimentação: Cantinas, Bares e Inovação e Segurança alimentar;
  - o Centro Desportivo e Cultural;
  - o Centro Desportivo;
  - o Oficina Cultural;
  - o Gabinete de Saúde;
  - o Gabinete de Apoio ao Aluno;
  - o Gabinete de Inserção na Vida Ativa;
  - o Outros Serviços de Apoio ao Alunos.

Para além dos serviços indicados, existem ainda os seguintes gabinetes de apoio ao administrador:

- o a) Gabinete da qualidade;
- o b) Gabinete de controlo interno;
- o c) Gabinete de planeamento e controlo de gestão;
- o d) Gabinete jurídico.

## Organograma

Apresenta-se o organograma dos SAS-IPVC com referência a 31/12/2021 indicando para cada área/ gabinete o responsável.



### Descrição sumária das atividades

Os SAS-IPVC trabalham próximos dos/as estudantes e das associações de estudantes, de forma a garantir a prestação de serviços de elevada qualidade que fazem a diferença junto dos estudantes, especialmente os mais carenciados.

Em particular pretendem ajudar o/a estudante a:

- Incrementar o seu sucesso escolar;
- Inovar na forma de resolver os problemas;
- Responder com proximidade às necessidades
- Garantir a equidade no acesso ao Ensino Superior

Disponibilizam uma grande diversidade de serviços de suporte com vista a garantir que nenhum/a estudante seja impossibilitado de frequentar o IPVC ou tenha de abandonar os seus estudos por falta de apoio.

O que os/as estudantes podem esperar dos Serviços de Acção Social:

- 1) Apoio financeiro através das bolsas de estudo e das bolsas de apoio social
- 2) Alimentação de qualidade com várias opções de escolha e de serviços
- 3) Alojamento com múltiplos serviços de apoio
- 4) Apoio na integração social e académica
- 5) Orientação financeira
- 6) Orientação vocacional
- 7) Combate ao abandono escolar
- 8) Apoio na transição para o mercado de trabalho
- 9) Serviços de saúde
- 10) Serviços desportivos
- 11) Serviços culturais

## 1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

a) As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de harmonia com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

b) A informação comparativa relativa ao ano anterior constante das demonstrações financeiras baseia-se em SNC-AP, sendo comparável com a do ano em referência.

e) Valores de Caixa e Depósitos Bancários

A 31 de dezembro de 2021 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Caixa e Depósitos</b>	<b>420 862,25</b>	<b>1 063 495,81</b>
<b>Total Caixa</b>	<b>1 389,55</b>	<b>31 582,24</b>
Caixa IPVC	839,55	29 032,24
Caixa SAS	550,00	2 550,00
<b>Depósitos à ordem</b>	<b>419 472,70</b>	<b>1 031 913,57</b>
Depósitos à ordem do Tesouro	273 515,05	942 012,73
Depósitos bancários à Ordem	145 957,65	89 900,84

Todos os saldos de Caixa e Depósitos Bancários encontram-se disponíveis para uso.

## NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas

### Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e, tendo por base igualmente o preconizado na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras (uma vez que a sua base deriva das contas individuais) e, são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

### Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público. Neste sentido, estas demonstrações representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NCP.

### Informação comparativa

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela entidade no período de 2021 foram consistentes com os aplicados pela entidade na preparação da informação financeira relativa ao período anterior, à exceção de uma alteração ao nível do reconhecimento do rédito associado à execução financeira dos projetos CTESPS. No presente ano, para efeitos de registo do rédito associado à execução financeira destes projetos, foi considerada a despesa submetida ao respetivo programa e não a despesa aprovada, tal como ocorrido em anos anteriores. Esta alteração, em termos de reconhecimento do rédito, visa dar cumprimento ao regime de especialização do exercício, tornando o valor dos rendimentos do exercício mais aproximados do valor real. Apresenta-se no quadro abaixo o impacto monetário no reconhecimento do rédito em 2021 decorrente desta alteração.

	Despesa Aprovada	Despesa Submetida	Diferencial	% Financiamento	Impacto no rédito de 2021
NORTE-08-5368-FSE-000036	1 864 690,60	2 122 198,00	257 507,40	85%	218 881,29
NORTE-08-5368-FSE-000052	803 328,30	1 516 608,00	713 279,70	85%	606 287,75
NORTE-08-5368-FSE-000077	729 867,60	1 285 957,20	556 089,60	85%	472 676,16
<b>TOTAL DO IMPACTO NO RÉDITO DE 2021</b>					<b>1 297 845,20</b>

### Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras.

### **Compensação**

A compensação nas demonstrações financeiras, exceto quando reflita a substância da transação ou de outro acontecimento, retira a capacidade dos utilizadores de compreenderem as transações, outros acontecimentos e condições que ocorreram, e de avaliarem os fluxos de caixa futuros da entidade. Neste sentido, os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não foram compensados, exceto se o mesmo for exigido ou permitido por uma NCP.

### **Continuidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade na medida em que o Grupo Público continuará em atividade e cumprirá as suas obrigações no futuro previsível.

### **Julgamentos e principais fontes de incerteza das estimativas**

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os rendimentos e gastos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras consolidadas refletem a evolução previsível do Grupo Público no quadro do seu plano estratégico, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade das estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

### **Principais pressupostos relativos ao futuro**

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

As bases de mensuração e políticas contabilísticas usadas em cada item das presentes demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se detalhadas nas notas a seguir apresentadas.

### NOTA 3 - Ativos Intangíveis

O grupo público reconhece ativos intangíveis sempre que seja provável que fluirão para si benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado atribuível ao ativo, e desde que seja possível a sua mensuração com fiabilidade.

Os ativos intangíveis do grupo público IPVC encontram-se mensurados pelo custo, o qual inclui o custo de compra (incluindo impostos não dedutíveis) e qualquer outro custo diretamente atribuível à preparação do ativo para o uso pretendido.

Os ativos intangíveis do grupo público incluem essencialmente: licenças de software (programas de computador e sistemas de informação), desde que não integrados em ativos fixos tangíveis, e cujo período de licença atribuída seja superior a um ano. Estas licenças de software foram amortizadas de acordo com o método da linha reta, tendo sido atribuída a vida útil de 2 anos.

Por outro lado, também integra o ativo intangível do Grupo Público o registo de uma patente, a qual não tem sido sujeita a amortização.

Os quadros a seguir apresentados refletem as divulgações exigidas pelos requisitos da NCP 1 relativos aos ativos intangíveis.

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

**Quadro 3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas**

RÚBRICAS	Início período			Fim período		
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	21 732,98	10 906,62	10 826,36	21 732,98	17 643,10	4 089,88
Propriedade industrial e intelectual	773,50	0,00	773,50	773,50	0,00	773,50
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em Curso	350 759,62	0,00	350 759,62	423 837,79	0,00	423 837,79
<b>Total</b>	<b>373 266,10</b>	<b>10 906,62</b>	<b>362 359,48</b>	<b>446 344,27</b>	<b>17 643,10</b>	<b>428 701,17</b>

O valor registado na rubrica de ativos fixos intangíveis respeita a um ativo em curso, nomeadamente uma FrameWork de interoperabilidade de serviços básicos para os/as estudantes, tendo sido alvo de candidatura a um projeto cofinanciado (fi@SAS) por fundos europeus em 2017, desenvolvida por três instituições, IPVC, IPB e IPCA. No ano de 2019 foi aprovada uma nova candidatura (projeto SASocial) para continuidade desta framework, desta feita o consórcio é em conjunto com os Serviços de Ação Social do Politécnico de Leiria, tendo inicialmente o prazo de finalização de 31/12/2020, contudo o prazo foi alargado até vinte e oito de fevereiro de 2022. Atendendo a este novo prazo de finalização do projeto, e verificando-se ainda no decorrer de 2022 a apresentação de despesa para imputar ao ativo, e apesar de desde outubro de 2021 já se encontrar em funcionamento algumas das funcionalidades do SASocial, entendeu-se transferir para ativo intangível no início de 2022, quando um conjunto maior de funcionalidades estão operacionais e muitos dos problemas encontrados inicialmente foram corrigidos. Esta plataforma constitui-se como a



estrutura tecnológica central de todo o projeto, assegurando a capacidade tecnológica de base para interoperar os Sistemas de Informação dos vários Serviços de Ação Social, a disponibilização dos diversos serviços de acordo com o conceito multiplataforma e assegurar a autenticação dos utilizadores. A framework constituir-se-á como o FrontOffice de todos os sistemas de informação das entidades envolvidas no projeto. No BackOffice estarão ainda alojadas todas as plataformas e serviços a desenvolver no âmbito do projeto bem como os processos/serviços já existentes em cada um dos serviços de ação social e/ou outros que venham a ser criados no futuro.

**Quadro 3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período**

RÚBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Perdas por imparidade	Amortizações do período	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	10 826,36	0,00	0,00	6 736,48	4 089,88
Propriedade industrial e intelectual	773,50	0,00	0,00	0,00	773,50
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em Curso	350 759,62	73 078,17	0,00	0,00	423 837,79
<b>Total</b>	<b>362 359,48</b>	<b>73 078,17</b>	<b>0,00</b>	<b>6 736,48</b>	<b>428 701,17</b>

**Quadro 3.2 A - Ativos intangíveis - adições**

RÚBRICAS	Adições			
	Internas	Compras	Outras	TOTAL
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00		0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em Curso	0,00	73 078,17	0,00	73 078,17
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>73 078,17</b>	<b>0,00</b>	<b>73 078,17</b>

O quadro 3.2B não consta no presente anexo, uma vez que nele não consta qualquer informação.

## NOTA 5 - Ativos Fixos Tangíveis

### Bases de mensuração

#### Terrenos e Edifícios e Outras Construções

As presentes demonstrações financeiras consolidadas mensuram os edifícios e terrenos afetos à atividade do Grupo Público pelo respetivo VPT, apurado no decurso de 2019, mas com referência à data de 01/01/2018, uma vez que esta alteração de critério de mensuração tem subjacente as políticas contabilísticas previstas no SNC-AP, quando aplicado pela primeira vez em 2018. Neste sentido, foram efetuados os ajustamentos de regularização por contrapartida da conta específica de ajustamentos de transição para SNC-AP.

Seguindo-se o princípio da substância sob a forma e considerando os critérios de reconhecimento de ativos tangíveis constantes da NCP n.º 5, os edifícios e terrenos afetos à atividade operacional dos SAS, na medida em que contribuem para o seu potencial de serviço, encontram-se contabilizados nas demonstrações financeiras desta entidade. A distribuição do VPT foi efetuada de forma proporcional entre IPVC e SAS, em função da área de construção afeta à atividade de cada instituição. Para efeitos de apuramento da área de construção afeta à atividade dos SAS, foram consideradas as áreas dos seguintes espaços – bares, cantinas e residências.

Conforme previsto no classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento - no caso dos prédios urbanos relativos a imóveis, considerou-se que o valor do terreno correspondia a 25% do valor global do VPT, tendo sido os restantes 75% contabilizados em edifícios.

Os prédios rústicos foram contabilizados na totalidade na conta de terrenos, assim como, também ficaram contabilizados como terrenos alguns artigos urbanos que não têm construção associada, como é o caso de diversos artigos alocados à valorização da ESTG.

#### Outros Ativos Fixos Tangíveis

No que respeita às bases de mensuração dos restantes ativos fixos tangíveis, manteve-se o critério de valorização dos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo detalhado.

Neste âmbito importa salientar que no decurso do ano de 2012 foi efetuado o levantamento físico de todos os bens patrimoniais do IPVC. Face ao desenvolvimento deste trabalho, e considerando o relatório apresentado pela empresa responsável pelo referido trabalho, a valorização dos bens em 2013 (a qual se mantém até à presente data) foi efetuada da seguinte forma:

- Bens identificados fisicamente relativamente aos quais foi possível apurar o correspondente custo de aquisição nos registos contabilísticos: valorização ao custo de aquisição;
- Bens identificados fisicamente, mas relativamente aos quais não foi possível aferir o respetivo registo contabilístico: valorização com base no valor de mercado;
- Obras de arte: dada a especificidade inerente a esta tipologia de bens, recorreu-se a peritos especializados para proceder à sua avaliação pelo que se encontram valorizados ao valor de mercado;

Para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2018, e para efeitos de determinação da quantia escriturada bruta dos bens considerou-se como critério de mensuração o custo de aquisição destes bens.

#### **Método de depreciação usado e vidas úteis/taxas de depreciação**

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, tendo sido utilizado o método da linha reta.

Os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2017 continuaram a ser depreciados com base nas taxas de depreciação previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que aprovou o CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Os bens adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2018 foram depreciados considerando a vida útil de referência definida no Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, publicado na Portaria nº 198/2016, de 14 de julho, que aprova as notas de enquadramento ao plano de contas multidimensional.

Esta Portaria estabelece que "(...)os bens duradouros (que se destinam a permanecer ao serviço da entidade por períodos superiores a 1 ano), não destinados a venda, são em regra registados na Classe 4, exceto os que tenham valores individuais inferiores a (euro) 100 e sejam enquadráveis nas subcontas da conta 62(...)".

Esta contabilização como gasto iria abranger muitas aquisições de bens duradouros que eram anteriormente inventariadas no âmbito da aplicação do POC-Educação, tais como, material de ensino, material informático ou mobiliário. Neste sentido, considerou-se que o controlo destes ativos é relevante, tendo-se optado por continuar a inventariar estes bens, derogando o exposto nas notas de enquadramento referido no parágrafo anterior e tendo sido seguido o seguinte procedimento de contabilização:

- Contabilização destes bens na classe 4 procedendo-se à sua inventariação;
- Depreciação a 100% no ano da aquisição destes bens.

O efeito contabilístico destes registos nas demonstrações financeiras consolidadas é equivalente ao indicado na nota explicativa da conta 62 e, desta forma, continua-se a garantir o controlo destes ativos através da sua inventariação.

As vidas úteis estimadas para cada classe de ativos, são as seguintes:

	<b>Vida útil estimada (média)</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	
Edifícios e outras construções	Entre 50 a 100 anos
Equipamento básico	Entre 5 a 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 5 a 10 anos
Outros	Entre 4 a 10 anos

Salienta-se que relativamente aos edifícios foram estimadas as seguintes vidas úteis:

- Os edifícios dos SC, Centro Académico e da ESA são edifícios centenários, construídos em alvenaria de pedra granítica com pavimento originais também em pedra. As caixilharias dos vãos envidraçados são em madeira envernizada e as coberturas são inclinadas em estrutura de madeira revestida a telha cerâmica, os revestimentos interiores das paredes são estucados e pintados a tinta plástica, e os pavimentos são revestidos a madeira, pedra natural ou material cerâmico. Face a esta caracterização, a vida útil estimada para estes edifícios foi de 100 anos;
- Os edifícios das ESE, ESTG, ESS, ESCE e ESDL são recentes, construídos com estrutura em betão armado e paredes exteriores em alvenaria de tijolo cerâmico ou painéis prefabricados de betão. As caixilharias dos vãos envidraçados são, em regra, em alumínio com vidro duplo. As coberturas são em terraço ou inclinadas revestidas com materiais prefabricados, as paredes revestidas a material cerâmico ou pintadas com tinta plástica, e os pavimentos revestidos a linóleo, madeira, pedra natural e material cerâmico. Face a esta caracterização, a vida útil estimada para estes edifícios foi de 50 anos;
- Dado o estado de ruínas em que se encontra o Convento de São Francisco do Monte, não foi estimada a respetiva vida útil, pelo que não foram registadas depreciações relativamente a este imóvel.

Os quadros a seguir apresentados refletem as divulgações exigidas pelos requisitos da NCP 1 relativos aos ativos fixos tangíveis.

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

**Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas**

RÚBRICAS	Início Período			Fim Período		
	Quantia Bruta Reclássificada	Depreciações Acumuladas Reclássificadas	Quantia Escriturada Reclássificada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>Bens de domínio público património histórico artístico e cultural</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico artístico e cultural	1 902,67	835,24	1 067,43	1 902,67	835,24	1 067,43
Outros						
Bens de domínio público em curso						
	<b>1 902,67</b>	<b>835,24</b>	<b>1 067,43</b>	<b>1 902,67</b>	<b>835,24</b>	<b>1 067,43</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	12 871 858,43	0,00	12 871 858,43	12 871 858,43	0,00	12 871 858,43
Edifícios e outras construções	30 279 036,04	1 550 592,65	28 728 443,39	31 964 144,95	2 152 786,79	29 811 358,16
Equipamento básico	12 807 622,70	9 432 793,82	3 374 828,88	13 499 374,85	10 446 689,24	3 052 685,61
Equipamento de transporte	403 589,87	242 695,93	160 893,94	403 589,87	308 136,69	95 453,18
Equipamento administrativo	345 524,50	220 120,41	125 404,09	531 773,16	275 879,45	255 893,71
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 934 983,77	1 577 818,83	357 164,94	1 965 203,63	1 614 757,82	350 445,81
Ativos fixos tangíveis em curso	1 029 101,80	0,00	1 029 101,80	799 014,79	0,00	799 014,79
	<b>59 671 717,11</b>	<b>13 024 021,64</b>	<b>46 647 695,47</b>	<b>62 034 959,68</b>	<b>14 798 249,99</b>	<b>47 236 709,69</b>
<b>Total</b>	<b>59 673 619,78</b>	<b>13 024 856,88</b>	<b>46 648 762,90</b>	<b>62 036 862,35</b>	<b>14 799 085,23</b>	<b>47 237 777,12</b>

**Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período**

RÚBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	Abates/Transferências	
<b>Bens de domínio público património histórico artístico e cultural</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	1 067,43	0,00	0,00	0,00	0,00	1 067,43
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 067,43	0,00	0,00	0,00	0,00	1 067,43
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	12 871 858,43	0,00	0,00	0,00	0,00	12 871 858,43
Edifícios e outras construções	28 728 443,39	1 685 108,91	602 194,14	0,00	0,00	29 811 358,16
Equipamento básico	3 374 828,88	736 013,68	1 058 156,95	0,00	0,00	3 052 685,61
Equipamento de transporte	160 893,94	0,00	65 440,76	0,00	0,00	95 453,18
Equipamento administrativo	125 404,09	189 797,80	59 308,18	0,00	0,00	255 893,71
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	357 164,94	44 723,04	51 442,17	0,00	0,00	350 445,81
Ativos fixos tangíveis em curso	1 029 101,80	911 606,34	0,00	0,00	-1 141 693,35	799 014,79
	46 647 695,47	3 567 249,77	1 836 542,20	0,00	-1 141 693,35	47 236 709,69
<b>Total</b>	<b>46 648 762,90</b>	<b>3 567 249,77</b>	<b>1 836 542,20</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 141 693,35</b>	<b>47 237 777,12</b>

**Quadro 5.2 A - Ativos fixos tangíveis - adições**

RÚBRICAS	Adições			Total
	Internas	Compras	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	
<b>Bens de domínio público património histórico artístico e cultural</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos em concessão</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	1 685 108,91	0,00	1 685 108,91
Equipamento básico	0,00	736 013,68	0,00	736 013,68
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	188 270,14	1 527,66	189 797,80
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	44 723,04	0,00	44 723,04
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	911 606,34	0,00	911 606,34
	0,00	3 565 722,11	1 527,66	3 567 249,77
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>3 565 722,11</b>	<b>1 527,66</b>	<b>3 567 249,77</b>

As adições de ativos fixos tangíveis decorreram maioritariamente de processos aquisitivos a título oneroso, ou seja, tiveram como contrapartida um exfluxo de caixa, dos quais se destacam as diversas aquisições de equipamento básico e obras de reparação/readaptação de edifícios, nomeadamente:

- Beneficiação da cobertura e das fachadas da ESTG: 654.477,64 euros;
- Reabilitação Cobertura ESA: 213.394,91 euros;
- Empreitada de Substituição de caldeiras a gás e adaptação da Central Térmica da ESTG: 115.515,68 euros;
- Empreitada para eliminação de barreiras arquitetónicas no edificado do IPVC: 80.500,20 euros;
- Execução da empreitada de substituição da caixilharia do Bloco oficial da ESTG: 77.080,17 euros;

- Equipamento de segurança - Firewall + Proteção / Anti-Malware para Servidores: 101.475 euros.

**Quadro 5.2 B - Ativos fixos tangíveis - diminuições**

RÚBRICAS	Diminuições			Total
	Alienação a Título Oneroso	Fusão, Cisão Reestruturação	Abates/ Transferências	
<b>Bens de domínio público património histórico artístico e cultural</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos em concessão</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	-1 141 693,35	-1 141 693,35
	0,00	0,00	-1 141 693,35	-1 141 693,35
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 141 693,35</b>	<b>-1 141 693,35</b>

O total do montante refletido em diminuições engloba a transferência de ativos fixos tangíveis em curso para as respetivas contas de ativos fixos tangíveis.

**ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO**

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não são depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

O montante de 799.014,79 euros relativo a ativos fixos tangíveis em curso encontra-se discriminado no quadro abaixo.

453	Ativos fixos tangíveis em curso	799 014,79
	Central Fotovoltaica ESA	19 497,96
	Reabilitação ESS	289 755,50
	Eliminação Barreiras Arquitetónicas	143 380,94
	Reabilitação carpintaria e caixilharias	77 542,64
	Central Térmica ESA	244 199,76
	Instalação cortinas blachout	24 637,99

Não existem restrições de titularidade nem ónus associados aos ativos do Grupo Público.

## NOTA 9 - Imparidade de ativos

Nesta nota são apresentadas as divulgações exigidas pela NCP 9 relativamente à Imparidade de Ativos.

É efetuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração financeira consolidada e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados consolidada.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuro estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa a qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e, conseqüentemente, o ativo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados consolidada como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

A 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido na rubrica de imparidades foi o seguinte:

Ativo	Natureza	Quantia Bruta Inicial	Aumentos ano	Diminuições ano	Quantia Bruta Final
Cientes de cobrança duvidosa	Ativo gerador de caixa	109 742,24	1 676,00	9 985,46	101 432,78
Utentes de cobrança duvidosa	Ativo gerador de caixa	666 231,95	126 733,07	0,00	792 965,02
<b>Total</b>		<b>775 974,19</b>	<b>128 409,07</b>	<b>9 985,46</b>	<b>894 397,80</b>

A imparidade de 2021 relativa a clientes de cobrança duvidosa foi reconhecida para a totalidade dos clientes que possuíam saldos devedores há mais do que um ano económico, ou seja, cuja faturação tinha sido emitida até 31/12/2020.

As diminuições relativas a clientes de cobrança duvidosa no montante de 9.985,46 euros respeitam a recebimentos de clientes verificados em 2021, já reconhecidos em anos anteriores como de cobrança duvidosa, assim como, ao reconhecimento de uma dívida incobrável de 2.828,11 euros, em nome de Alberto Martins de Mesquita & Filhos, SA.

No âmbito do reconhecimento da imparidade relativa a utentes, a mesma respeita às dívidas dos/as estudantes inscritos/as no Grupo Público.

No ano económico de 2021, tal como já ocorreu em 2019, e considerando que os/as estudantes têm efetuados planos de dívida para proceder ao pagamento de propinas, maioritariamente do ano letivo em curso

e do ano letivo imediatamente anterior, considerou-se como estando em imparidade a dívida dos/as estudantes relativa aos anos letivos anteriores aos dois últimos anos letivos, ou seja, a dívida relativa aos anos letivos anteriores ao ano letivo 2020/2021.



## NOTA 10 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os custos de transporte e de manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. O Grupo Público adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

Os inventários do Grupo Público englobam os bens alimentares adquiridos para a prossecução da prestação de serviços de alimentação, no âmbito da sua ação social.

### Inventários

Rúbricas	2021			2020		
	Quantia Bruta	Imparidades Acumuladas	Quantia Recuperável	Quantia Bruta	Imparidades Acumuladas	Quantia Recuperável
	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	25 248,70		25 248,70	45 365,97		45 365,97
Produtos acabados e intermédios						
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos						
Produtos e trabalhos em curso						
<b>Total</b>	<b>25 248,70</b>	<b>0,00</b>	<b>25 248,70</b>	<b>45 365,97</b>	<b>0,00</b>	<b>45 365,97</b>

### Inventários: Movimentos do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos do Período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/Gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidades	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	45 365,97	188 046,40	208 163,67						25 248,70
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
<b>Total</b>	<b>45 365,97</b>	<b>188 046,40</b>	<b>208 163,67</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25 248,70</b>

### **NOTA 13 - Rendimento de transações com contraprestação**

Conforme previsto na NCP 13 os rendimentos com contraprestação são reconhecidos quando for provável que fluam para o Grupo Público IPVC benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das Vendas é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

O rendimento das Prestações de Serviços é reconhecido na demonstração consolidada de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviço à data do balanço.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço.

Os rendimentos de transações com contraprestação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, têm a seguinte decomposição, tendo sido mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

		ANO 2021	ANO 2020
<b>71</b>	<b>Vendas</b>	<b>23 712,64 €</b>	<b>12 016,03 €</b>
712	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00
71201	Produtos agrícolas e pecuários	21 970,34	10 667,15
71203	Livros e documentação técnica	1 599,30	1 311,88
71205	Material de escritório	0,00	0,00
71299	Outros	0,00	0,00
712991	Material de limpeza e higiene	0,00	36,00
712999	Outros	143,00	1,00
<b>72</b>	<b>Prestações de serviços e onessões</b>	<b>1 176 632,55</b>	<b>1 297 092,89</b>
7207	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	26 515,00	3 135,00
7208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	663 178,53	564 672,36
7210	Serviços laboratoriais	218 577,31	405 394,74
7211	Aluguer de equipamentos	1 139,83	828,48
7212	Arrendamento	11 003,09	17 554,41
7299	Outros serviços	0,00	
729901	Serviços de docência/lecionação	1 844,00	2 260,00
729902	Inscrições em seminários e congressos	692,27	1 513,30
729903	Bus Académico	15 280,95	14 668,79
729904	Serviços de biblioteca	140,00	70,00
729905	Inscrições em ações de formação/cursos	1 455,00	100,00
729906	Parque de estacionamento	466,60	1 006,78
729907	Fotocópias/impressões	346,49	389,20
72999	Outros serviços	235 993,48	285 499,83

## NOTA 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Conforme previsto na NCP 14, em algumas transações sem contraprestação, uma entidade recebe recursos, mas não dá como retorno qualquer retribuição ou dá apenas uma retribuição simbólica. Existem igualmente outras transações sem contraprestação em que a entidade pode proporcionar alguma retribuição diretamente como contrapartida dos serviços recebidos. A determinação da substância de uma transação com ou sem contraprestação requer julgamento.

O rendimento associado a uma transação sem contraprestação, compreende os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviço recebidos e a receber pela entidade, o qual representa um incremento no património líquido.

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve ser reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo, ou seja, o rendimento compreende influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviço recebidos e a receber pelo Grupo Público IPVC que relata.

O rendimento de transações sem contraprestação deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pelo Grupo Público IPVC.

O Grupo Público IPVC reconhece um ativo relativo a impostos quando um acontecimento tributável ocorrer e os critérios de reconhecimento do ativo forem satisfeitos.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação relativos ao exercício de 2021 respeitam a impostos, contribuições e taxas, transferências correntes e subsídios.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos no exercício, em 31 de dezembro de 2021, têm a seguinte decomposição na demonstração dos resultados consolidada:

### Impostos, contribuições e taxas

70	Impostos, contribuições e taxas	ANO 2021	ANO 2020
		4 349 177,10 €	3 562 945,14 €
7041991	Seguro Escolar	35 994,67 €	38 345,16 €
704120	Emolumentos	348 716,66 €	233 756,54 €
704122	Propinas	3 944 745,99 €	3 279 366,77 €
7044	Multas e outras penalidades	19 719,78 €	11 476,67 €

Dos montantes acima apresentados a rubrica que apresenta maior destaque é a de rendimentos de propinas.

No âmbito deste tipo de rendimento salienta-se que a dívida de estudantes relativa a taxas, multas e outras penalidades, à data do fecho contabilístico, ascende a 3.653.586,10 euros, discriminada por ano letivo conforme apresentado no quadro abaixo.

Ano Letivo	Taxas, multas e outras penalidades					
	ANO 2021			ANO 2020		
	Faturação emitida até 31/12/2021	Dívida não faturada até 31/12/2021	Dívida Total	Faturação emitida até 31/12/2019	Dívida não faturada até 31/12/2019	Dívida Total
Ano letivo 2007/08	562,5		562,50	562,5		562,5
Ano letivo 2008/09	22,00		22,00	22,00		22,00
Ano letivo 2009/10	1 373,75		1 373,75	1 373,75		1 373,75
Ano letivo 2010/11	10 410,58		10 410,58	10 633,86		10 633,86
Ano letivo 2011/12	12 180,30		12 180,30	10 658,96		10 658,96
Ano letivo 2012/13	6 821,28		6 821,28	4 272,08		4 272,08
Ano letivo 2013/14	87 025,37		87 025,37	84 619,06		84 619,06
Ano letivo 2014/15	91 718,43		91 718,43	88 834,97		88 834,97
Ano letivo 2015/16	110 662,59		110 662,59	110 620,90		110 620,90
Ano letivo 2016/17	90 853,25		90 853,25	107 172,52		107 172,52
Ano letivo 2017/18	110 046,75		110 046,75	113 360,37		113 360,37
Ano letivo 2018/19	116 527,88		116 527,88	122 709,97		122 709,97
Ano letivo 2019/20	142 407,26		142 407,26	178 377,36		178 377,36
Ano letivo 2020/21	150 826,18		150 826,18	82 071,97	2 013 775,64	2 095 847,61
Ano letivo 2021/22	497 422,58	2 224 725,40	2 722 147,98			
<b>TOTAL DIVÍDA 31/12/2021</b>	<b>1 428 860,70</b>	<b>2 224 725,40</b>	<b>3 653 586,10</b>	<b>915 290,27</b>	<b>2 013 775,64</b>	<b>2 929 065,91</b>

Do total da dívida referida, encontra-se reconhecido como dívida de cobrança duvidosa o montante de 780.611,94 euros, que corresponde à dívida acumulada até ao ano letivo de 2019/20.

A dívida de estudantes relativa a serviços sociais contabilizados nos Serviços de Ação Social do IPVC, ascendeu em 2021 a 5.879,54 euros, respeitando essencialmente a serviços de alojamento.

### Transferências e subsídios correntes

As transferências e subsídios correntes respeitam maioritariamente às transferências do Orçamento do Estado no montante de 14.227.674 euros. As restantes transferências respeitam maioritariamente a rendimentos de projetos cofinanciados.

75	Transferências e subsídios correntes obtidos	ANO 2021	ANO 2020
		18 500 659,00	16 779 634,45
75111	Transferências MCTES	14 227 674,00	13 439 422,00
7512	<i>Serviços e Fundos Autónomos</i>	8 350,67	7 847,40
75124	Transferências do IFAP	8 350,67	7 847,40
7513	<i>Segurança Social</i>	2 112 797,46	1 444 845,17
75131	Financiamento comunitário em projetos co-financiados	1 918 232,66	1 444 845,17
75132	Receitas próprias-transf. Rec. próprias entre organismos	194 564,80	0,00
7515	<i>Resto do Mundo</i>	1 427 926,01	1 274 892,70
75151	União Europeia - Instituições	1 427 926,01	1 274 892,70
7516	<i>Administração Local</i>	125 095,48	10 933,80
7517	<i>Instituições sem fins lucrativos</i>	9 532,40	0,00
7522	<i>Subsídio à produção</i>	589 282,98	601 693,38
75221	Transferências e subsídios correntes obtidos - outros	4 000,00	0,00
75222	Transferências e subsídios correntes obtidos - MCTES	545 700,00	535 000,00
75223	Transferências e subsídios correntes obtidos - SAMA	0,00	2 895,79
75224	Transferências e subsídios correntes obtidos - CMVC	20 000,00	0,00
75225	Transferências e subsídios correntes obtidos - Sasocial	19 582,98	63 797,59

O montante de 1.918.232,66 euros refletido na conta Segurança Social – Financiamento comunitário em projetos cofinanciados respeita ao rédito reconhecido relativamente ao financiamento dos CTESPS. Este rendimento foi apurado com base no valor das execuções apresentadas ao respetivo programa financiador, pelo que foi considerado o valor das execuções apresentadas, mas ainda não validadas pelo programa financiador, ao contrário do que tem ocorrido em anos anteriores.

## NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

A quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. As provisões devem ser revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial no serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Um passivo contingente deve ser divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Um ativo contingente deve ser divulgado quando seja provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço.

Em 2021 não foram constituídas nem reforçadas provisões.

No seguimento da circularização efetuada aos advogados, divulga-se a seguir o valor indicado relativamente aos processos judiciais identificados e que ainda se encontram em curso:

Processos Judiciais	Entidade	Valor Processo	Descrição	Interações do órgão de gestão relativamente ao desfecho
Processo 113/05.2BEBRG-A	João Carlos de Castro Abrantes	0,00 €	Execução de acordo - convocatória para reuniões de conselho científico	Aguarda marcação de julgamento - não existe valor em causa
Processo 3029/17.6PRT	Sofia Raquel da Silva Dias	30 001,00 €	Execução da sentença de anulação do ato do presidente que fez cessar o contrato de trabalho	Aguarda elaboração de despacho saneador, fixando data para sessão de julgamento ou apresentação de alegações.
Processo 1137/13.1BEBRG	ABB Alexandre Barbosa Borges	852 906,03 €	Devolução de maquinaria e indemnização pelos prejuízos causados e pelo enriquecimento sem causa	Processo aguarda emissão de sentença, conforme despacho de remessa à juíza que presidiu à prova emitido em setembro 2020.
Processo 1875/14.1BELSBB	SNESUP	30 001,00 €	Anulação do ato de homologação do regulamento concursal para contratação de pessoal docente	Foi proferida sentença que julgou procedente a ação e em consequência anulou o regulamento concursal para a contratação de pessoal docente de carreira IPVC, com fundamento no sustentado vício formal da falta de consulta do Sindicato, previamente à aprovação do Regulamento. O IPVC interpôs recurso da sentença - Aguarda-se decisão.

Processos Judiciais	Entidade	Valor Processo	Descrição	Interações do órgão de gestão relativamente ao desfecho
Processo 267/17.5BEBRG	João Miguel Ferreira Moura Alves	8 478,82 €	Impugnação do ato de homologação da aprovação do contrato de candidato seriado em primeiro lugar em processo de recrutamento e condenação a prática de ato devido.	Foi proferida sentença julgando a ação totalmente improcedente. O autor recorreu para o Tribunal Central Administrativo Norte, aguardando-se decisão.
Processo nº 1146/18.4BEBRG	João Miguel Ferreira Moura Alves	30 001,00 €	Anulação do acto praticado pelo IPVC que indeferiu a transição do autor, sem outras formalidades, para o contrato de trabalho em funções públicas, na modalidade de contrato por tempo indeterminado, com alegado fundamento no disposto no artigo 5.º do DL 45/20216. .	A confirmar-se a condenação do IPVC e dado que se trata da eventual repetição de um ato administrativo, não se prevê que resulte um encargo financeiro significativo para o IPVC
Processo 378/17.5BEPRT	André da Costa Barros	33 337,81 €	Pedido de indemnização por cessação do contrato de trabalho subordinado	À data da emissão do relatório esta audiência tinha sido adiada.Tendo em conta a curta duração da prestação de serviços e dado que ainda não foi realizada a audição das testemunhas, à data é prematuro para assumirmos que não procedemos em conformidade.
Processo n.º 2183/18.4 BERG	Alexandra Nascimento Lima Barbosa	30 001,00 €	Suspensão da eficácia do acto praticado pelo IPVC de exclusão da candidatura da autora à proposta de contratação publicitada pelo Edital n.º 201819-CPS-F e admissão provisória da autora ao referido processo.	Aguarda agendamento de audiência preliminar ou, se dispensada, elaboração de despacho saneador, fixando data para sessão de julgamento ou apresentação de alegações.
Processos nº 2044/19.0BELSB	A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior	0,00 €	Anulação da decisão da A3ES, proferida no âmbito do processo de avaliação institucional nº AINST/16/00020, na parte em que se determina a acreditação do IPVC sujeita à «Condição a cumprir no prazo de 1 ano» de «Cumprir o disposto na alínea a) parágrafo ii) do nº 1 do Art. 80º da Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro, devendo cada unidade orgânica ter o respectivo Conselho Técnico-Científico»	Foi proferida sentença que julgou improcedente a acção e, em consequência, manteve aquela acreditação condicionada – sentença da qual o IPVC interpôs recurso, para o Tribunal Central Administrativo Sul; considerando os trâmites e expedientes processuais, não é possível prever a existência de decisão definitiva (transitada em julgado), de natureza declarativa e/ou executiva, durante o ano de 2021.
Processo nº 3313/19.4BEPRT	António João de Melo Martins de Araújo	30 001,00 €	anulação do acto que determinou a exclusão do autor do concurso documental objecto dos autos e condenação do IPVC à prática do acto devido de admissão do autor ao referido concurso	Condenação do IPVC à prática do acto devido de admissão do autor ao referido concurso. A confirmar-se a condenação do IPVC e dado que se trata da eventual repetição de um ato administrativo, não se prevê que resulte um encargo financeiro significativo para o IPVC.
Processo nº 1153/20.7BEBRG	José Nuno da Costa Azevedo	21 348,38 €	Condenação do IPVC a pagar a quantia de 21.348,38€ relativa à compensação por caducidade do contrato, prevista no artigo 293º/3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.	Aguarda agendamento de audiência preliminar ou, se dispensada, elaboração de despacho saneador, fixando data para sessão de julgamento ou apresentação de alegações.
Processo nº 1224/20.0BEBRG	Júlio Torre Onofre Pereira	887,90 €	a) Anulação da decisão final de reclamação de decisão de indeferimento de requerimento de atribuição de bolsa de estudo para o ano lectivo 2019/2020, proferida pelo Exmo. Senhor Administrador dos SAS do IPVC; b) Condenação do IPVC a praticar acto administrativo que defira o pedido de atribuição de bolsa de estudo; c) Condenação do IPVC a restituir as quantias suportadas a título de propinas respeitantes ao ano lectivo 2019/20 e a título de multas e encargos associados ao atraso no pagamento de propinas respeitantes ao ano lectivo 2019/2020, no montante global de 887,90€	Aguarda prolação de sentença
Processo 716/21.8 BEBRG - U	José Pedro Pinto de Araújo	30 001,00 €	Declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade das normas do artigo 24.º/2/C e 3/B do Regulamento	Aguarda elaboração de despacho saneador, fixando data para sessão de julgamento ou apresentação de alegações
Processo 1134/21.3 BEBRG	Henrique Fernandes Rodrigues	30 001,00 €	Anulação do acto do Jurí do concurso para apromção da categoria de professor coordenador, na modaliade de	Aguarda agendamento de audiência prévia ou, se dispensada, elaboração de despacho saneador, fixando data
Processo 2058/21.0 BEBRG	Maria Luísa Roldão Marques de Moura	30 001,00 €	Anulação do despacho IPVC-P-72/2021 que homologou as deliberações do jurí do concurso a que se refere o edital	Fase dos articulados

## NOTA 17 – Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão em **??/06/2022** pelo Conselho de Gestão.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



## NOTA 18 - Instrumentos Financeiros

Conforme a NCP 18, o Grupo Público IPVC deve reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando o Grupo Público IPVC se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- i. Dinheiro;
- ii. Um instrumento de capital próprio de um outro Grupo Público IPVC;
- iii. Um direito contratual;
- iv. De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de um outro Grupo Público IPVC;
- v. De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para o Grupo Público IPVC;

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- i. Uma obrigação contratual;
- ii. Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma entidade;
- iii. Para trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis; ou
- iv. Um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade

O Grupo Público IPVC reconhece inicialmente os seus ativos e passivos financeiros, pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, o Grupo Público IPVC mensura, em cada data de relato, todos os ativos e passivos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Em cada data de relato, o Grupo Público IPVC avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, o Grupo Público IPVC reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O Grupo Público IPVC desreconhece um ativo financeiro apenas quando:

- i. Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- ii. O Grupo Público IPVC transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro;

O Grupo Público IPVC desreconhece um passivo financeiro apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse do Grupo Público IPVC.

Em 31 de dezembro de 2021 as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme se segue:

**A) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis**

O montante global de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis à data de 31 de dezembro ascendeu a 12.601.071,99 euros. Este saldo traduz, essencialmente, o montante global dos financiamentos aprovados relativos a projetos, deduzidos dos respetivos montantes já recebidos. Apresenta-se no quadro abaixo a discriminação deste saldo por projeto, à data de 31 de dezembro do ano indicado.

**IPVC**

Conta	Designação do Projeto	31/12/2021	31/12/2020
20120003	Projeto PARRA (IFDR)	36 006,20	36 006,20
20120004	Desktop Unificado (SAMA)	1 718,65	1 718,65
20120005	Projeto COCOON (PTDC - 3438 e POCI - 016611)	0,00	0,00
20120009	Proj. nº 017626: PIGS+CARE	30 734,40	46 343,89
20120010	Proj. 017634 - Dem@Biofumados	6 527,18	6 527,18
20120011	Proj. 008465 - Ampliação do Complexo Zootécnico	0,00	0,00
20120014	Norte 2020 -08-5368-FSE - 000005 -CTESPS 2015/2016	66 936,30	66 936,30
20120015	Projeto RedValue	5 292,36	5 292,36
20120016	Projeto U-BIKE	52 070,74	58 513,51
20120017	Projeto EMER-N	3 546,53	3 546,53
20120019	Projeto WAW	31 585,51	31 585,51
20120020	Projeto PIN Poli-Entrepreneurship	10 734,58	10 734,58

Conta	Designação do Projeto	31/12/2021	31/12/2020
20120021	Projeto Internacionalização ESP	21 098,47	21 098,47
20120022	Projeto +AGRO	11 284,45	25 152,59
20120024	Projeto Revitagri-P	95 585,82	149 430,15
20120025	Projeto TERR@ENO	53 122,01	53 122,01
20120026	Projeto ATIVAR	84 296,75	89 801,03
20120027	Projeto PORBIOTA	95 380,12	144 692,41
20120029	Projeto TERR@ALVA	5 071,66	5 071,66
20120030	Projeto NMSPCAM - FCT	4 589,55	4 589,55
20120031	Projeto AgeNortC - FCT	7 880,09	7 880,09
20120032	Projeto RnMonitor - FCT	2 933,37	2 933,37
20120033	Projeto SMOB - FCT	6 354,68	7 966,14
20120034	Projeto INCOME - Agência Nac. Erasmus + Educação e Formação	22 661,80	22 661,80
20120035	Projeto CompetiTUR	10 351,63	20 481,62
20120036	Projeto Gmove	5 153,96	5 153,96
20120037	Projeto ACCESS4All	6 402,40	6 402,40
20120038	Projeto The Route	10 087,56	14 180,51
20120039	Projeto Casa Avó	506,74	506,74
20120040	Projeto DeCodE	10 714,80	10 714,80
20120041	Projeto Maintenance4.0	673,24	673,24
20120042	Projeto SAFECARE	2 972,07	2 972,07
20120044	Município de Viana do Castelo - FAMI 079	4 045,51	4 045,51
20120045	Município de Viana do Castelo - FAMI 2018/20	7 474,39	7 474,39
20120046	SAMA-UTAD-Prjeto BeQA@HE POCI-05-5762-FSE-000081	56 004,15	70 055,75
20120047	Erasmus+: IN COMMON SPORTS	1 159,00	9 345,00
20120048	PDR - ClimCast	12 784,79	12 784,79
20120049	FCT - UNIAG	1 659,69	1 659,69
20120050	Projeto GET UP AND GOALS	0,00	24 791,16
20120052	NORTE 2020 - 000015 - CTESP 2016/2017	41 212,67	41 212,67
20120053	MAR2020 - Ranicultura	90 966,27	90 966,27
20120054	Projeto PDR - FTA+siv	28 024,39	28 024,39
20120055	Projeto PDR - Acontece In Loco	642,88	6 923,10
20120056	Projeto PDR - BioPest	18 913,92	18 913,92
20120057	Projeto NORTE - 08-5674-FEDER- 000004 - Equip. CTESPS	394 573,66	420 507,99
20120058	Projeto MobFood	17 293,14	28 171,97
20120059	Projeto POCTEP - BIOMASSA	16 691,86	62 457,14
20120060	Projeto POCTEP - ECODESTIN	16 576,30	30 122,31
20120061	Projeto POCTEP - INTERNOVAMARKET-FOOD	17 310,94	91 732,71
20120062	Projeto POCTEP - NUTRIAGE	19 140,71	60 213,22
20120063	Projeto VALORMAR	69 377,38	120 678,92
20120064	Projeto RICEPLUS - POCI-01-0247-FEDER-033389	35 523,08	61 922,09
20120065	HEALING: POCI-01-0145-FEDER-0320	18 289,12	66 416,81
20120066	TURNOUT: POCI-01-0145-FEDER-032289	12 914,67	39 712,35
20120067	Erasmus + Projeto RURASL KA2018 2377.	23 154,91	23 154,91
20120068	POCH-02-5368-FSE-000078 –(Ciclo de Estudos iniciado em 2017/18)	0,00	0,00
20120069	NORTE-08-5368-FSE-000029 (Ciclo de Estudos iniciado em 2017/18)	82 314,58	82 314,58
20120071	Projeto PDR Maçã - FEADER-031969	23 248,93	23 248,93
20120072	GesPSA Kiwi - FEDER-POCI 03/SI/2017	24 581,66	51 835,79
20120073	SAMA - SMAC FEDER 035482	166 000,16	182 950,60
20120074	NexGenBS FEDER 0375543	17 962,74	88 035,17
20120075	BioChestnut PDR2020-1.0.1-FEADER-030948	19 196,32	19 196,32
20120078	CIMO 2019	239,45	239,45
20120080	Forvalue	63 875,22	73 917,03
20120082	ECOSAN – Fundo Ambiental - Projeto n.º 58	134,40	134,40
20120084	MCFire FCT_ PCIF/MPG/0108/2017	28 522,25	28 522,25
20120085	Escolas Transformadoras – coordenação da Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	0,00	11 520,00
20120086	Internacionalização - H2020 - IDEIIA	128 022,34	128 022,34

Conta	Designação do Projeto	31/12/2021	31/12/2020
20120089	NORTE-08-5368-FSE-000036	270 580,25	270 580,25
20120090	ERASMUS - Projeto MASCE (Ana Barbosa)	8 664,80	22 994,40
20120091	Projeto Beyond Scale EPPKA3	7 683,90	23 051,70
20120092	INICIA	14 387,40	14 387,40
20120093	Projeto Ardent	6 894,60	20 683,80
20120094	Unidade de Investigação CISAS	489 154,65	511 895,00
20120095	Projeto Mechauz	38 476,00	38 476,00
20120097	Projeto Prometheus	330 889,20	394 975,00
20120098	NORTE-08-5368-FSE-000052	779 109,96	779 109,96
20120100	Projeto EDIT	41 321,03	55 574,44
20120102	Projeto S4Agro	97 390,52	121 190,28
20120103	Projeto Cimo 2019	1 047,85	1 047,85
20120106	Projeto Concilia IPVC	239 277,97	449 455,54
20120107	Projeto COVIS	15 450,46	363 846,44
20120109	IMPEC+	14 885,92	14 885,92
20120110	TECH – IPVC	923 970,84	1 019 790,95
20120111	Região gastronómica "Minho – Região Europeia da Gastronomia"	19 338,64	114 782,10
20120112	SmartHealth	40 081,07	40 081,07
20120114	Projeto CultSense	49 185,60	0,00
20120115	Projeto NORTE-08-5368-FSE-000077	845 826,23	0,00
20120116	Projeto IVLinG 68605	159 589,17	0,00
20120117	Projeto Stop Suzuki	67 071,64	0,00
20120118	Projeto SoilRecon_Ecosystemas do solo no Século XXI	149 208,36	0,00
20120119	Projeto Houdini 69902	118 728,84	0,00
20120120	Projeto Modelo Sustentável de Gestão da Cadeia de Abastecimento de Biomassa - FOGOS 0083	13 727,50	0,00
20120121	Projeto SEVERUS	47 436,37	0,00
20120122	ERASMUS Globe - global learning for a sense of belonging	24 135,00	0,00
20120123	NORTE-01-0247-FEDER-069584 – PICAR	117 231,56	0,00
20120124	POCH 04 5267-FSE-000821 - Formação de docentes e outros agentes de educação e formação	132 879,45	0,00
20120125	POCI-01-0247-FEDER-046112 - BIOma - Sol integradas de BIOeconomia	230 446,94	0,00
20120126	STVgoDigital - Digitalização da Cadeia de Valor do STV	149 151,33	0,00
20120128	Norte 06-3559-FSE-000204 - NUTRIR - Núcleo Tecnológico para a Sustentabilidade	391 808,08	0,00
20120129	PRR - Projeto Baites	3 371 055,00	0,00
20120130	PRR - Projeto Aliança Azul	582 467,00	0,00
20120131	Projeto Link Me Up – 1000 Ideias	275 168,32	0,00
20120132	Sinvaqua	0,00	0,00
20120133	Projeto Refill H2o	130 255,11	0,00
20120134	Projeto Seiva	0,00	0,00
20120135	Projeto GreenHealth	70 000,04	0,00
20120137	Cybers SeC IP - NORTE-01-0145-FEDER-000044	66 802,75	0,00
20120138	IEFP - Voluntariado	21 258,58	0,00
20120139	Erasmus 2021-Consórcio - I-PT01-KA131-HED-000007965	16 062,14	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>12 617 327,17</b>	<b>7 219 113,34</b>

### Serviços de Ação Social

Conta	Descrição	ANO 2021	ANO 2020
201	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	72 866,82	263 900,27
201008573	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	56 137,31	247 170,76
201013000	IFDR - SAMA-APNOR	16 729,51	16 729,51
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>		<b>12 601 071,99</b>	<b>7 394 621,61</b>

## B) Clientes, contribuintes e utentes

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados na conta de clientes, contribuintes e utentes à data de 31 de dezembro de 2021:

Clientes, Contribuintes e Utentes		31/12/2021	31/12/2020
		2 984 100,92 €	2 458 329,75 €
211	Clientes c/c	102 284,33 €	117 301,32 €
214	Utentes	2 881 816,59 €	2 341 028,43 €

A dívida de clientes, contribuintes e utentes respeita a:

- Faturação que se encontra em dívida relativa a vendas e prestações de serviço no montante de 102.284,33 euros;
- Direito a receber de estudantes relativamente a taxas (propinas, emolumentos, multas e outras penalidades) dos anos letivos de 2020/2021 e 2021/2022 pelo montante global de 2.872.974,16 euros;
- Direito a receber de estudantes alojados nas residências dos SAS.

Conforme referido na nota 9 relativa a imparidades, o total das imparidades acumuladas foi a seguinte:

- Clientes - no montante de 101.432,78 euros;
- Utentes - no montante de 792.965,02 euros.

## C) Outras contas a receber

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas outras contas a receber à data de 31 de dezembro de 2021:

Outras Contas a Receber		ANO 2021	ANO 2020
		235 011,36 €	39 310,17 €
221	Fornecedores c/c	3 532,04	1 527,46 €
225	Fornecedores - faturas em receção e conferência		402,73 €
2711	Fornecedores de investimentos-contas gerais c/c	12,72	12,72 €
272191	Propinas	16 257,50	11 496,06 €
272199	Outros acréscimos de rendimentos	18 638,97	25 671,62 €
225	Fornecedores em receção e conferência		- €
2772	Entregues a terceiros	199,58	199,58 €
221	Fornecedores saldos devedores		
2789111	Serviços de Ação Social	0,00	
27892919	Outros credores - exigível até 12 meses	196 370,55	

#### D) Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis/reembolsáveis concedidos

##### Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos

O montante global de credores por transferências e subsídios não reembolsáveis à data de 31 de dezembro de 2021 ascendeu a 331.962,32 euros. Este montante traduz, essencialmente, o financiamento relativo aos projetos financiados pelo Programa Erasmus e cuja identificação se indica abaixo.

Conta	Designação do Projeto	ANO 2021	ANO 2020
202002	Erasmus Concorcio 2018/19 - Projeto 2018-I-PT01-KA103-046931	0,00	64 069
202003	Erasmus + Projeto 2019-1-PT01-KA103-060109 - 2019/2020	12 366,39	49 253,80
202004	Erasmus Consórcio 2019-I-PT01-KA103-060334	62 948,93	71 817,20
202005	Projeto Erasmus + Projeto 2020-1-PT01-KA103-07771 - 2020/2021	80 521,00	117 159,20
202006	Apnor 2020 2020-1-PT01-KA103-077758	76 650,00	76 650,00
202007	ERASMUS+ 2021-2022 Proj. 2021-1-PT01-KA131-HED-000005364	99 476,00	0,00
202008	Erasmus 2021-COnsórcio -1-PT01-KA131-HED-000007965	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>331 962,32</b>	<b>378 948,84</b>

##### Credores por transferências e subsídios reembolsáveis concedidos

No passivo não corrente encontra-se refletido o montante de 1.804.188,99 euros correspondente às transferências efetuadas no âmbito de dois projetos financiados pelo POSEUR cuja execução se encontra a decorrer nas unidades orgânicas ESA, ESS e ESTG.

Estes projetos, cujo objeto relaciona-se com a eficiência energética nas infraestruturas públicas, consubstanciam um apoio total reembolsável de 2.062.276,05 euros, a reembolsar em 17 anos e a iniciar no ano de 2024.

### E) Estado e outros entes públicos

A dívida ao Estado e outros entes públicos ascendeu a 608.992,40 euros, existindo um saldo devedor a favor do Grupo Público de 185,01 euros.

A discriminação desta dívida encontra-se indicada no quadro abaixo e respeita exclusivamente a descontos de vencimentos e retenções na fonte de trabalhadores do mês de dezembro a pagar no mês de janeiro de 2022, assim como, ao IVA a pagar apurado relativamente a novembro e dezembro de 2021, cujo pagamento deve ocorrer até janeiro e fevereiro de 2022, respetivamente.

Neste sentido, o Grupo Público IPVC não possui dívidas em mora ao Estado ou a outras instituições públicas (Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE) relativamente a descontos e retenções efetuados no âmbito do processamento de remunerações.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas rubricas de Estado e outros entes públicos à data de 31 de dezembro de 2021:

Estado e Outros Entes Públicos		ANO 2021	ANO 2020
<b>Conta</b>	<b>Passivo corrente</b>	<b>608 992,40</b>	<b>578 873,95</b>
242	Retenção de impostos sobre rendimentos		
2421	De trabalho dependente	222 704,00	216 811,00
2422	De trabalho independente	0,00	734,44
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
2433	IVA Liquidado	0,00	0,68
2436	IVA a pagar	12 278,39	26 815,17
245	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
2451	Sistemas de proteção social		
	CGA	249 048,24	233 868,36
	Segurança Social - Regime Geral	124 961,77	100 644,30
<b>Conta</b>	<b>Ativo corrente</b>	<b>185,01</b>	<b>910,30</b>
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
2434	IVA Regularizações	0,00	882,46
2452	Subsistemas de saúde		
245211	ADSE	185,01	27,84

### F) Outras contas a pagar

A rubrica outras contas a pagar respeita, essencialmente, ao acréscimo de gastos reconhecido relativamente ao subsídio de férias previsional a pagar em 2022 (e respetivos encargos) e férias vencidas a 01/01/2022, no montante de 2.539.459,43 euros.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas outras contas a pagar à data de 31 de dezembro de 2021:

Outras Contas a Pagar		ANO 2021	ANO 2020
		2 748 927,73	2 847 589,17
11	Caixa	145,00	0,00
2141	Utentes - Taxas	2 962,89	24 146,75
231	Remunerações a pagar	18 646,73	2 121,61
27501	Credores por subscrições não liberadas - Associação CITIN	80 000,00	0,00
27221	Remunerações a Liquidar	2 539 459,43	2 404 375,00
27229	Outros acréscimos de gastos	89 900,50	55 737,61
2771	Cauções - Recebidas de terceiros	9 239,49	1 935,75
2785	Sindicatos	0,00	1 409,68
27892	Outros credores	8 573,69	357 862,77

### G) Diferimentos (Ativo e Passivo)

Os diferimentos refletidos no ativo no montante de 51.483,07 euros respeitam, essencialmente, a diversos gastos de funcionamento do Grupo Público que deverão ser reconhecidos em períodos posteriores e que foram pagos antecipadamente, como é o caso de seguros e licenças de software.

O montante de 491,26 euros encontra-se refletido na rubrica do balanço – outros ativos financeiros – uma vez que correspondem a gastos a reconhecer a mais de 12 meses.

Os diferimentos refletidos no passivo englobam os gastos a reconhecer relativamente a projetos cofinanciados no total de 12.683.329,39 euros, assim como, os rendimentos a reconhecer na área de propinas no total de 2.553.902,60 euros.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados na rubrica de diferimentos - passivo à data de 31 de dezembro de 2021:

	ANO 2021	ANO 2020
<b>DIFERIMENTOS PASSIVO</b>	<b>15 294 428,56</b>	<b>10 237 960,95</b>
Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	9 939 076,30	7 281 034,40
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	2 744 253,09	585 182,40
Propinas	2 553 902,60	2 300 129,38
Seguro escolar	35 226,00	25 023,67
Receita alojamento	0,00	30 882,19
Receita alimentação	21 970,57	15 708,91

### H) Fornecedores e Fornecedores de investimento

A rubrica de fornecedores apresentava em 31 de dezembro de 2021 um saldo de 555.502,33 euros, enquanto a rubrica de fornecedores de investimento apresentava um saldo de 543.089,30 euros.



	ANO 2021	ANO 2020
	<b>1 098 591,63 €</b>	<b>726 478,51 €</b>
Fornecedores c/c	555 502,33	543 961,95
Fornecedores de investimentos-contas gerais c/c	543 089,30	182 516,56

## I) Investimentos financeiros

Face ao ano transato verificaram alterações em termos de investimentos financeiros, tendo-se reconhecido os investimentos relativos às seguintes participações:

- Associação CITIN – Centro de Interface Tecnológico Industrial pelo montante de 100.000 euros. O total da participação será de 100.000 euros, correspondente a 27,78% do capital total subscrito, tendo sido efetuado o pagamento de 20.000 euros em 2021. Neste sentido, encontra-se ainda em dívida o montante de 80.000 euros. Não foi reconhecida nas contas deste Grupo Público a quota-parte detida nos capitais próprios e no resultado líquido da Associação CITIN, de acordo com o método de equivalência patrimonial, uma vez que esta Associação ainda não tem as contas aprovadas na data da elaboração deste relatório. Esta situação deriva do facto de a Associação ter sido recentemente constituída no decorrer do ano de 2021. O Conselho de Gestão não prevê que exista um impacto significativo nas presentes demonstrações financeiras consolidadas decorrente da impossibilidade de aplicação daquele método. Em 2022 esta situação será colmatada;
- Associação Data Colab – Laboratório Colaborativo para Serviços de Inovação Orientados para os Dados pelo montante de 4.500 euros, correspondente a 9% do capital total subscrito.

		ANO 2021	ANO 2020
<b>41</b>	<b>Investimentos financeiros</b>	<b>194 625,00</b>	<b>90 125,00</b>
414	Investimentos noutras entidades		
4141	Participações de capital		
41411	APNOR - Associação dos Institutos Politécnicos do Norte	500,00	500,00
41412	INCUBO -Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho	86 125,00	86 125,00
41413	COTHN - Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola	1 500,00	1 500,00
41414	Régie Lima - Cooperativa Florestal e Social, Ciprl	1 000,00	1 000,00
41415	CentroHabitat- Assoc. Plataforma para a Construção Sustentável	1 000,00	1 000,00
41416	L.c.s.d.-Assoc. Data Colab-Lab. Colaborativo Para Serviços de Inovação Orientados Para os dados	4 500,00	
41417	Associação Centro de Interface Tecnológico Industrial - CITIN	100 000,00	

## J) Património Líquido

Abaixo encontram-se discriminados os movimentos ocorridos durante o período de 2021:

Património Líquido	2021			
	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Património/Capital	36 453 855,37	0,00	0,00	36 453 855,37
Resultados Transitados	6 876 097,38	2 117 045,83	0,00	4 759 051,55
Outras Variações do Capital Próprio	662 773,36	105 554,66	319 717,22	876 935,92
Resultado Líquido do Período	-1 448 615,11	2 437 891,96	4 089 130,45	202 623,38
<b>TOTAL</b>	<b>42 544 111,00</b>	<b>4 660 492,45</b>	<b>4 408 847,67</b>	<b>42 292 466,22</b>

Refere-se ainda que a maioria das variações verificadas no património líquido, para além do registo do resultado líquido do período anterior, prende-se, essencialmente, com:

- Reconhecimento do rédito correspondente ao valor das depreciações relativas a ativos tangíveis financiados, adquiridos pelo IPVC e pelos SAS, no montante de 736.279,70 euros e 36.105,07 euros, respetivamente.

## NOTA 19 - Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

Todo o pessoal ao serviço do Grupo Público foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com a anteriormente referido.

O Grupo Público não tem qualquer responsabilidade futura sobre fundos ou pensões.

Os gastos com pessoal relativos a 2021 totalizaram 18.249.729,47 euros, apresentando-se abaixo a respetiva distinção por subconta.

		ANO 2021	ANO 2020
<b>63</b>	<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>18 249 729,47</b>	<b>17 594 174,41</b>
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	1 128 215,62	1 148 897,33
632	Remunerações do pessoal	13 621 494,43	13 119 497,66
634	Indemnizações	17 110,45	30 609,63
635	Encargos sobre remunerações	3 363 066,91	3 244 665,11
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	16 323,66	3 954,47
638	Outros gastos com o pessoal	18 049,12	7 178,35
639	Outros encargos sociais	85 469,28	39 371,86

O número de pessoal do Grupo Público, à data de 31 de dezembro de 2021, era de 607 trabalhadores, dos quais 414 eram docentes, 6 investigadores e 187 não docentes (estando incluídos 58 trabalhadores não docentes dos Serviços de Ação Social).

O número de pessoal do Grupo Público, à data de 31 de dezembro de 2020, era de 571 trabalhadores, dos quais 383 eram docentes e 188 não docentes (estando incluídos 60 trabalhadores não docentes dos Serviços de Ação Social).

## NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

1 - A informação relativa ao pessoal chave de gestão, à data de 31 de dezembro de 2021, encontra-se indicada a seguir:

Os membros que constituíam o Conselho de Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo eram os seguintes:

- Carlos Manuel da Silva Rodrigues – Presidente;
- Ana Paula Moreira Rodrigues do Vale, Vice-Presidente;
- Pedro Miguel do Vale Moreira, Diretor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão;
- Luís Manuel Cerqueira Barreto, Diretor da Escola Superior de Ciências Empresariais;

Contudo, refira-se que em outubro de 2021 cessou funções a Administradora, Margarida Cancela de Amorim Henriques Pereira, e em 17 de janeiro de 2022 iniciou funções a Administradora, Paula Cristina Ferreira da Silva.

Os membros que compõem o Conselho de Gestão dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, à data do fecho contabilístico, são os seguintes:

- Carlos Manuel da Silva Rodrigues – Presidente;
- José Luís da Rocha Ceia, Administrador;
- Pedro Gonçalves da Rocha, Responsável da Área Financeira.

A remuneração anual dos membros que constituem o Conselho de Gestão é a que se apresenta no quadro seguinte. Refere-se que, relativamente aos diretores das unidades orgânicas, apenas se apresenta o montante do suplemento auferido pelo exercício deste cargo, na medida em que a remuneração base corresponde à remuneração da categoria de origem (docente).

Cargo	Remuneração Base	Despesas de Representação	Suplementos
Presidente	83 892,90		
Vice-Presidente	80 445,40		
Administrador	31 834,70	5 270,04	
Diretor de Unidade Orgânica			6 435,66

**NOTA 23 - Divulgações relacionadas com a Demonstração de Resultados por Natureza**
**A) Fornecimentos e serviços externos**

Encontram-se abaixo discriminados os fornecimentos e serviços externos reconhecidos à data de 31 de dezembro de 2021:

	ANO 2021	ANO 2020
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>3 769 501,43</b>	<b>3 852 241,61</b>
Subcontratos e concessões de serviços	98 358,72	89 301,21
Trabalhos especializados	1 205 233,82	1 233 346,72
Publicidade, comunicação e imagem	48 425,00	63 185,87
Vigilância e segurança	235 832,75	234 663,99
Honorários	404 980,33	311 420,79
Comissões	587,07	779,19
Conservação e reparação	163 075,81	209 107,49
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	57 224,89	40 210,87
Livros e documentação técnica	11 868,42	6 443,42
Material de escritório	5 032,04	13 910,01
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	8 254,52	46 511,09
Material de educação, cultura e recreio	1 347,02	5 994,30
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	34 552,76	35 051,58
Medicamentos e artigos para a saúde	519,74	714,24
Produtos químicos e de laboratórios	27 487,49	43 066,60
Outros materiais	363 888,07	436 479,77
Energia e fluidos	385 557,59	426 222,28
Deslocações, estadas e transportes	182 278,58	167 784,40
Rendas e alugueres	9 225,00	3 690,00
Comunicação	58 537,82	79 383,07
Seguros	19 677,02	12 686,17
Limpeza, higiene e conforto	328 530,76	315 305,02
Outros serviços	119 026,21	76 983,53

**B) Transferências e subsídios concedidos**

As transferências e subsídios concedidos relativos a 2021 totalizaram 389.417,17 euros, apresentando-se abaixo a respetiva distinção por subconta.

	ANO 2021	ANO 2020
<b>Transferências e subsídios concedidos</b>	<b>389 417,17</b>	<b>372 890,05</b>
Estágios financiados por outras entidades	0,00	2 200,00
Federação Académica do IPVC	36 405,66	56 346,36
Bolsas		
Bolsas de investigação	274 432,80	285 294,87
Bolsas de estudo	1 000,00	1 914,90
Bolsas de apoio social	9 031,25	12 172,72
Bolsas de mérito	3 750,00	3 900,00
Outras bolsas	24 438,43	5 516,05
Outras transferências correntes concedidas	40 359,03	5 545,15

Salienta-se que o gasto relativo a bolsas de investigação resulta dos contratos formalizados com bolseiros de investigação ao abrigo de diversos projetos cofinanciados pela União Europeia.

### C) Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos que totaliza, a 31 de dezembro de 2021, 887.122,01 euros respeita, essencialmente, ao rendimento de imputação de subsídios e transferências para investimentos decorrentes da execução financeira de projetos cofinanciados. O rendimento refletido na conta de imputação de subsídios e transferências para investimentos do IPVC e SAS ascendeu, respetivamente, a 736.279,70 euros e 36.105,07 euros.

### D) Outros gastos e perdas

O total da rubrica de outros gastos e perdas ascendeu, à data de 31 de dezembro de 2021, a 145.492,52 euros, conforme informação discriminada abaixo.

	ANO 2021	ANO 2020
<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>144 671,89</b>	<b>128 316,63</b>
Taxas		
Taxas relativas a patentes/registo marcas	0,00	129,20
Taxas de justiça	1 269,00	1 907,40
Taxas A3ES	101 250,00	13 500,00
Outras taxas	2 510,22	11 809,59
Emolumentos do Tribunal de Contas	0,00	17 164,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	
Abates	0,00	41,24
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	3 009,98	39 602,03
Quotizações	36 632,69	44 163,17
	<b>ANO 2021</b>	<b>ANO 2020</b>
<b>Ajustamentos de consolidação - IVA suportado não dedutível</b>	<b>820,63</b>	<b>1 146,33</b>
<b>TOTAL DE OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	<b>145 492,52</b>	<b>129 462,96</b>

Salienta-se que o gasto relativo às taxas devidas à A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, no âmbito da acreditação/avaliação dos cursos, assim como as diversas quotas assumidas perante Instituições/Associações das quais o IPVC é associado ou participa, assumem o maior peso no conjunto da rubrica de outros gastos e perdas. De referir ainda que relativamente às quotizações estão incluídas as quotas assumidas perante o CCISP – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e que ascenderam a 17.624 euros.

### Outras informações

No ano de 2021 não foi possível aplicar a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, prevista no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, na medida em que, por um lado, não foi possível alocar recursos humanos, com os conhecimentos técnicos especializados necessários, a esta área de atuação, e por outro lado, não foram disponibilizadas pela software house todas as funcionalidades necessárias à aplicabilidade da referida norma.

Para efeitos de submissão da prestação de Contas ao Tribunal de Contas, o documento de prestação de contas “balanço” teve de ser alterado de forma a refletir a compensação de saldos devedores e credores para algumas rubricas apresentadas no referido documento.

### 3. Demonstrações Orçamentais Consolidadas

#### 3.1. Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2021)						2020
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
<b>Saldo da gerência anterior</b>								
	Operações orçamentais [1]	188 563,53 €	427 611,85 €	91 728,17 €	- €	- €	707 903,55 €	138 452,07 €
	Restituição do saldo oper. orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Operações de tesouraria [A]	- €	- €	- €	- €	355 592,26 €	355 592,26 €	84 926,00 €
	<b>Recorda corrente</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.1	Impostos Diretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.2	Impostos Indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R2	subsistemas de saúde	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	3 885 698,81 €	- €	- €	- €	- €	3 885 698,81 €	3 727 328,73 €
R4	Rendimentos de propriedade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €	545 700,00 €	- €	- €	- €	545 700,00 €	13 974 422,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	4 748,03 €	14 213 351,73 €	32 775,44 €	- €	- €	14 250 875,20 €	568 782,56 €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.5	Administração Local	145 095,48 €	- €	- €	- €	- €	145 095,48 €	22 145,38 €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.2	Exterior - U/E	- €	- €	1 644 877,63 €	- €	- €	1 644 877,63 €	2 071 644,54 €
R5.1.3	Outras	9 532,40 €	- €	- €	- €	- €	9 532,40 €	14 885,00 €
R5.2	Subsídios Correntes	411 492,24 €	- €	927 474,49 €	- €	- €	1 338 966,73 €	3 119 810,09 €
R5.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	1 283 060,90 €	- €	- €	- €	- €	1 283 060,90 €	1 402 822,52 €
R7	Outras Receitas Correntes	108 680,31 €	- €	- €	- €	- €	108 680,31 €	10 227,55 €
	<b>Recorda de capital</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R8	Venda de bens de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.3	Outras	- €	57 683,42 €	- €	- €	- €	57 683,42 €	- €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	- €	32 221,98 €	- €	- €	- €	32 221,98 €	39,19 €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.3	Segurança social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	47 535,08 €
R9.1.2	Exterior - U/E	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	3 371,10 €	- €	529,00 €	- €	- €	3 900,10 €	4 955,26 €
	<b>Recorda efetiva [2]</b>	5 851 679,27 €	14 848 957,13 €	2 605 656,56 €	- €	- €	23 306 292,96 €	24 958 597,90 €
R12	Recorda com ativos financeiros	- €	- €	973 126,56 €	- €	- €	973 126,56 €	831 062,43 €
R13	Recorda com Passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	6 040 242,80 €	15 276 568,98 €	3 670 511,29 €	- €	- €	24 987 323,07 €	25 928 112,40 €
	<b>Operações de tesouraria [B]</b>	- €	- €	- €	- €	558 640,51 €	558 640,51 €	514 499,49 €

RUBRICA	Pagamentos	FONTES DE FINANCIAMENTO (2021)						2020
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
<b>Despesa corrente</b>								
D1.1	Remunerações certas e permanentes	1 656 526,85 €	12 164 027,44 €	705 986,01 €	- €	- €	14 526 540,30 €	14 196 106,35 €
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	98 651,38 €	24 989,81 €	5 457,30 €	- €	- €	129 098,49 €	150 202,44 €
D1.3	Segurança social	870 488,13 €	2 326 493,91 €	188 667,50 €	- €	- €	3 385 649,54 €	3 304 207,37 €
D2	Aquisição de bens e serviços	3 221 182,56 €	31 952,34 €	768 844,52 €	- €	- €	4 021 979,42 €	4 463 806,42 €
D3	Juros e outros encargos	1 305,76 €	- €	- €	- €	- €	1 305,76 €	1 081,48 €
D4.1.4	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.4	Administração regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.5	Administração local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.3	Segurança social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	104 411,08 €	- €	21 743,59 €	- €	- €	126 154,67 €	160 736,77 €
D4.1.3	Famílias	58 823,00 €	23 947,26 €	322 420,63 €	- €	- €	405 190,89 €	395 959,26 €
D4.1.4	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	323 023,20 €
D4.2	Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 286,91 €
D5	Outras Despesas Correntes	175 353,81 €	3 335,50 €	500,00 €	- €	- €	179 189,31 €	115 886,83 €
<b>Despesa de capital</b>								
D6	Aquisição de bens de capital	298 904,64 €	140 387,73 €	1 604 028,83 €	- €	- €	2 043 321,20 €	2 147 105,33 €
D7.1.4	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.4	Administração regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.5	Administração local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.3	Segurança social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.3	Famílias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>Despesa efetiva [5]</b>	6 485 647,21 €	14 715 133,99 €	3 617 648,38 €	- €	- €	24 818 429,58 €	25 259 402,35 €
<b>Despesa não efetiva [6]</b>								
D10	Despesa com passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	6 485 647,21 €	14 715 133,99 €	3 617 648,38 €	- €	- €	24 818 429,58 €	25 259 402,35 €
<b>Operações de tesouraria [C]</b>								
	<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Operações de tesouraria [D]=[A]-[B]-[C]	- €	- €	- €	- €	662 409,01 €	662 409,01 €	204 639,73 €
	<b>Saldo global [2] - [5]</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>Despesa primária</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Saldo corrente	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Saldo de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Saldo primário	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Recorda total [1] + [2] + [3]	6 040 242,80 €	15 276 568,98 €	3 670 511,29 €	- €	- €	24 987 323,07 €	25 928 112,40 €
	Despesa total [5] + [6]	6 485 647,21 €	14 715 133,99 €	3 617 648,38 €	- €	- €	24 818 429,58 €	25 259 402,35 €





### 3.2. Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

RUBRICA	Liquidações	2021	2020	RUBRICA	Obrigações	2021	2020
	<b>Receta corrente</b>				<b>Despesa corrente</b>		
R1	Receita fiscal	-	-	D1	Despesas com o pessoal	-	-
R1.1	Impostos diretos	-	-	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	14 870 351,92	14 521 681,85
R1.2	Impostos indiretos	-	-	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	129 098,49	150 202,44
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	D1.3	Segurança social	3 643 137,03	3 534 030,96
R3	Taxas, multas e outras penalidades	4 394 459,53	3 510 654,13	D2	Aquisição de bens e serviços	4 606 921,48	5 037 901,83
R4	Rendimentos de propriedade	-	-	D3	Juros e outros encargos	1 305,76	1 081,48
R5	Transferências Correntes	-	-	D4	Transferências correntes	-	-
R5.1	Administrações Públicas	-	-	D4.1	Administrações Públicas	-	-
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	14 561 714,00	13 974 422,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	234 113,17	529 089,06	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-	D4.1.1.3	Segurança Social	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	D4.1.1.4	Administração Regional	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	145 095,48	22 145,38	D4.1.1.5	Administração Local	-	-
R5.1.2	Exterior - UE	1 644 877,63	2 202 675,26	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	126 154,67	163 961,77
R5.1.3	Outras	9 532,40	54 578,50	D4.1.3	Famílias	405 260,59	397 210,70
R5.2	Subsídios correntes	1 338 966,73	3 625 298,32	D4.1.4	Outras	-	323 023,20
R6	Venda de bens e serviços	1 202 037,70	790 123,24	D5	Outras Despesas Correntes	179 226,81	117 173,74
R7	Outras receitas correntes	106 680,31	5 243,10			-	-
	<b>Receta de capital</b>				<b>Despesa de capital</b>		
R8	Venda de bens de investimento	-	-	D6	Aquisição de bens de capital	2 591 154,24	2 315 531,68
R9	Transferências de Capital	-	-	D7	Investimento	-	-
R9.1	Administrações Públicas	-	-	D8	Outras despesas de capital	-	-
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-			-	-
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	32 221,98	39,19			-	-
R9.1.1.3	Segurança Social	-	47 535,08			-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-			-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-			-	-
R9.1.2	Exterior - UE	-	-			-	-
R9.1.3	Outras	57 683,42	-			-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-			-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	5 183,52	4 955,26			-	-
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	707 903,55	74 531,14			-	-
	<b>Receta efetiva [2]</b>	<b>24 440 469,42</b>	<b>24 841 289,66</b>		<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>26 552 610,99</b>	<b>26 561 799,65</b>
	<b>Receta não efetiva [3]</b>				<b>Despesa não efetiva [6]</b>		
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	D9	Despesa com ativos financeiros	4 500,00	-
R13	Receita com passivos financeiros	973 126,56	831 062,43	D10	Despesa com passivos financeiros	-	-
	<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>25 413 595,98</b>	<b>25 672 352,09</b>		<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>26 557 110,99</b>	<b>26 561 799,65</b>

Viana do Castelo, 8 de junho de 2022

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

[www.ipvc.pt](http://www.ipvc.pt)